

**O espaço português – a consolidação de um reino cristão
ibérico**

**“A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma
proposta didática”**

Bruno Daniel Boleto da Conceição

Relatório da Prática de Ensino Supervisionada

Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino
Básico e Secundário

2014

**O espaço português – a consolidação de um reino cristão
ibérico**

**“A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma
proposta didática”**

Bruno Daniel Boleto da Conceição

Relatório da Prática de Ensino Supervisionada
Orientado pelo Professor Doutor Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro

Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º ciclo do Ensino
Básico e Secundário

2014

Dedicatória

“A Educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela

*Dedico esta tese aos meus pais, António Conceição e Rosalina Conceição e a minha
namorada Sílvia Nunes*

AGRADECIMENTOS

Neste percurso para atingir o sonho de uma vida, muitas foram as pessoas que me ajudaram a que ele se tornasse possível e a quem presto os meus maiores agradecimentos. Por conseguinte gostaria de agradecer:

Ao meu orientador, Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro, meu professor no mestrado, pelos sábios conselhos e partilha de conhecimentos, pela dedicação e preocupação com os seus alunos, pela amizade, pela confiança que depositou em mim e por todas as orientações que possibilitaram a realização a realização deste relatório.

Ao professor João Reis, pelo despertar do gosto pelo ensino da Geografia cada vez mais apelativo e pelas aulas e conhecimentos que nos foi transmitindo ao longo das unidades curriculares a seu cargo.

A todos os professores da Faculdade de Letras, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e do Instituto de Educação, que em muito contribuíram para a minha formação.

À direção da Escola Secundária Camilo Castelo Branco pelo acolhimento para minha experiência didática. E especialmente à direcção da Escola Secundária de Alcochete, por me terem proporcionado esta primeira aventura no ensino. Ao todo o pessoal docente e não docente pela ajuda, pelo carinho e por me fazerem sentir, todos os dias, parte integrante da equipa fantástica que a compõe.

À Professora Cooperante Doutora Isabel Pedro por me ter acompanhado nos primeiros passos da minha vida de docente, ao Professor Cooperante Dr. Vítor Douradinho pelo incentivo, pela amizade, pelos conselhos que me ajudaram bastante no ensino da Geografia. E não menos importante à Professora Cooperante Dr. Teresa Diniz, que me acompanhou na experiência didática de História, pela amizade, pela dedicação, pelos sábios conselhos, pela confiança que em mim depositou para temporariamente me entregar uma das suas turmas e também por me fazer acreditar nas minhas capacidades, por me demonstrar que poderei vir a ser um bom professor e pela contribuição fundamental para a realização deste relatório.

À turma do 11º E, em que lecionei Geografia, por todos os bons momentos e experiências didáticas e conhecimentos partilhados. À turma do 10º E, em que lecionei História pelo excelente acolhimento, todas as boas experiências partilhadas, por todos os momentos de alegria que me proporcionaram, por me terem ajudado a ultrapassar a insegurança inicial, pelos elogios, pelo trabalho e dedicação e pela contribuição essencial para a concretização do presente relatório de prática letiva supervisionada.

A todos os meus colegas de mestrado por me terem acolhido de forma tão calorosa numa nova realidade universitária, por toda a ajuda que prontamente me ofereceram sempre que necessário e por todos os bons momentos partilhados ao longo destes intensos dois anos. Não poderia deixar de ser, em especial a Teresa Carvalho, pela companhia das longas viagens que realizámos vindos do Alentejo, pelo companheirismo, pela paciência, pela ajuda, por não me deixar desistir nos momentos de fraqueza, essencialmente por me ter ajudado a tornar numa pessoa responsável.

A todos os meus amigos e familiares, que me apoiaram em todos os momentos e pela compreensão da minha ausência em determinadas situações importantes.

À minha namorada Sílvia, pelo amor, pelo carinho, pelas palavras certas nas horas difíceis, pela compreensão em momentos da minha ausência ou em momentos de maior *stress*, por não me deixar desistir, por me apoiar em toda esta longa e intensa jornada.

Como os últimos são sempre os últimos são os primeiros, o meu maior OBRIGADO irá para os meus pais, pois sem eles este sonho seria impossível de concretizar, pelo seu amor e compreensão, pois acreditaram em mim e nas minhas capacidades, pelo investimento, pela sua confiança, e por terem aturado todo o meu “mau” feitio quando as situações se tornavam adversas.

A todos Muito Obrigado.

Índice Geral

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
ÍNDICE GERAL	IV
ÍNDICE DE ANEXOS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VII
ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICO	VIII
ABREVIATURAS E SIGLAS MAIS UTILIZADAS.....	IX
RESUMO	X
ABSTRACT	XI
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE – CONTEXTO ESCOLAR: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ALCOCHETE, DA ESCOLA, DA TURMA E DO PROFESSOR COOPERANTE	4
1.1. A LOCALIZAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DE ALCOCHETE.....	5
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE	8
1.3. CARACTERIZAÇÃO DA TURMA DO 10º E	13
1.4. A PROFESSORA COOPERANTE.....	15
SEGUNDA PARTE – O ENSINO DA HISTÓRIA: LENDAS E MITOS.....	17
2.1 O VALOR FORMATIVO DA HISTÓRIA	18
2.2 – TEORIAS DA EDUCAÇÃO	19
2.2.1 Teorias psicocognitivas	22
2.2.1.1 Jean Piaget	22
2.2.1.2 David Ausubel.....	26
2.2.2 Teorias sociocognitivas e psicossociais	29
2.2.2.1 Erikson.....	29
2.2.2.2 Vygotsky.....	32
2.2.2.3 Jerome Bruner	34
2.2.3 Teoria Social.....	35
2.2.3.1 Carl Rogers.....	35
2.2.3.2 Paulo Freire.....	36
2.3. AS LENDAS E OS MITOS	37
2.3.1 As características das lendas e dos mitos.....	37
2.3.2 O potencial didático das lendas e dos mitos, Uma pedagogia do imaginário no Ensino da História	48

TERCEIRA PARTE – LECIONAÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA	
COMPONENTE PRÁTICA	56
3.1 ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA E O TEMA LECIONADO	57
3.2 PLANIFICAÇÃO	58
3.3 LINHA CONCEPTUAL E METODOLOGICA	61
3.4 DESCRIÇÃO E REFLEXÃO DAS AULAS LECIONADAS	63
3.4.1 1ª Aula - A Reconquista e a sua ligação com as Cruzadas para Oriente.	63
3.4.2 2ª Aula- Portugal: do condado à formação de um Reino.....	66
3.4.3 3ª Aula- As diferentes fases da Reconquista Portuguesa. Do termo da Reconquista à fixação e fortalecimento das fronteiras.	68
3.4.4 4ª AULA- O PAÍS RURAL E SENHORIAL.....	71
3.4.5 5ª Aula- Continuação da aula anterior: O país rural e senhorial.....	73
3.4.6 6ª Aula- A situação social e económica das comunidades rurais dependentes.....	74
3.4.7 7ª e 8ª aula – Ficha de avaliação e a sua correção.....	74
3.4.8 9ª aula “Visita de Estudo”.....	75
3.5 AVALIAÇÃO.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
BIBLIOGRAFIA.....	85
ANEXOS	88

Índice de Anexos

ANEXO 1 – COMPOSIÇÃO DA TURMA 10ºE.....	88
ANEXO 2 – HORÁRIO DA PROFESSORA COOPERANTE TERESA DINIZ....	90
ANEXO 3 – PLANIFICAÇÃO ANUAL	91
ANEXO 4 – PLANIFICAÇÃO A MÉDIO PRAZO	102
ANEXO 5 – ESQUEMA DOS PLANOS DE AULAS	103
ANEXO 6 – QUADRO SÍNTESE DO TRABALHO REALIZADO NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE.....	104
ANEXO 7 – PLANO DE AULA Nº1	105
ANEXO 8 – MATERIAIS DA AULA Nº1	107
ANEXO 9 – GUIÃO DO FILME “KINGDOM OF HEAVEN”.....	110
ANEXO 10 – PLANO DE AULA Nº2.....	111
ANEXO 11 – MATERIAIS DA AULA Nº2	113
ANEXO 12 – PLANO DE AULA Nº3.....	115
ANEXO 13 – MATERIAIS DA AULA Nº3	118
ANEXO 14 – FICHA DE TRABALHO.....	121
ANEXO 15 – PLANO DE AULA Nº4.....	123
ANEXO 16 – MATERIAIS DA AULA Nº4	126
ANEXO 17 – PLANO DE AULA Nº5.....	129
ANEXO 18 – MATERIAIS DA AULA Nº5	131
ANEXO 19 – FICHA DE TRABALHO – QUOTIDIANO DOS DEPENDENTES DO SENHÓRIO.....	133
ANEXO 20 – PLANO DE AULA Nº6.....	134
ANEXO 21 – MATERIAIS DA AULA Nº6.....	136
ANEXO 22– TESTE DE AVALIAÇÃO.....	138
ANEXO 23 – RESULTADO DOS TESTES DE AVALIAÇÃO.....	143
ANEXO 24 – DESCRITORES DE CORREÇÃO DO TESTE DE AVALIAÇÃO	145
ANEXO 25 – RESULTADO FINAL DAS AVALIAÇÕES.....	154

Índice de Figuras

Figura nº 1 - Localização de Alcochete	5
Figura nº 2 – Academia do Sporting	7
Figura nº 3 – Freeport	7
Figura nº 4 - Ortofotomapa da Escola Secundária de Alcochete	10
Figura nº 5 - Oferta formativa da Escola Secundária de Alcochete.....	12
Figura nº 6 - As componentes que fundamentam as teorias da educação.....	20
Figura nº 7 – Teorias contemporâneas da educação segundo as quatro componentes	21
Figura nº 8 – O processo de Assimilação e Acomodação.....	24
Figura nº 9 – O processamento da Aprendizagem Significativa.....	28
Figura nº 10 – O desenvolvimento baseado na teoria de Erikson.....	30
Figura nº 11 – A aquisição de instrumentos simbólicos	33
Figura nº 12 – As duas faces do mito.....	43
Figura nº 13 – Bandeira utilizada por D. Henrique e D. Afonso Henriques	46
Figura nº 14 – Bandeira utilizada por D. Sancho I a D. Sancho II	46
Figura nº 15 – Bandeira utilizada por D Afonso III a D. Fernando I.....	47
Figura nº 16 – A essência do Mito	48

Índice de Tabelas e Gráfico

Tabela nº 1 - Número de Alunos Matriculados na Escola Secundária de Alcochete – Ano letivo 2013/2014.....	13
Tabela nº 2 Os Estágios de Desenvolvimento de Cognitivo de Jean Piaget	25
Tabela nº 3 – As etapas de desenvolvimento psicossociais de Erikson	30
Gráfico nº 1 - Número de alunos por géneros	14

Abreviaturas e Siglas mais utilizadas

Art. – Artigo

Cf. – Confrontar

Doc. – Documento

Ed – Edição, editor

DEG – Direcção Geral da Educação

DL – Decreto de Lei

TIC – Tecnologias da informação e comunicação

Ibidem – Mesmo lugar

Idem – O mesmo

Pág. – Página

S.d. – Sem data

S. e. - sem editor

S. l. – Sem Local

Vol. ou vols. – Volume, volumes

Resumo

O relatório que é apresentado tem como finalidade/objetivo principal a demonstração pedagógica da construção integrada de saberes relativos ao tema “O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico”. Outro dos objetivos que pretendemos analisar neste trabalho é a utilização didática das lendas e mitos no processo de ensino/aprendizagem de História, partindo do dentro do tema escolhido.

A unidade didática que foi alvo de lecionação está contemplada no Programa Nacional de História A - “O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico”, possibilita fazer a ligação com os temas anteriores onde analisam a medievallidade europeia e como irá o caso português irá beneficiar desta conjuntura, no seu processo de Reconquista.

A experiência letiva desta unidade didática teve lugar na Escola Secundária de Alcochete, com a turma do 10º E, que foi uma turma que apenas tivemos o privilégio de trabalhar no decorrer deste ano letivo.

A Reconquista Cristã, especialmente o caso Português é um tema fundamental que os alunos, pois desenvolve neles um sentimento de pertença ao seu país, uma identificação dos heróis que lutaram para conseguirem a independência de Portugal e termos o país com as fronteiras estáveis mais antigas da Europa. O estudo deste tema é também importante para fomentar certos valores cívicos nos jovens, tais como o respeito pelo próximo independentemente da sua etnia ou religião.

As lendas e os mitos foram uma estratégia que utilizámos como motivação dos alunos para a aprendizagem da História, pretendendo, deste modo demonstrar o seu enorme potencial para fomentar aprendizagens verdadeiramente significativas

Palavras-chave: Ensino/Aprendizagem, História de Portugal Medieval,Lendas e Mitos.

Abstract

The reported presented aims to show the pedagogical demonstration of the integrated construction of knowledge relating to the theme: “ theportuguese space: the consolidation of a ibérianchristian kingdom”. Other objective that we pretend to analyze in this report is the didactic use of legends and myths in process of teaching/learning history, in the presented theme. The various objectives that we pretended to achieve are related to lective experience.

The didactic unit that was object of teaching is included in the history national programme - “The portuguese space: the consolidation of a ibérianchristian kingdom”, which allow to connect to previous themes, that analyze the medieval europe and how will portuguese case benefit of this conjuncture, in the reconquest process.

The lective experience of this didactic unit occurred in Alcochete middle school , with the class 10º E, which we only have the privilege to work during this School year.

The christianreconquest, especially the portuguese case, is a fundamental theme to students, because it develops a sense of belonging to their country, a identification of heroes that fight to obtain the portuguese Independence, and have a country with the older stable borders of europe. The study of this topic is also importante to foment certain civic valours in the young people, such as respect for others, irrespective the religion or ethnicity

The legends and myths were a strategy that we use to motivate the students to the learn history, intendig this way to show its enormous potential to create in students learning that are considered truly significant.

Keywords: teaching/learning, history of Portugal Medieval, legends and myths

Introdução

O presente relatório é a reflexão da prática supervisionada, que foi levada a cabo pelo mestrando após a frequência do Mestrado de Ensino de História e Geografia no ensino básico e secundário, na Universidade de Lisboa.

Para a realização deste utilizámos a bibliografia disponibilizada e sugerida pelo nosso orientador, Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro, bem como outra que achámos pertinente para todas as temáticas desenvolvidas, e que fomos estudando durante a nossa frequência do mestrado. Utilizámos como bibliografia base, dois dos manuais importantes para estruturar a nossa prática pedagógica, tais como, *Didáctica da História, Teorização e prática: algumas breves reflexões* e *O ensino da História Numa Escola em Transformação*. Para além desta bibliografia lemos aprofundadamente a bibliografia para o tema que lecionámos: O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico e para a elaboração dos restantes capítulos.

Após a revisão do Documento aprovado pela Comissão Científica dos Mestrados em Ensino aprovado na reunião de 5/12/2012, sobre as orientações metodológicas para a realização e orientação do relatório da prática supervisionada, o nosso relatório encontra-se dividido em quatro partes, sendo elas: O Contexto Escolar; Enquadramento Curricular e Didático; Prática Letiva e as Considerações Finais.

Durante a nossa prática letiva fomos percebendo que a História deixou de ter lugar como ciência que apenas transmite aos alunos a vida de sociedades passadas, mas modernamente pretende também dotar os alunos de outro tipo de capacidades, que são autênticas ferramentas intelectuais, pois após serem apreendidas poderão dar resposta para os problemas de uma sociedade que se encontra sempre em constante mudança. O papel da Escola também se foi alterando, deixou de ser apenas o local onde se transmite conhecimento, para assumir um papel fundamental na construção de jovens cidadãos, com pleno conhecimento das suas capacidades para poderem atuar na sociedade de uma forma consciente e nesse sentido a História desempenha um papel fundamental. A nossa frequência no Mestrado de Ensino de História e Geografia foi extremamente importante para conseguirmos utilizar a História e o seu

ensino na construção da entidade cívica dos alunos, para que, através do conhecimento do passado, agirem no presente e modificarem o futuro.

Na primeira parte do nosso relatório, fazemos uma contextualização geográfica, e uma evolução histórica do lugar onde desenvolvemos a nossa prática letiva, neste caso, Alcochete, pois achamos bastante importante conhecer o local onde lecionamos, bem como, para adaptar a nossa estratégia letiva ao local e às características da sociedade local. Para além disso, caracterizámos a escola e as suas infra-estruturas, bem como a professora cooperante e a turma, neste caso o 10º E, com a qual a nossa prática lectiva se desenvolveu. Achamos que é muito importante, para nós, professores conhecermos o local onde iremos dar aulas, as condições que a escola oferece, bem como as características da turma que iremos lecionar.

Na segunda parte do trabalho abordámos o valor formativo e a importância da História no ensino da atualidade. Seguidamente, analisámos algumas das teorias da educação que influenciaram a nossa prática letiva, que englobam as diferentes dimensões essenciais no sistema de ensino-aprendizagem: a cognitiva, a sociológica, a motivacional e a afetiva. Posteriormente debruçámo-nos sobre as características das lendas e dos mitos e o seu valor pedagógico no ensino da História.

A escolha deste tema foi ponderada após perceber que através da utilização das lendas e dos mitos, os alunos conseguiam perceber e apreender os conhecimentos que pretendíamos ministrar. Para além disso, tentámos contrariar a perspectiva que considera que as lendas e os mitos não têm credibilidade e que são apenas acessórios sem valor da História.

A terceira parte do relatório é uma parte prática, sendo dedicada à demonstração das estratégias pedagógicas que desenvolvemos em sala de aula, para construir e desenvolver o pensamento histórico. Muitas das estratégias desenvolvidas em sala de aulas, foram aprendidas e consolidadas nas unidades curriculares de Didática de História, Metodologia da História e nos diferentes níveis de IPP. Os conhecimentos abordados nessas unidades curriculares também foram extremamente importantes para a construção de todos os materiais utilizados em sala de aula, tais como, planificações, slides, fichas de trabalho e a ficha de avaliação. Apresentamos também o enquadramento programático da unidade curricular que lecionámos, bem

como, apresentamos os objectivos que os alunos deverão atingir, após a leção da mesma.

Posteriormente apresentámos a nossa sequência didática com uma descrição das aulas, que foram programadas de acordo o programa oficial, e as orientações do Professor Doutor Miguel Correa Monteiro e da Professora Cooperante Teresa Dinis, que ajudaram a encaminhar para bom porto as nossas aulas e as nossas estratégias implementadas.

Finalmente, fazemos uma reflexão crítica sobre toda a nossa experiência letiva, desde o trabalho desenvolvido ao longo do Mestrado em Ensino de História e Geografia, mas iremos centrar-nos naquele que foi realizado na Escola Secundária de Alcochete, com a turma do 10º E. Identificámos diversas das aprendizagens adquiridas que irão ajudar-nos a progredir na carreira docente, bem como algumas dificuldades, com as quais nos fomos deparando. Seguidamente apresentamos a bibliografia que foi utilizada para elaborar este relatório.

De acordo como o documento regulador que citámos anteriormente, que abordam as orientações para o desenvolvimento do relatório da prática supervisionada, a nossa intervenção lectiva englobou a construção das planificações, que se encontram em anexo no presente relatório, bem como, na construção, na preparação e na leção das aulas que são contempladas na unidade didática escolhida. Foram previstas 5 aulas de 90, minutos para a unidade didática em causa, no entanto e em acordo com a Professora Cooperante, estendemos a nossa leção por mais 8 aulas de 90 minutos, que contemplaram a ficha de avaliação e a sua correcção, mais o acompanhamento de visita de estudo que os alunos fizeram à Lisboa Medieval. Todos os materiais construídos encontram-se em anexo do presente relatório.

É importante ainda referir que o presente relatório é redigido com o novo acordo ortográfico. No que diz respeito às referências bibliográficas, foram concebidas de acordo com as normas portuguesas do Instituto Português da Qualidade

PRIMEIRA PARTE – CONTEXTO
ESCOLAR: LOCALIZAÇÃO E
CARACTERIZAÇÃO DE ALCOCHETE,
DA ESCOLA, DA TURMA E DO
PROFESSOR COOPERANTE

1.1. A localização e as características de Alcochete



Figura nº 1 - Localização de Alcochete

Fonte: *Google Earth* e Câmara Municipal de Alcochete (adaptados)

A educação e o ensino são influenciados pelo meio onde estão localizados. O meio onde a escola se insere é uma das condicionantes mais importantes da educação, tal como afirma Florentino Blázquez Entonado, no compêndio de textos sobre a organização escolar dirigido por Oscar Sáenz: *“Así, muchos objetivos educativos resultan a veces difíciles de conseguir, aménos que el entorno físico permita ciertos supuestos; se admite incluso que el propio medio facilita o perjudica determinado tipo de aprendizajes”*¹. As características do meio onde a escola está inserida poderão fornecer ao aluno uma capacidade de compreensão alguns conteúdos, bem como, permitem desenvolver certas competências gerais como a observação, o gosto pela escola e pelo estudo. Deste modo, procedemos à caracterização do meio onde a Escola, em que desenvolvemos a nossa prática lectiva se insere, Alcochete.

A Escola secundária, alvo de observação, está localizada na vila de Alcochete. Esta localidade está situada na margem sul do estuário do Tejo, sendo

¹Cf. Florentino Blázquez Entonado, *El Espacio En La Organización Escolar*, in Oscar Sáenz (dir.) “Organización Escolar, Textos Universitarios”, ANAYA, 1989, p.341.

integrado na área Metropolitana de Lisboa e na sub-região da península de Setúbal, é sede do município com o mesmo nome, sendo este composto por três freguesias: Alcochete, Samouco e São Francisco, ocupando uma área de cerca de 128.5 Km².

O Município de Alcochete tem cerca de 17.565 habitantes (população residente)³. A maior parte da população alcochetense é proveniente da zona da Grande Lisboa, que vieram para Alcochete em busca de um sítio mais calmo para viverem, no entanto, conseguem manter o emprego na capital porque com a construção da Ponte Vasco da Gama a distância é relativamente curta.

Numa primeira fase, o setor económico de Alcochete estava ligado a atividade piscatória, de navegação fluvial, a salicultura e a agricultura e na segunda metade do século XX assiste-se então a uma mudança e a economia alcochetense passou a ter por base as atividades industriais, comerciais e os serviços, muito embora uma faixa importante da população ainda se dedique à agricultura.

Em relação à História de Alcochete, sabemos que a ocupação humana do concelho recua-nos ao Paleolítico inferior, esta afirmação poderá ser facilmente comprovada pelo espólio arqueológico composto por 8500 artefactos líticos. Durante cinco séculos (entre I e V d.C.) Alcochete acolheu a ocupação romana, tendo sido depois ocupado pelos Visigodos, que por sua vez foram expulsos pelos Árabes⁴.

Após a Reconquista, Alcochete passou a estar integrado nos domínios da Ordem religiosa/militar de Santiago, a toda a área que a si lhe pertencia era denominada de Riba Tejo.

Alcochete detinha uma excelente área para a prática da caça, bem com características que favoreciam o descanso e o lazer, transformando-se numa estância de repouso da preferência da corte, tanto que D. Manuel irá nascer em Alcochete (31 de maio de 1469). D. Manuel concede foral à terra que o viu nascer em 17 de janeiro de 1515, sendo este um marco emancipador de Alcochete.

No que diz respeito ao setor económico, o concelho desenvolveu-se

²Dados retirado do *site*<http://www.cm-alcochete.pt>; consultado a 21/12/2013.

³Dados retirados do *site*http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html; consultado a 21/12/2013.

⁴Alcochete foi provavelmente fundado por Abdelarir-Ben-Musa no ano 714 d.C. e a própria designação Alcochete é de influência árabe, que significa “o forno”.

significativamente durante os séculos XVI e XVII, devido a crescente produção de sal. Até meados do séc. XX, Alcochete tinha uma predominância rural, no entanto, com a renovada produção de sal, que ajuda o concelho a destacar-se na secagem de bacalhau (chegando mesmo a ser o maior centro de secagem de bacalhau do país), e a instalação da fábrica de pneus *Firestone*, bem como, a dinamização da indústria transformadora da cortiça e alumínio, vieram dar a Alcochete alguns traços (bastante acentuados) de uma dinâmica industrial.

Durante o século XIX, destacam-se como sendo pontos atrativos deste concelho a Academia Sporting Clube de Portugal, o complexo lúdico-comercial *Freeport*, bem como a proximidade da Reserva Natural do Estuário do Tejo, “(...) um lugar atrativo para os que gostam de desfrutar de momentos únicos de proximidade com a natureza.”⁵



Figura nº 2 – Freeport

Fonte:

<http://www.outletpt.org/outlet-freeport/>



Figura nº 3 – Academia do Sporting

Fonte:

www.sporting.pt/Academia/academia

Destacando que no concelho existem quatros escolas do ensino primário, seis escolas do primeiro ciclo, uma escola do segundo e terceiro ciclo e uma escola secundária, conseguem agir em conjunto com o município dinamizando a região. Durante o séc. XX o concelho era caracterizado por ser pouco incidente nas lacunas educativas e culturais, pois apenas possuía uma biblioteca que não tinha capacidade

⁵Dados retirados do *site* <http://www.cm-alcochete.pt>; consultado a 21/12/2013.

de desenvolver o meio, do ponto de vista cultural, no entanto é importante referir o esforço que a Câmara Municipal, juntamente com as escolas, fazem para promover várias atividades culturais e educativas, juntando assim a população mais jovem com a mais adulta. Estas atividades têm por base uma interligação das escolas com a Biblioteca Municipal e do Fórum Cultural.

1.2. Caracterização da Escola Secundária de Alcochete

A construção da Escola Secundária de Alcochete foi uma necessidade quase obrigatória para a Câmara Municipal e para o Ministério da Educação, pois a Escola Básica 2/3 El-Rei D. Manuel I não tinha capacidade para albergar o elevado número de alunos que a frequentava, desde o 5º ano ao 12º ano.

Para tal, a Câmara Municipal de Alcochete e o Ministério da Educação formaram uma parceria para o avanço do projeto “Escola Secundária”. O arquiteto escolhido foi João Panaca Correia, desenhando um “edifício harmonioso, perfeitamente enquadrado no contexto habitacional, constituindo um espaço de feição original, aprazível e atrativo no seu todo”⁶.

A infraestrutura ocupa cerca de 17 mil metros quadrados, constituída por um edifício de dois pisos e com uma área exterior com mais de 11 mil metros quadrados, com capacidade para acolher 800 alunos.

Posteriormente aos atrasos normais da fase de arranque, a Escola foi “oficializada pela Portaria 1323-A/2004 de 18 de outubro, com a designação de Escola Secundária Pluricurricular de Alcochete (posteriormente alterada para Escola Secundária de Alcochete pela Portaria 194/2005 de 18 de fevereiro) e de imediato se abriram as suas portas à população escolar.”⁷

Os equipamentos indispensáveis para o normal funcionamento só foram distribuídos mais tarde, então paulatinamente a escola foi adquirindo as condições essenciais para servir a população, ficando para segundo plano a decoração do espaço.

A construção da Escola Secundária de Alcochete vem colmatar lacunas de

⁶Projecto Educativo da Escola Secundária de Alcochete 2009/2012, pp. 10.

⁷*Idem, ibidem.*

cariz pedagógicas e de formação dos seus alunos. Para tal, os órgãos diretivos da Escola conseguiram protocolo e/ou parcerias de colaboração com várias entidades, atualmente destacam-se as ligações com: a Universidade Lusófona, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Academia Sporting Clube de Portugal, Biblioteca Municipal de Alcochete, o Agrupamento Vertical de Escolas El-Rei D. Manuel I, entre outras.

Em Maio de 2006 foi formada a Assembleia de escola e a eleição do Conselho Executivo, dando à escola um cariz de organização educativa. Em 2006/2007 iniciou-se com os órgãos de gestão constituídos no seu pleno direito de executores de funções.

Após estarem resolvidos os entraves da instalação e construção da escola, passou a ser focado os aspetos administrativos, tal como, a criação do Regulamento Interno e os traços gerais do Plano de Educativo de Escola. No ano letivo de 2008/2009, os documentos orientadores foram revistos e atualizados, segundo a legislação que vigorava⁸.

Neste momento a Escola Secundária de Alcochete é sede de agrupamento, que inclui: os Jardins-de-infância da Restauração, Samouco, São Francisco e Passil, a Escola Básica do 1º ciclo de Monte Novo e Valbom, do Samouco, de São Francisco e do Passil, a Escola E. B. 2,3 El-Rei D. Manuel I.

Para ir de encontro às necessidades educativas da região os órgãos diretivos da Escola estabeleceram acordos ou parcerias de colaboração com diferentes entidades que destacamos os que foram celebrados com a Universidade de Lisboa, Universidade Lusófona e a Universidade Nova de Lisboa, com a Academia do Sporting Clube de Portugal, com a *Europdirect*, com o ginásio *Evolution Wellness& Fitness*, com o ginásio Valbom e a Fundação João Gonçalves Júnior, além dos protocolos estabelecidos entre a Escola e os órgãos autárquicos do concelho.

⁸Informação retiradas do Plano Educativo da Escola Secundária de Alcochete 2009.



Figura nº 4 - Ortofotomapa da Escola Secundária de Alcochete

Fonte: *Google Earth*

A Escola Secundária é composta por um edifício com dois pisos⁹. No Piso “rés-do-chão” podemos distinguir duas alas, uma mais virada para aspetos administrativos e outra com uma vertente mais pedagógica. Na ala administrativa estão situados “os serviços administrativos, a reprografia e papelaria, o gabinete do órgão de gestão, uma sala de apoio ao referido órgão, uma sala de reuniões, a sala da Associação de Pais, a sala de trabalho do Conselho Geral, a sala dos directores de turma, a sala do Projeto O.V.A.L.E., o Gabinete Médico, a sala dos auxiliares de ação educativa, uma arrecadação, a sala dos professores, o bar, uma sala polivalente dos alunos com várias funções além de espaço de convívio - refeitório e espaço onde se desenvolvem atividades organizadas pelos alunos com o apoio dos professores, a cozinha e ainda seis salas de aula, um pavilhão gimnodesportivo devidamente equipado (que dispõe de balneários, de uma galeria e de um espaço destinado a arrecadação para o material desportivo e de limpeza)”¹⁰. A ala de carácter mais pedagógico é composta por 9 salas de aula e 6 laboratórios, sendo que três deles estão equipados para a área das ciências naturais e físico-químicas, um para o curso de Artes Visuais, outro destinado ao espaço Matemática e outro tem função de sala de aula normal, destinada às reuniões dos professores com os alunos para o esclarecimento de dúvidas. Existe também um espaço ao ar livre para o desenvolvimento de várias atividades.

¹⁰ Projecto Educativo da Escola Secundária de Alcochete 2009/2012, pp. 12.

No primeiro piso existem duas salas para o ensino da informática e uma para manutenção dos equipamentos interativos. Duas salas normais, duas salas destinadas ao Centro de Formação que serve os concelhos de Alcochete e Montijo (CENFORMA). Situa-se aqui também a biblioteca e um auditório com capacidade para oitenta pessoas.

Quanto aos equipamentos didático e pedagógicos, apesar de a escola ser muito recente, já está bem equipada, com material audiovisual, multimédia, de laboratório e desportivo. Para melhorar a segurança escola foi adotado um sistema com cartão magnético, permitindo também agilizar o acesso ao bar, ao refeitório e a papelaria. Está também em vigor o programa G.A.I.E., um *software* para regular as faltas dos alunos e fazer a gestão dos sumários.

Quanto à oferta pedagógica dentro o ensino secundário a Escola Secundária de Alcochete tem uma diversidade curricular significativa, pois espera ir de encontro as necessidades do mercado de trabalho e das expectativas dos alunos, tentando afastar-se das ofertas curriculares das escolas situadas nos concelhos limítrofes. A preocupação de adaptar a oferta curricular às expectativas da população levou à criação do Curso Tecnológico de Desporto, que “chamou” muitos alunos de fora do concelho se descolocassem para o frequentar, uma das influências foi também a parceria feita pela escola com a Academia do Sporting Clube de Portugal. Por outro lado, o Curso Profissional de Informática de Gestão foi criado com objetivo de empregar mais rapidamente os alunos que o frequentassem. Atualmente, a escola oferece:

Os cursos científicos humanísticos, que se destinam aos alunos que pretendem prosseguir os estudos para o ensino universitário, os cursos oferecidos são: Ciências e tecnologias, Ciências socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais.

Os cursos profissionais têm como objetivo promover a qualificação para a execução de uma determinada profissão, explorando as potencialidades locais e regionais. Os cursos profissionais que a escola oferece são: Técnico de informática de gestão, Técnico de comunicação, marketing, relações públicas e publicidade, Técnico de apoio à gestão desportiva, Técnico de secretariado, Técnico de comércio e Técnico de turismo.



Figura nº 5 - Oferta formativa da Escola Secundária de Alcochete

Fonte: <http://www.esalcochete.eu/home.html>

A comunidade escolar é um todo, ou seja, é composta pela simbiose dos seus participantes: alunos, professores, pessoal administrativo, auxiliares de ação educativa, pais e encarregados de educação, só quando estes setores estão em harmonia é que existe uma ação educativa equilibrada.

A escola tenta envolver os alunos em diversas atividades culturais, que são realizados quer no concelho, quer nos seus arredores. Estas atividades tentam não ter só um setor regional, mas também se tenta alargar para um plano nacional, bem como europeu, exemplo disso são alguns intercâmbios que se realizam em parceria com escolas da Europa, este ano a turma de 11º E irá receber alunos de uma escola de artes búlgara e posteriormente irá a Bulgária. Para além de muitas actividades culturais, a escola providencia a aproximação dos alunos às novas tecnologias, visto que, não era fácil a alguns alunos recorrerem a estas tecnologias.

O corpo docente é composto por 107¹¹ professores, que se situa maioritariamente numa média de idades entre os 31 e os 50 anos de idade, quanto ao género é predominantemente feminino. O corpo docente é caracterizado contínua aposta na progressão da carreira, isto é, continuam a apostar na sua formação profissional. A situação profissional dos docentes em exercício abrange os professores a leccionarem na escola, bem como os destacados, que pertencem aos

¹¹Dados do ano letivo de 2012/2013.

quadros de escola, mas estão a prestar serviços noutras instituições escolares, ou noutras escolas. A escola recebe ainda professores estagiários, a fim de realizarem o seu estágio profissional. A escola alberga um total de 22¹² funcionários, maioritariamente femininos, os quais asseguram uma grande diversidade de serviços (Secretaria, Reprografia, Papelaria, Biblioteca, Bar, Refeitório, manutenção de instalações e equipamentos, apoio a laboratórios e salas de aula, vigilância e limpeza), indispensáveis para a vida escolar. A maior parte do pessoal não docente está dedicado á função de auxiliar educativo, os restantes estão agrupados no setor administrativo da escola.

3º Ciclo	Secundário	Profissional	Vocacionais	Nocturno
9º - 77	10º - 173	10º - 71	Vocca 1º - 15	Tas 2º - 11
	11º - 192	11º - 65	Vocd 2º - 3	Tc 2º - 5
	12º - 167	12º - 29	Vocs3 1º - 11	Tag 3º - 13
			Vcje 1º - 19	
			Voctl 1º - 22	
Total – 77	Total – 532	Total – 165	Total – 77	Total – 29

Tabela nº 1 - Número de Alunos Matriculados na Escola Secundária de Alcochete – Ano letivo 2013/2014

(Fonte: Dados fornecidos pela secretaria da Escola Secundária de Alcochete)

1.3. Caracterização da Turma do 10º E

Robert Dottrens, na sua obra *A classe em acção* afirma que uma turma é algo mais do que o conjunto de alunos que a compõe, é uma formação social, uma coletividade, que tem como objetivo coabitar durante vários anos (neste caso, durante três anos) para enfrentarem em conjunto o ensino e a educação. Fazer parte de uma turma ajuda os alunos a desenvolverem os sentimentos de interdependência, de solidariedade, um espírito de pretensa, tentando conjugar as suas diferenças para atingirem um objetivo comum, o sucesso académico. As relações entre os alunos que compõem a turma irão designar a atmosfera, o seu espírito, a sua coesão, estas ligações são condicionadas pela idade, o número de alunos e a sua origem social.

¹² Dados do ano letivo de 2012/2013.

O professor para conseguir atuar da melhor forma terá de procurar conhecer as dinâmicas das turmas que leciona, conseguindo promover um sentimento de confiança recíproca, entre os diversos alunos que compõem a turma e entre a turma e o professor. Para tal, pedimos à Professora Cooperante a caracterização da turma que é elaborada na fase da matrícula dos alunos, para procedermos então à caracterização da turma que lecionámos.

A turma é formada por trinta alunos, dezoito raparigas e doze rapazes, cuja média de idades é de quinze anos, dos quais vinte e nove alunos são nacionalidade portuguesa e um de nacionalidade russa. Existem dezasseis alunos a frequentar a escola pela primeira vez¹³.

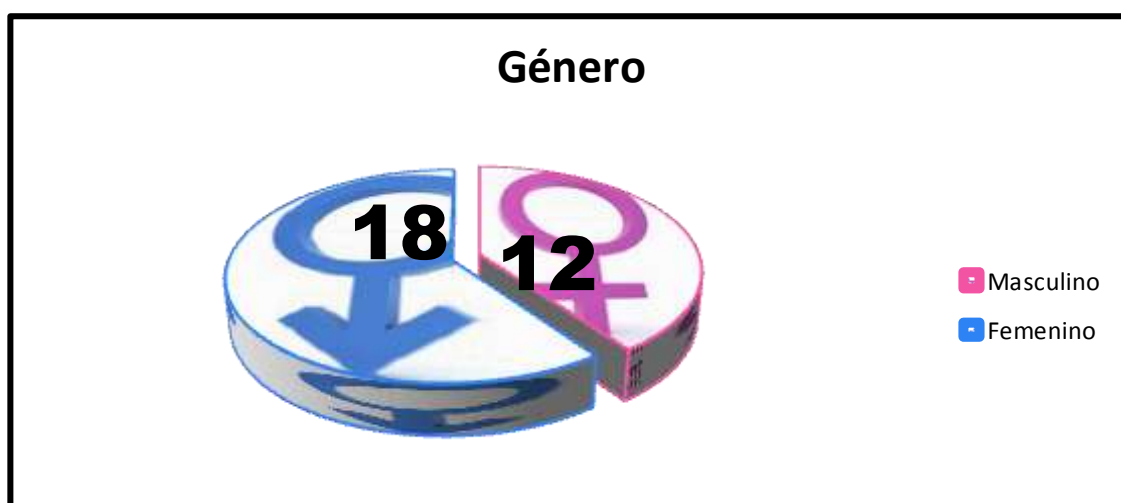


Gráfico nº 1 - Número de alunos por géneros

Fonte: dados fornecidos pela direcção da E.S.A.

A maioria dos encarregados de educação tem como habilitações literárias o 3º ciclo e ensino secundário, oito encontram-se desempregados. Em relação ao apoio social escolar (ASE), beneficiam dele um aluno (escalão A) e cinco alunos (escalão B).

Debruçando-nos agora sobre o percurso escolar podemos referir que nove alunos já reprovaram: dois no primeiro ciclo; um no segundo ciclo e seis no terceiro ciclo, cinco ensino secundário. Em termos de expectativas de futuro, catorze alunos

¹³ Ver anexo nº 1 – Composição da turma 10º E, pág. 88

pretendem integrar o ensino superior, dezasseis alunos pensam apenas terminar o 12º ano.

No que respeita aos hábitos de estudo, quase a maioria dos alunos afirmam estudar diariamente cerca de quatro horas, oito alunos andam na explicação e grande maioria afirma que os pais acompanham sempre o seu percurso escolar.

Referindo-nos aos hábitos de estudo dos alunos foi nos transmitido que, no diz respeito ao tempo diário de estudo, três dos alunos estudam cerca de trinta minutos por dia, onze alunos afirmam estudar uma hora e oito alunos referem que estudam mais de 1 hora diariamente.

Quanto à atitude dos alunos perante o estudo, dezasseis alunos afirmam que gostam de estudar e as razões mais referidas para justificar o seu gosto são: “Aprender”, “Tirar boas notas” e “Ter um bom futuro”. Aqueles que referiram que não gostam de estudar apontam como causas : “Ocupa muito tempo” e é “Chato”. Estamos presente uma sociedade onde existe o domínio por parte das TIC, podemos comprovar que 24 alunos utilizam o computador como instrumento auxiliar de estudo, usufruindo de *Internet*.

Os alunos selecionaram como fatores de insucesso escolar os seguintes: “Falta de atenção e de concentração”, “Falta de hábitos de estudo” e “Desinteresse”¹⁴.

1.4. A Professora Cooperante

A professora cooperante chama-se Teresa Diniz¹⁵ tem 54 anos de idade. Frequentou a licenciatura de História, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (conclusão em 1982), frequentou também a Profissionalização em exercício, Universidade Aberta (conclusão em 1990) e Pós- Graduação em “Educação para a Cidadania”, no ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada (conclusão em 2003).

¹⁴ Dados fornecidos pela professora cooperante Teresa Diniz.

¹⁵ Ver anexo2 – Horário da professora cooperante Teresa Diniz, pág.90

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

A docente conta com 31 anos de serviço, conta com as seguintes de experiência profissional: Diretora de Turma; Adjunta do Diretor Executivo; Coordenadora de um Projecto Educativo Europeu; Orientadora de Estágio; Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais e Humanas; Membro da Assembleia de Escola; Coordenadora da Biblioteca e Mediateca; Coordenadora de Diretores de Turma do 3º Ciclo; Coordenadora de Clubes e Projetos da Escola; Participação no Projeto Escola Promotora de Saúde; Professora Cooperante do Mestrado de Ensino de História e Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SEGUNDA PARTE – O ENSINO DA HISTÓRIA: LENDAS E MITOS

2.1 O VALOR FORMATIVO DA HISTÓRIA

“A presença da História na educação se justifica por muitas e variadas razões.”

J. Prats

As principais questões iniciais com que os professores de História se deparam e colocadas pelos alunos, são: para que serve a história? O que é que nos interessa saber o que se passou no passado?, e como é que sabendo isso poderemos influenciar o presente ou o futuro? Após colocadas estas questões nós, professores, ficámos um pouco constrangidos e muitas das vezes não sabemos o que responder aos alunos, ou não o fazemos da melhor forma, podendo contribuir para o seu afastamento da disciplina. É importante antes de iniciar o estudo da disciplina explicar o porquê da História fazer parte dos currículos escolares obrigatórios.

Os nossos alunos são resultado da sociedade da informação, tendo à sua disponibilidade um vastíssimo leque de opções para adquirirem o conhecimento, neste caso, o conhecimento histórico. Nesta linha conceptual, é importante estruturar o ensino da História percebendo os conhecimentos que os alunos têm sobre os temas, para conseguirmos trabalhá-los, modifica-los e desenvolve-los, conseguindo assim uma aproximação entre nós e os alunos. Segundo Michel de Certeau: “A História sai da escola e entra nos *mass-media* porque estes ocupam hoje em dia, em grande parte, o lugar que a História tinha no século XIX. Os *mass-media* tornam-se numa grande empresa de escolarização nacional. É por seu intermédio que se transmite ao público o relato doutrinal da cultura.”¹⁶

Os alunos terão de perceber que através do estudo da História, percebemos o presente e podemos abrir as portas do futuro, não contendo os mesmos erros passados e contribuindo assim para um futuro melhor. Marc Bloch corrobora esta ideia quando afirma que: “é tal a força de solidariedade das épocas que os laços de inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.¹⁷

¹⁶ Cf. Jacques LeGoff, [etall], *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 12.

¹⁷ Cf. Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Europa – América, 1965, p.42.

Segundo Joaquim Mendes Moreira, é importante incidir o estudo do passado, transmitindo aos alunos a diversidade social, percebendo as continuidades e as rupturas, promovendo valores e a solidariedade. Chaffer e Taylor defendem que a História deve também contribuir para estrutura da memória colectiva e para a formação integral dos jovens enquanto cidadãos, percebendo a História como forma de entendimentos da multiculturalidade social ou um fundamento da identidade comum dos povos e da busca das suas raízes¹⁸.

Para desenvolver as aprendizagens acima citadas é importante que nós, professores, saibamos acompanhar o desenvolvimento massificado dos alunos, conseguindo adaptar as nossas metodologias às necessidades dos alunos. Esta afirmação poderá parecer uma crítica ao ensino meramente expositivo, mas não o é, é apenas um alerta para nos lembrarmos que é necessário que consigamos uma metodologia criativa e rigorosa, para conseguir aproximar os alunos da disciplina. É importante empregarmos uma pedagógica activa, centrada no aluno e não no professor, como acontece no ensino tradicional, conseguindo assim promover o desenvolvimento de competências e de aprendizagens significativas da História. Foi nesta linha que planeámos e concebemos as nossas aulas.

2.2 – TEORIAS DA EDUCAÇÃO

Neste subcapítulo iremos abordar algumas das teorias da educação que influenciaram a nossa prática letiva.

Ao olharmos para todas as teorias da educação podemos, no nosso entender vislumbrar os seus múltiplos e diferentes aspetos e podemos compará-las a uma caixa de ferramentas. Como um pedreiro que para construir uma casa precisa de diversos acessórios, também o professor tem necessidade de recorrer a diferentes metodologias para utilizar no processo de ensino-aprendizagem. Como lembrou o Professor Doutor Miguel Monteiro durante as sessões de *Metodologia da História*, o professor não é apenas influenciado por uma teoria educativa e pedagógica, mas a sua prática letiva irá refletir diferentes aprendizagens de diferentes teorias, além dele próprio, da sua personalidade e do seu limite cultural. Pensamos que a procura de

¹⁸In Joaquim Mendes Moreira, *Ensinar História, Hoje, Revista da Faculdade de Letra*, Vol. 2, III série, Faculdade de Letras do Porto, Porto, pp. 34

uma construção pedagógica com influências teóricas diferenciadas deverá ter como objetivo ajudar o professor a melhorar as suas práticas letivas, adaptando-as às características da escola, dos alunos e dos conteúdos científicos a ensinar.

Antes de passarmos à análise das teorias educacionais com as quais nos enquadrámos, é importante explicar o que é uma teoria de educação, então iremos recorrer a *Yves Bertrand* que na sua obra “Teorias Contemporâneas da Educação” define-as como sendo “(...) uma construção de perceções e representações realizadas pelas pessoas da organização da educação e que serve (não interessa se melhor, se para pior) para evolução desta”¹⁹. *Morris Bigge* na sua obra *Teorias da Aprendizagem para Professores* defende que todas as ações com objetivo têm uma teoria, neste caso, qualquer professor tem uma, ou várias teorias educativas. As teorias da educação, segundo o mesmo autor, ajudam o professor a tomar as decisões metodológicas capazes de elevar a resultados extremamente positivos na sala de aula. Então para Bigge as teorias da aprendizagem são uma área distinta dentro da psicologia teórica.

As teorias da educação podem ser analisadas através de uma tríade (conteúdos, sujeito e sociedade e as suas interações), sendo que, depois serão “classificadas” pelo seu “foco”, ou seja, de uma forma geral, pelo seu objeto de estudo. Para melhor ilustrarmos o que atrás foi referido apresentamos dois esquemas que são adaptados da obra *Teorias Contemporâneas da Educação* de Yves Bertrand.

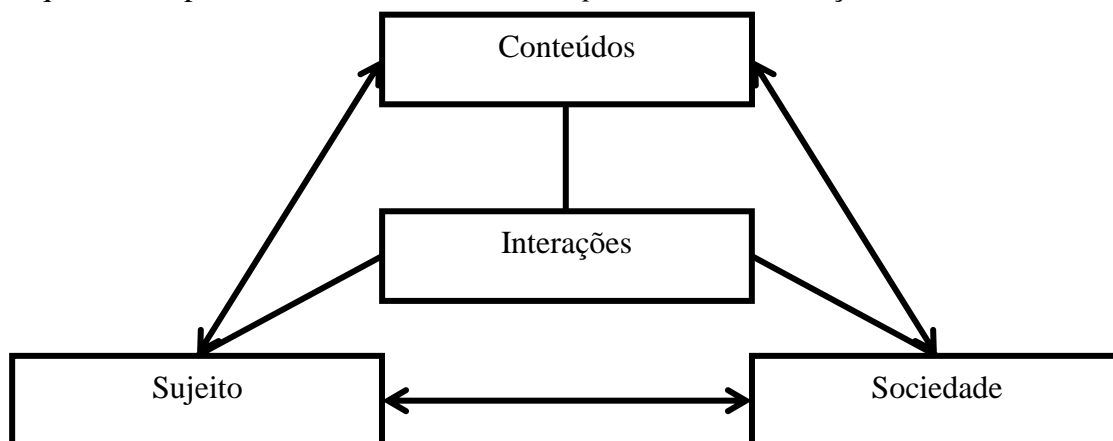


Figura nº 6 - As componentes que fundamentam as teorias da educação

¹⁹Cf. Yves Bertrand, *Teorias Contemporâneas da Educação*, Lisboa, Publicações Instituto Piaget, 1991, p.13.

Fonte: Yves Bertand, *Teorias Contemporâneas da Educação*

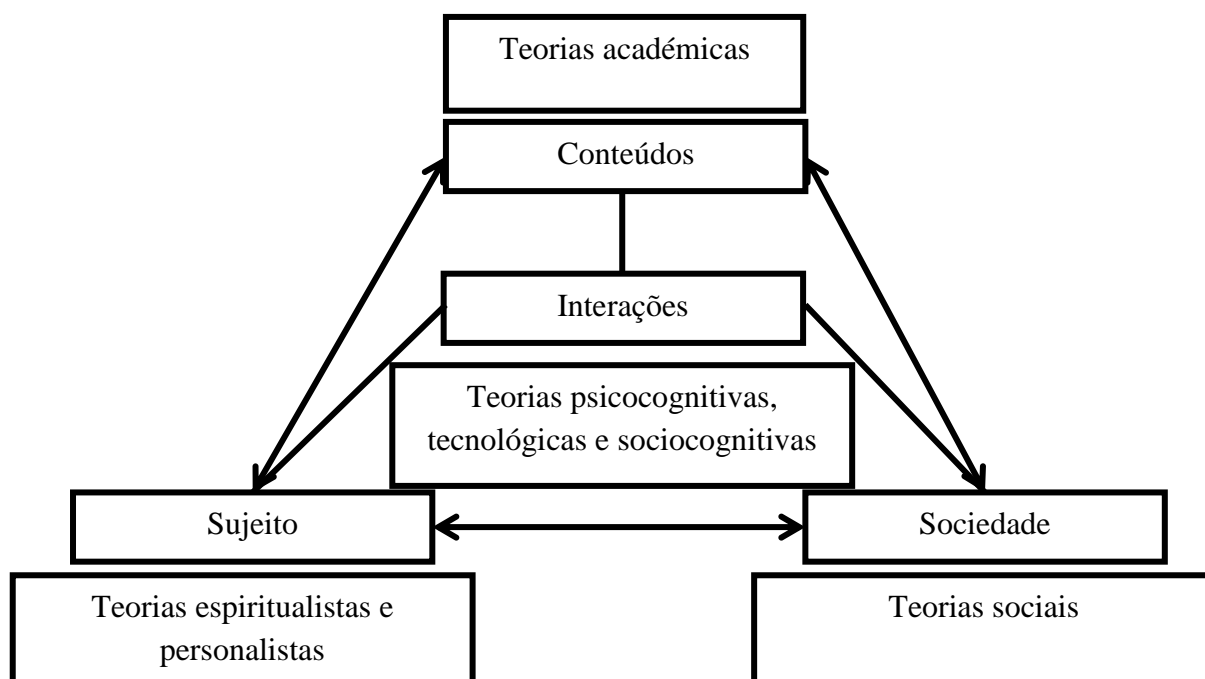


Figura nº 7 – Teorias contemporâneas da educação segundo as quatro componentes

Fonte: Yves Bertand, *Teorias Contemporâneas da Educação*

Então como podemos comprovar as Teorias da Educação são classificadas consoante o seu objeto de estudo, as Teorias de académicas centram o seu estudo e defendem a educação centrada nos conteúdos. Por seu lado a sociedade é o elo principal da educação segundo as Teorias sociais. As Teorias espiritualistas e personalistas defendem o sujeito (professor e alunos) como sendo o objeto principal da educação. E por fim, as teorias psicocognitivas, tecnológicas e sociocognitivas abordam as interações entre conteúdos, sujeito e sociedade são o objeto de estudo das teorias psicocognitivas. Mas seja qual for o seu foco, todas as teorias educativas pretendem melhorar as práticas letivas do professor para que as suas metodologias de trabalho sejam as mais eficazes com os alunos.

Tendo em conta a conjuntura das Teorias da educação, achámos imprescindível realizar uma abordagem teórica às diferentes teorias que nos ajudaram no nosso percurso letivo. Então as teorias que iremos abordar são as teorias psicocognitivas, as teorias sociocognitivas e psicossociais e as teorias sociais.

2.2.1 Teorias psicocognitivas

O termo psicocognitiva é a junção da palavra psique (mente) e cognição (aquisição de conhecimento). As teorias psicocognitivas estudam o desenvolvimento cognitivo da criança, bem como os processos inerentes, tais como o raciocínio, a análise, resolução de problemas, as representações, as concepções preliminares, as imagens mentais e a metacognição. O foco principal desta teoria é o processo interno do espírito, tendo como ponto-chave a concepção do conhecimento.

Dentro desta teoria, iremos abordar a Teoria de Jean Piaget com o seu importante contributo sobre o estudo do desenvolvimento cognitivo e a de David Ausubel com a teoria da aprendizagem significativa.

2.2.1.1 Jean Piaget

“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propões.”²⁰

O estudo piagetiano vem questionar a ideia que se tinha generalizado de que a inteligência, apenas, difere quantitativamente entre adultos e crianças, bem como a concepção de ser humano passivo, que responde aos estímulos do meios (*behaviorismo*) ou aos impulsos internos/instintos (teorias psicodinâmicas). Apesar da teoria piagetiana não ser uma teoria de aprendizagem, mas sim de desenvolvimento cognitivo, as suas ideias foram aproveitadas e aplicadas na educação.

²⁰ Cf. *Pais que educam, professores que amam*:
<http://www.presenca.pt/files/products/Exc10950003.pdf>: consultado dia 01/04/2014

Piaget é um dos maiores vultos das teorias construtivistas que abordam e explicam “(...) os processos de desenvolvimento e de aprendizagem com resultados da atividade do homem na interação com o meio.”²¹

Durante os seus longos anos de estudo Jean Piaget conclui que cada criança irá construir o seu modelo do mundo, a medida que se vai desenvolvendo. Segundo Iris Barbosa Goulart, existem dois elementos fundamentais para este desenvolvimento:

1) “A própria ação do sujeito.”²²

2) “O modo pelo qual isto se converte num processo de construção interna, isto é, de formação dentro de sua mente de uma estrutura em contínua expansão, que corresponde ao mundo exterior.”²³

Segundo Piaget, desde muito cedo as crianças têm diversas formas de explorar o mundo, e após essas descobertas vão sendo integradas em esquemas psíquicos ou modelos que as crianças elaboram. Os esquemas psíquicos são padrões de comportamento ou uma ação que se desenvolvem com uma certa organização que visa o conhecimento da realidade. Piaget defende também que os esquemas simples vão sendo organizados e agregando-se a outros, formando esquemas mais complexos.

Piaget acredita que o indivíduo conhece o meio que o rodeia pela ação que exerce sobre ele. Então o indivíduo tem certas estruturas cognitivas²⁴ que determinam o tipo de ação que vai desenvolver sobre o meio e, logo, o modo como o conhece, para tal Piaget explica esta dinâmica com os conceitos de assimilação, acomodação e de adaptação.

Através do estudo biológico sobre os bivalves Piaget percebeu que os três processos essenciais (assimilação, acomodação e adaptação) que permitem os seres vivos, através de certas estruturas que possuem, agir sobre o meio de forma a conseguirem alcançar um determinado objetivo. Posteriormente irá adaptar esses

²¹ Cf. Iris Goulart, *Piaget experiências básicas para a utilização pelo professor*, Brasil, Vozes, 1993 p. 14.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ Entende-se por estruturas cognitivas como sendo padrões de ação física e mental subjacentes a atos específicos de inteligência e correspondem a estágio do desenvolvimento cognitivo.

processos ao plano da psicologia cognitiva, então entende a assimilação como sendo um processo, através do qual, o organismo incorpora o meio nas suas estruturas existentes. Goular dá um exemplo que ilustra bem o que se entende por assimilação, ao ler um texto, o leitor vai assimilando o seu conteúdo, isto é, vai se apropriando dele e procurar entendê-lo consoante aquilo que sabe acerca do tema. A acomodação é processo através do qual as estruturas existentes sofrem alterações para responder às modificações do meio, recorrendo novamente ao exemplo que Goular apresenta, a nova leitura do texto vai determinar alterações na organização do conhecimento sobre o assunto. Posto isto e após os processos de assimilação e de acomodação, os novos conhecimentos vão criar um desequilíbrio na estrutura cognitiva do indivíduo e esta não lhe consegue dar resposta, dá-se então o processo de adaptação, como forma de restaurar o equilíbrio.

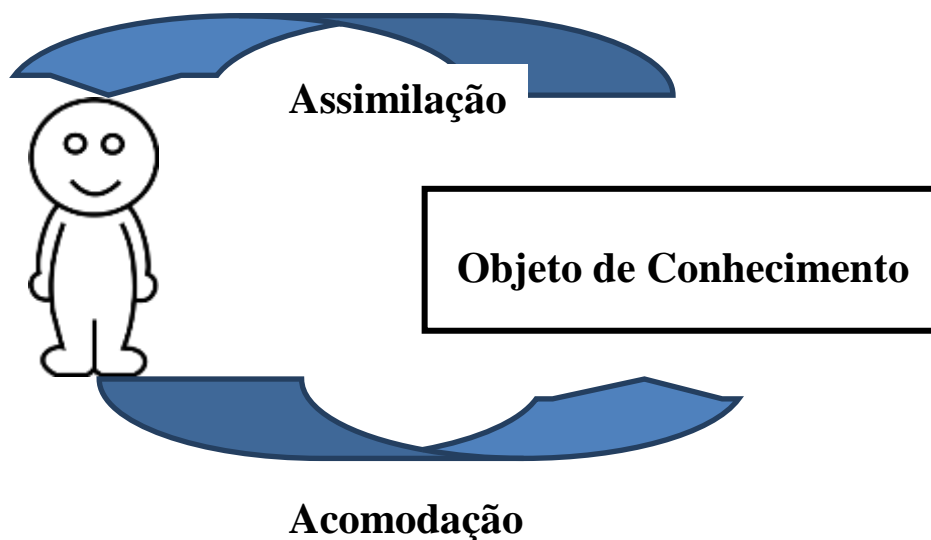


Figura nº 8 – O processo de Assimilação e Acomodação

Fonte: Sofia Freire, Documentos disponibilizados na aula de PEDa (adaptado pelo Mestrando)

A partir desta constatação Piaget construiu quatro “Estádios de desenvolvimento cognitivo”, para explicar o desenvolvimento da forma como construímos o conhecimento. Segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo é um processo sequencial determinado por etapas com estruturas mentais distintas. Estes estádios de desenvolvimento são sequências, interligados com o anterior, tornando-se cada vez mais complexos. Cada estágio apresenta uma forma de compreender os

problemas e resolvê-los tendo em conta o nível cognitivo que a criança detém naquele momento. Para tal, elaborámos uma tabela onde organizamos os quatro estágios, as idades a que correspondem e as suas principais características.

Tabela nº 2 Os Estágios de Desenvolvimento de Cognitivo²⁵ de Jean Piaget

Estádios	Idades	Características
Sensório-motor	0 a aproximadamente 2 anos	Este estágio é caracterizado por uma inteligência maioritariamente prática, baseada nas sensações de e nos movimentos. Inicialmente a ação não é coordenada e a realidade é a ação imediata. No final deste estágio, a criança já apresenta uma coordenação da ação, uma coordenação de meios e fins, uma permanência do objeto e o início da representação mental e da simbolização.
Pré-operacional	2 a aproximadamente 7 anos	Este estágio é caracterizado pela preparação e organização das operações concretas. As ações são mentais, no entanto, isoladas e pouco coordenadas entre si e muito dependentes de dados perceptivos. Neste estágio a criança é dominada pelos aspetos perceptivos (Pensamento egocêntrico, animismo e realismo). Não podemos esquecer que neste estágio as crianças desenvolvem a função simbólica, onde adquirem a capacidade de representar mentalmente e de criar simbolismos.
Operações concretas	7 a aproximadamente 11/12 anos	Neste estágio a criança adquire um pensamento lógico desenvolvendo capacidades para realizar operações mentais, pois compreende que existem ações reversíveis. Compreende também a existências de conceitos e características que não variam em

²⁵ Este quadro foi adaptado com a informação de Iris Goulart “Piaget experiências básicas para a utilização pelo professor”, Vozes, Brasil, 1993 pág. 26-47 e <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4925/7/ANEXOS%20-%20PIAGET.pdf> consultado dia 21-03-2014

		função das mudanças dos objetos. O conhecimento já não se baseia na percepção imediata e começa a perceber que a existência de características que se mantêm, independentemente da sua aparência. São capazes de fazer classificações e seriações.
Operações formais	12 a aproximadamente 16 anos	Para além das operações concretas também realiza operações formais. Desenvolve também o pensamento abstracto (é capaz de se desprender do real e raciocinar sem se apoiar fatos, o raciocínio hipotético-dedutivo (coloca hipóteses, formulando mentalmente todo o conjunto de explicações possíveis). Para além disso percebe que existem diversas formas de entender a realidade. É também capaz de pensar sobre o seu pensamento e sobre o pensamento das outras pessoas, então percebe que diferentes situações têm diferentes pontos de vistas.

2.2.1.2 David Ausubel

“O conhecimento é significativo por definição. É o produto significativo de um processo psicológico cognitivo (“saber”) que envolve a interação entre ideias “logicamente” (culturalmente) significativas, ideias anteriores (“ancoradas”) relevantes da estrutura cognitiva particular do aprendiz (ou estrutura dos conhecimentos deste) e o “mecanismo” mental do mesmo para aprender de forma significativa ou para adquirir e reter conhecimentos.”²⁶

David Ausubel

David Ausubel, após a sua formação académica, resolve dedicar-se ao estudo da educação, buscando formas de melhorar as necessidades do formando. Com os seus estudos, Ausubel opõe-se veemente à aprendizagem mecânica, e liga-se ao cognitivismo defendendo a aprendizagem como forma de armazenamento de informação, que ao assimilar-se na estrutura cognitiva do individuo é adaptada e será

²⁶ Cf. David Ausubel, *Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva*, Lisboa, Paralelo Editora, 2003.

utilizada no futuro, através da organização e integração dos conteúdos apreendidos significativamente.

Ausubel desenvolve a sua teoria que fica conhecida como a “Teoria das Aprendizagens Significativas”. A “aprendizagem significativa, envolve a aquisição de novos significados, estes são por sua vez, os produtos finais da aprendizagem significativa. Ou seja, o surgimento de novos significados no aprendiz reflete a ação e a finalização anteriores do processo de aprendizagem significativa.”²⁷

“A aprendizagem significativa consiste no facto de que novas ideias expressas de forma simbólica se adaptam àquilo que o aluno já sabe, de forma não arbitrária e não literal, e que o produto desta interacção activa e integradora é o surgimento de um novo significado, que reflecte a natureza substantiva e denotativa deste produto significativo.”²⁸. Através desta breve citação de Ausubel podemos perceber a natureza das aprendizagens significativas, constatando também que esta teoria aproximasse da teoria piagetiana relacionando-se com a cognição e com o construtivismo.

Para se poder aplicar a aprendizagem significativa existe um elemento essencial, os alunos, que têm de ter uma pré-disposição para assimilar as novas aprendizagens e relacioná-las com os conhecimentos já adquiridos, ou seja as novas aprendizagens têm de ser significativa para eles. A aprendizagem significativa só será “verdadeira” se os alunos tiverem uma participação ativa no processo de ensino/aprendizagem, evitando repetir e memorizar os conteúdos transmitidos pelo professor ou pelo manual.

Os alunos “(...) desenvolvem frequentemente um mecanismo de aprendizagem memorizada numa matéria de aprendizagem potencialmente significativa prende-se ao facto de aprenderem a partir de lamentáveis experiências anteriores (...)”²⁹, estas defesas podem ser por exemplo o insucesso repetido numa disciplina, ou não ter confiança para perceber as novas aprendizagens, obrigando o aluno a recorrer a aprendizagem por memorização. Outra das formas que obriga os alunos a recorrer à aprendizagem por memorização é a “obrigação” da fluência sobre

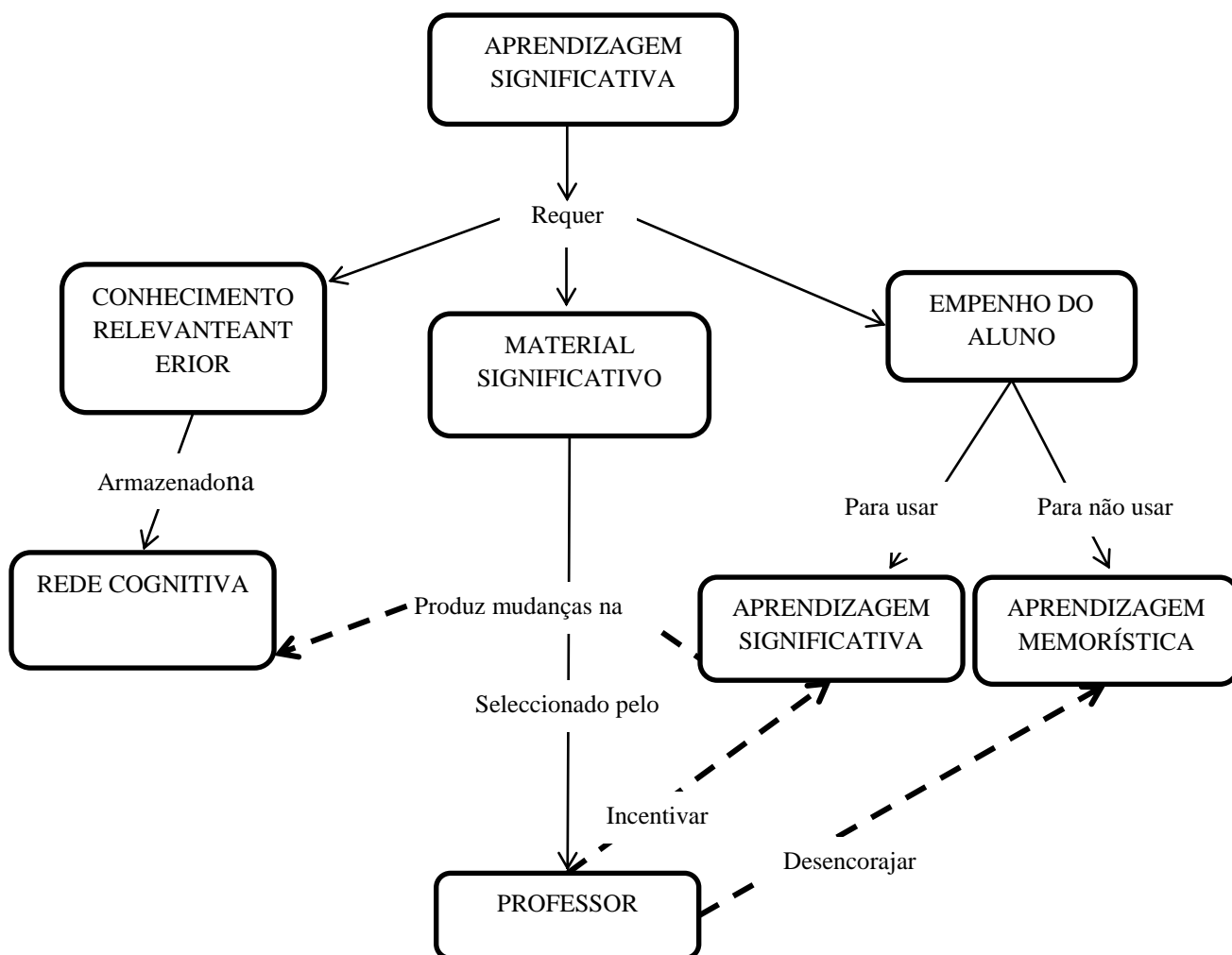
²⁷ Cf. David Ausubel, *Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva*, Lisboa, Paralelo Editora, 2003, p. 72.

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Idem, *ibidem*.

um assunto e a “vergonha”, em vez de assumirem as suas dúvidas. Um exemplo do tipo de inibições que condicionam a aprendizagem significativa está patente na disciplina de Matemática³⁰, nós pensámos e apontámos a disciplina (a nossa disciplina) de História, onde os alunos “entravam” perante a grande quantidade de datas, de acontecimentos e de personalidades. Antes de mais existe também um preconceito em relação à História, sendo caracterizada como uma “seca” e que o sucesso só se obtém através da memorização. Estas considerações levam a que os alunos não consigam apreender o conhecimento histórico e torna-lo significativo.

Figura nº 9 – O processamento da Aprendizagem Significativa



Fonte: <http://rcrrodrigues.wordpress.com/2010/12/06/teoria-da-aprendizagem-significativa-de-david-ausubel/>, consultado dia 22-03-2014 (adaptado pelo Mestrando)

³⁰Cf. David Ausubel, *Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva*, Lisboa, Paralelo Editora, 2003, p. 72.

2.2.2 Teorias sociocognitivas e psicossociais

Estas duas correntes da educação centram-se sobre os aspectos culturais e sociais na construção do conhecimento. Então podemos afirmar que estão centradas nas interações sociais e culturais que influenciam a forma do indivíduo estar na sociedade.

“As teorias sociocognitivas salientam as transformações que devem ocorrer na educação em função das suas relações com a sociedade. Estas transformações cobrem a panóplia possíveis das mudanças sociais da educação, às propostas de mudança radical na sociedade”³¹

Neste subcapítulo também fazemos uma análise da teoria psicossocial de Erikson e a teoria sociocognitiva de Vygotsky.

2.2.2.1 Erikson

"Em cada criança e em cada estágio, há um novo milagre de desdobramento vigoroso"

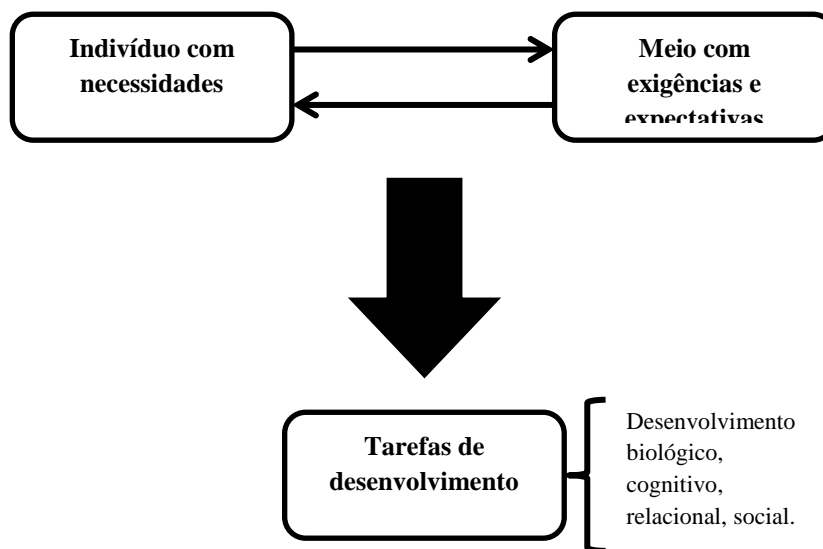
Erikson

Erikson centra a sua abordagem no problema de identidade e das crises do ego, que são condicionadas pelo meio sociocultural.

A teoria do desenvolvimento psicossocial demonstra a relação do indivíduo com o meio, e como esta interação influencia o desenvolvimento da personalidade. A personalidade é formada ao longo da vida e é resultado das experiências psico-sociais do indivíduo. Cada indivíduo desenvolve determinadas necessidades características de diferentes momentos do desenvolvimento, e a sociedade tem para com o indivíduo em desenvolvimento diferentes expectativas e faz-lhe diferentes exigências, consoante o momento do seu desenvolvimento.

³¹ Cf. Yves Bertrand, *Teorias Contemporâneas da Educação*, Lisboa, Publicações Instituto Piaget, 1991, p.18.

Figura nº 10 – O desenvolvimento baseado na teoria de Erikson



Fonte: Fonte: Sofia Freire, Documentos disponibilizados na aula de PEDA (adaptado pelo Mestrando)

Erikson desenvolveu oito etapas de desenvolvimento, que denominou de psicossociais. “(...) onde ele descreveu algumas crises pelas quais o ego passa, ao longo do ciclo vital. Estas crises seriam estruturadas de forma que, ao sair delas, o sujeito sairia com um ego (no sentido freudiano) mais fortalecido ou mais frágil, de acordo com a sua vivência do conflito, e este final de crise influenciaria diretamente o próximo estágio, de forma que o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo estaria completamente imbricado no seu contexto social.”³²

Tabela nº 3 – As etapas de desenvolvimento psicossociais de Erikson

Autonomia vs vergonha e dúvida	Dos 18 meses a cerca de 3 anos de idade	Vontade A criança aprende que pode controlar o ambiente e desenvolve a sensação de ter liberdade em agir, e também, o sentimento correspondente de culpa ou pena por um uso
---------------------------------------	---	--

³² Cf.Elaine Rebello, José Silveira Passos, *Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento*, s.d, d.L., p.3

		inapropriado do auto-controle.
Iniciativa VS culpa	Dos 3 aos 5 anos de idade	Propósito A criança aprende a iniciar uma ação, a explorar a imaginar as consequências das suas ações (nomeadamente remorsos).
Mestria VS Inferioridade	Dos 5 aos cerca de 13 anos	Competência A criança aprende a fazer coisas corretamente em comparação com um padrão.
Identidade VS Difusão	Dos 13 a cerca de 21 anos de idade	Fidelidade O jovem desenvolve um sentido do eu na relação com os outros e a ter uma série de pensamentos e desejos internos seus.
Intimidade VS Isolamento	Dos 21 anos a cerca dos 40 anos	Amor O jovem desenvolve a capacidade de dar e receber amor. Começa a estabelecer vínculos duradouros com os outros.
Generatividade VS Estagnação	Dos 40 anos até cerca dos 60 anos de idade	Responsabilidade O adulto desenvolve um interesse pelo desenvolvimento de nova geração.
Integridade VS Desespero	Para além dos 60 anos de idade	Sabedoria O adulto desenvolve um sentido de aceitação da sua vida e do modo como foi vivida e da importância dos outros e das relações no seu próprio desenvolvimento.

Através da tabela podemos verificar que as três etapas intermedias são aquelas que correspondem ao período escolar, daí a sua importância na formação do indivíduo, a forma como cada um resolve os diferentes conflitos irá marcar o seu período de vivência escolar. “São estas fases que vão dotar a criança de um sentido de empreendedorismo (de querer fazer, de gostar de fazer), completada com um sentimento de competência (não é só fazer, tomar decisões, mas ter a confiança de o que é capaz de fazer, que é capaz de ultrapassar obstáculos ou de procurar ajuda para o fazer e saber que a vai encontrar), mas também saber o que quer fazer, onde quer chegar – fazer com um orientação e não porque os outros fazem (...)”³³

Estas etapas irão fazer com que o jovem desenvolva capacidades para funcionar de forma equilibrada na sociedade. Cada um destes conflitos não é apenas

³³Cf, Sofia Freire, Documento disponibilizados nas aulas de PED.A.

solucionado com a vontade do indivíduo, pois são condicionados pelo meio onde está inserido (escola, grupos sociais) que podem dificultar a resolução positiva dos conflitos. Nesta linha de ideias podemos ver a escola como sendo um agente importante na formação psicossocial dos alunos.

2.2.2.2 Vygotsky

“Nós tornamo-nos nós mesmos através dos outros”

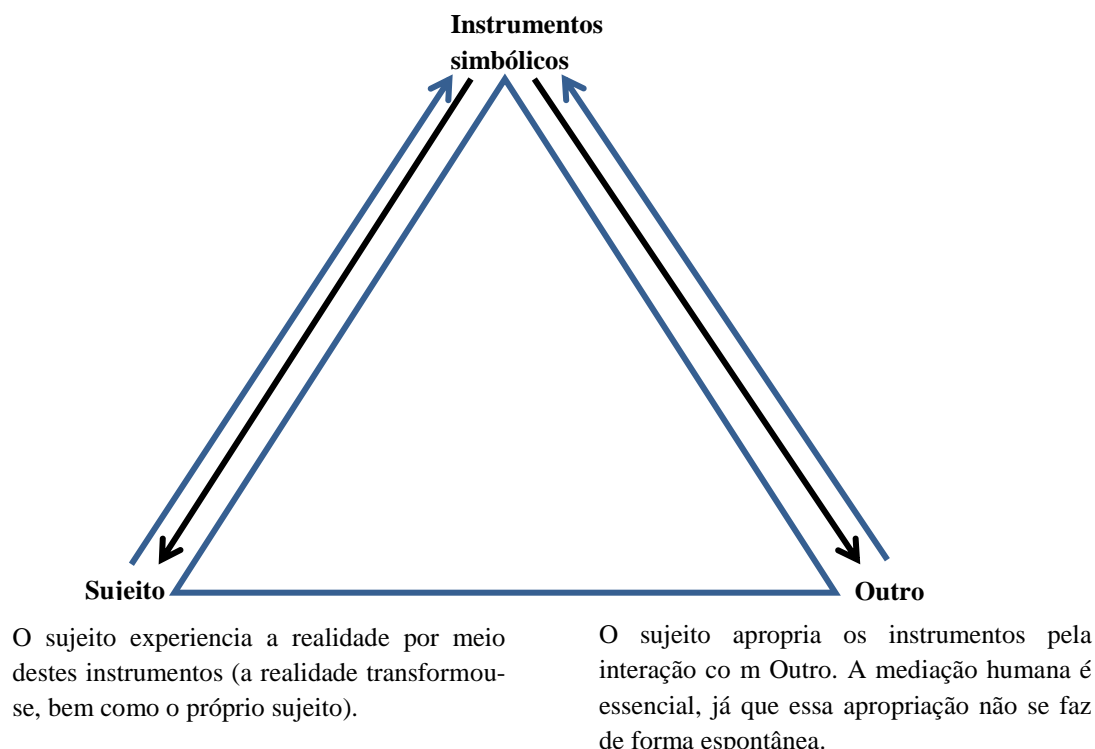
Lev Vygotsky

Vygotsky foi o primeiro psicólogo apresentar os mecanismos através dos quais a cultura torna-se parte da individualidade de cada indivíduo ao defender que as funções psicológicas são um resultado das atividades cerebrais, conseguiu explicar a transformação dos processos elementares psicológicos em processos complexo englobados na história.

O psicólogo bielorrusso defende a importância “(...) do processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. A sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. Para o teórico, o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado mediação simbólica.”³⁴ Então o processo de mediação consiste no desenvolvimento cognitivo que ocorre por meio da apropriação de instrumento simbólicos, tais como a linguagem, a escrita, os sistemas de numeração, de contagem, técnicas de mnemónica, esquemas, diagramas entre outros. Vygotsky também defende a criança como construtor dos seus processos e das suas mudanças e não um adulto em miniatura e considera o homem dentro da sociedade, dando então ênfase as suas interações como o meio, influenciado pela sua bagagem histórico-social.

³⁴ Cf. Elaine Rebello, José Silveira Passos, *Vygotsky e desenvolvimento humano*, s. d., s. L., p.3

Figura nº 11 – A aquisição de instrumentos simbólicos



Fonte: Sofia Freira, documentos disponibilizados nas aulas de PEDA (adaptado pelo
mestrando)

Com podemos observar pelo esquema anteriormente apresentado, a apropriação de instrumentos simbólicos, sociais e culturais faz-se pela interação com os outros. Então as funções psicológicas superiores surgem, primeiro, no plano interpessoal, para depois passar para o plano intra-individual.

Para explicar a importância do outro no desenvolvimento cognitivo do sujeito, Vygostky apresenta uma Zona de Desenvolvimento Proximal (em seguida ZDP), definindo-a como sendo a distância entre o nível de desenvolvimento real de uma criança, determinado pela possibilidade de resolver de forma independente um problema e o nível mais elevado desenvolvimento potencial, determinado pela resolução de problemas sob a orientação de um adulto ou trabalhando com pares mais capazes. Será nesta ZDP que a aprendizagem vai ocorrer, sendo elas que ajudam a criança a desenvolver-se e amplia também o seu desenvolvimento.

Aplicando agora as teorias de Vygostky para a aprendizagem da criança, podemos referir que a partir do conceito de mediação, atrás referido, é baseado na tese de que a aprendizagem é dinâmica, num plano interpessoal, onde o indivíduo utiliza os instrumentos simbólicos na interação/realização com o outro e no plano intrapessoal em que os instrumentos são internalizados e apropriados pelo sujeito. Como podemos perceber, o professor deverá trabalhar na ZDP, tornando-se um mediador, facilitando a apropriação de instrumentos simbólicos, conseguindo fazer com que os alunos resolvam os problemas primeiro num plano interpessoal para um plano intrapessoal, onde ocorre um nível de desenvolvimento real. Podemos então perguntar quais são as formas de mediação, para efectivar este processo? Existem várias formas de mediação, entre as quais: o encorajamento, o desafio, o *feedback*, o ajustamento ao nível da criança, a transferência de responsabilidade, a modelação e clarificação de estratégias cognitivas, facilitar o reconhecimento de estratégias cognitivas, entre outras. Para estas formas de mediação obterem um resultado positivo é preciso que o professor tenha em atenção os aspetos emocionais e afetivos dos alunos, ou seja, conhecer os alunos.

2.2.2.3 Jerome Bruner

“A aprendizagem consiste essencialmente na categorização, que ocorre para simplificar a interação com a realidade e facilitar a ação”

Jerome Bruner

A teoria de Bruner destaca a cultura, a linguagem e as técnicas como sendo os instrumentos que possibilitam o surgimento de modos de representação, isto irá fazer com que o desenvolvimento cognitivo será mais eficiente quanto melhor for o acesso do indivíduo a um meio cultural rico e estimulante.

Aplicando agora as ideias de Bruner à educação, é imprescindível que o aluno seja o centro do processo de ensino/aprendizagem, sendo o próprio o construtor do seu conhecimento através do método da descoberta, remetendo o professor para um lugar de mediador e orientador deste processo. Bruner propõe então um conceito de “conhecimentos em espiral”: “A Teoria de Aprendizagem por descoberta fala do currículo em espiral, no qual deve organizar-se trabalhando periodicamente os mesmos conteúdos, cada vez com mais profundidade. A ideia é que os estudantes

modifiquem continuamente as representações mentais que vêm construindo”³⁵ Com esta afirmação podemos verificar que Bruner defende que devemos partir de matérias mais básicas e a medida que os alunos vão adquirindo capacidades cognitivas, tornamo-las mais complexas e assim os alunos conseguem mudar e complexificar as representações mentais que vão construindo.

2.2.3 Teoria Social

2.2.3.1 Carl Rogers

“A aprendizagem significativa é uma aprendizagem penetrante que não consiste num simples aumento de conhecimento, mas que liga cada aspecto da existência do indivíduo”

Carl Rogers

Carl Rogers nasceu em 1902 em Ilinoís, USA. Desde muito jovem desenvolve um interesse pelas ciências aplicadas, relacionadas com tarefas agrícolas, a medida que vai crescendo desenvolve o gosto pelas ciências sociais e humanas, mais propriamente pela História, Religião e Psicologia. Rogers não cria uma teoria de aprendizagem propriamente, mas sim caracteriza no seu todo uma “situação de aprendizagem”, para que se produza uma aprendizagem significativa e útil para o ser humano.

O estudo rogeriano é centrado no desenvolvimento da personalidade “*y a las condiciones de su crecimiento existencial, basándose por tanto en los datos provenientes de la experiencia del individuo, concebido como un ser que existe, deviene, surge y experimenta.*”³⁶ Rogers reconheceu que o homem tem uma necessidade de se desenvolver e crescer permanentemente, esta tendência é chamada de tendência actualizante, ou seja, todos os indivíduos têm a tendência de se desenvolver todas as suas potencialidades de maneira a favorecer a sua conservação e enriquecimento pessoal. Para este desenvolvimento pessoal, Carl Rogers defende que as relações interpessoais são extremamente importantes, especialmente em idade escolar.

³⁵ Cf. António Tereno, *O Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos Séculos XIII-XIV – Espaços, Poderes e Vivências: Uma Proposta Didáctica*, Lisboa, Relatório da Prática de Ensino Supervisionada, 2013, p.22.

³⁶ Cf. S. A., *Teorias Humanistas da aprendizagem*, s. d., s. L., p.152.

Então se considerarmos a tendência humanizadora e de auto atualização podemos perceber o papel extremamente importante da educação no estudo de Rogers. Uma das formas de o aplicarmos é recorrer a semidiretividade, ou seja, deixar de lado os métodos tradicionais, meramente expositivos e centrados nos conteúdos e centrarmos o processo de ensino aprendizagem no aluno e no seu desenvolvimento. No livro *Teorias Psicológicas Aplicadas a la Educación* são apresentados diversos autores influenciados pelo estudo de Carl Rogers onde apontam uma série de medidas que se devem utilizar e aquelas que se devem evitar em sala de aula, para aplicarmos a semi-directividade. De forma muito resumida, os professores devem centrar-se nos seus alunos para que eles obtenham conhecimentos operativos que provoquem mudanças na sua personalidade.

2.2.3.2 Paulo Freire

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”
Paulo Freire

Paulo Freire nasceu em 1921 no Brasil, nasceu no seio de uma família de classe média onde vivenciou a pobreza e a fome, o que influenciou muito a sua concepção educativa, que deveria ser igual para todos os indivíduos.

Paulo Freire procura na sua noção de conhecimento tornar a educação para todos, não havendo uma divisão dos indivíduos, influenciada pela sua ordem económico ou social. A educação tradicional permite que exista dentro das escolas pessoas excluídas que deverão ficar num estado latente de ingenuidade e de “ignorância”, pois segundo Freire o indivíduo de classe social mais desfavorecido não deverá ser educado para desenvolver a consciência crítica, é-lhe negado o direito de se humanizar e o direito de pensar de forma autónoma.

A proposta educativa de Freire é caracterizada por ser coerente e dialética, pois está assente nos seguintes dialectos (ação-reflexão; subjectivo-objetivo; homem-mundo e educador-educando), dando uma visão mais abrangente da educação.

“Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto ou aquilo. Não posso ser professor a

favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a objectividade da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o déspota, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a depravação, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda”³⁷. Este excerto mostra claramente a ideologia educativa de Paulo Freire, onde os valores da igualdade e liberdades estão bem patentes

Foi com base nas teorias pedagógicas nos aspetos atrás evidenciadas, que construímos a componente pedagógica e didática da nossa prática letiva. Os mesmos podem ser comprovados no capítulo 4 onde descrevemos as nossas aulas.

2.3. AS LENDAS E OS MITOS

“ O mito é o nada que é tudo”
Fernando Pessoa

A reflexão sobre o potencial didático das lendas e mitos no processo de ensino e aprendizagem da História deverá principiar pela distinção dos conceitos nucleares (lendas e mitos). O nosso universo de estudo tem uma grande diversidade de conceitos e definições dos mesmos, sendo envolvidos pelas narrativas ficcionais ou maravilhosas.

2.3.1 As características das lendas e dos mitos

A palavra lenda advém do latim *legenda*, que significa “o que deve ser lido”, podendo ser considerada como uma narrativa escrita ou tradição de sucessos duvidosos, fantásticos ou inverosímeis. A lenda pode ser vista como uma herança de um passado remoto, embora sem possuir o valor coletivo e o significativo cósmico do mito, a base da história de todas as nações, sendo caracterizada pelas transições entre o fantástico e o real, chegando, mesmo, em muitos casos ser difícil traçar uma fronteira entre os seus componentes reais e os maravilhosos. As lendas ajudam a conservar a memória de um povo e não deverão ser afastadas da memória colectiva

³⁷CF. Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*: <http://www.educacional.com.br/> consultado dia 08-07-2014.

do mesmo. Por outro lado, além de conter um grande potencial para a construção histórica de um povo ou nação, a tradição lendária é também apropriada pela Igreja, como sendo uma poderosa arma de difusão da doutrina, no caso de Portugal da religião católica. Atualmente as tradições têm ganho um reconhecimento importante para a construção do pensamento histórico.

A lenda também pode ser entendida como um relato de factos ou acontecimentos cujo seu cerne é tido como verdadeiro, sendo transmitido oralmente de geração em geração, por um determinado povo. As narrativas lendárias podem ser localizadas geograficamente e temporalmente, no entanto, os factos históricos que a compõem chegam-nos de forma deturpada pelas próprias populações, que empregam e interpretam a lenda conforme o seu contexto. Como afirma Alexandre Parafita: “Não raramente, a existência de uma lenda é uma consequência da fragilidade da história, ou dos documentos que a fundamentam. Por isso, muitas vezes nasce num espaço nebuloso da história, procurando complementá-la, ou justificá-la, num quadro de representações do imaginário. As personagens de uma lenda são seres bem definidos e bem representados na memória coletiva da comunidade. A lenda surge, por isso, mais histórica e mais verdadeira do que o conto que é por natureza mais ficcional.”³⁸ Podemos assumir que a lenda está ao serviço de um povo, e é empregue de acordo com a sua noção de veracidade.

Segundo Rúbia Lóssio, estudiosa que dedicou grande parte do seu estudo à importância das lendas, defende que a sua narração terá iniciado nos conventos e mosteiros, desde os primeiros tempos da era cristã, visto que nas horas das refeições eram contadas histórias da vida de um santo que dava nome ao dia. É por isso motivo que se passou a chamar de lenda, ou seja, o trecho a ser lido. A lenda tornar-se-ia numa biografia de santos, ao serviço da Igreja Católica, que eram construídas e modificadas consoante as manifestações de fé que os seus autores atribuíam aos seus “heróis”³⁹.

³⁸ Cf. Alexandre Parafita, *O Maravilhoso Popular - Lendas Contos Mitos*, Lisboa, Plátano Editora, 2000, p. 61

³⁹ Baseado em Rúbia Lóssio, *Lendas: Processo de Folkcomunicação*, consultado em <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Lendas: Processo de Folkcomunica%C3%A7%C3%A3o>; a 10 de Maio de 2014.

A religião foi um ator importante nas modificações (acrescentos ou supressões) das lendas, no entanto, com o passar dos séculos, a vida mundana começou a incrementar-se nas lendas através de diversas narrativas populares. No seguimento desta ideia, podemos perceber que a história dos homens foi sendo ilustrada segundo as crenças dos diferentes povos, tendo em conta as suas características e localização geográfica. Este aspeto demonstra o porquê de existirem diferentes versões para uma só lenda.

Tendo em conta o que anteriormente foi referido, nas lendas existe sempre uma personagem que devido às suas características se apresenta como herói. Nesse herói estão projectados os desejos e as ansiedades de um povo e as lendas passam a ter um componente maravilhoso, pois passam a integrar mágicos, bruxas, mouras que passam a imiscuir-se no destino do homem. As lendas assumem os acontecimentos com um fundo verdadeiro, introduzindo-se na História de Portugal pela voz do povo, pois os temas que relatam representam as suas aspirações e acabam por explicar acontecimentos que a História não consegue explicar.

As lendas podem ser classificadas, segundo as características que apresentam. Vários autores se dedicaram ao estudo das lendas de modo a apresentarem uma classificação para elas, o que levou a diferentes classificações apresentadas, no entanto, aquela com que nos mais nos identificamos é a apresentada por Rúbia Lóssio no seu estudo *Folkcomunicação*, adaptada daquela que é apresentada por Susana Chertudi e pela *International Society for Folk-Narrative research*. Esta classificação consite⁴⁰:

1. Lendas etiológicas⁴¹ e escatológicas⁴² (são aquelas relatam um futuro profetizado da humanidade).

2. Lendas históricas e lendas histórico-culturais:

- a) Origem de lugares e bens culturais;
- b) Lendas relativas a localidades;
- c) Lendas relativas à pré-história;

⁴⁰Idem, *ibidem*

⁴¹ Lendas etiológicas são aquelas que estão na origem de nomes e povoações ou lugares.

⁴² Lendas escatológicas são aquelas relatam um futuro profetizado da humanidade.

- d) Guerras e catástrofes;
- e) Personalidades destacadas;
- f) Infracção de uma ordem.

3- Seres e forças sobrenaturais: lendas míticas:

- a) O destino;
- b) A morte e mortos;
- c) Lugares encantados e aparecimento de fantasmas;
- d) Procissões e lutas fantasmagóricas;
- e) Estadia noutro mundo;
- f) Espíritos da natureza;
- g) Espíritos de ambientes culturais;
- h) Seres metamorfoseados;
- i) O diabo;
- j) Demónios de doenças;
- k) Pessoas que possuem dons e forças sobrenaturais/mágicos;
- l) Animais e plantas míticas;
- m) Tesouros.

4- Lendas religiosas: mitos de desuses e heróis

Nesta categoria existe uma sobreposição entre as lendas e os mitos (temática a ser tratada no próximo subcapítulo), na maior parte das vezes pensamos que os mitos e as lendas acompanham-se mutuamente, apesar de percebermos que os mitos têm fronteiras mais frágeis. Para podermos justificar esta teoria apresentamos a opinião de Luís Câmara Cascudo que defende: “As Lendas (...) são muitas vezes confundidas com o mito, dele se distanciam pela função e confronto. O mito pode ser um sistema de lendas, gravitando ao redor de um tema central com um área geográfica mais ampla e sem exigências de fixação no tempo e no espaço (...)”⁴³

Apesar da classificação apresentada é importante ressaltar que existem algumas lendas que podem assumir aspetos das diferentes categorias que foram apresentadas. Assim sendo, iremos posteriormente apresentar alguns exemplos, dentro do período temporal de estudo, que mostram a verdadeira ambivalência e

⁴³Cf. Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Brasília, 9ª ed., J. Olympio, INL, 1976, pág. 148

potencial das lendas que marcam a História de Portugal. Um exemplo que podemos utilizar para explicar como as lendas podem assumir diversos aspetos da categorização apresentada anteriormente, é o caso das lendas das mouras encantadas. As lendas que relatam histórias sobre mouras encantadas mostram antes de mais a crueldade dos homens mouros, que as abandonam num território com o seu encantamento, logo aqui verificamos que a figura do mouro está ligada com demónio, malvado e infiel que abandona a sua princesa. Enquanto que a moura está associada à beleza, à ingenuidade, ao encantamento e por vezes a alguma malvadez, sendo estes os atributos que fascinam o cavaleiro cristão. As mouras resumem um ideal feminino pleno de virtudes domésticas, que são completadas com qualidades carregadas de sedução e segundo Alexandre Parafita “perigosamente sedutoras”⁴⁴. As mouras podem assumir diversas formas, desde a bela jovem até figuras antropomórficas, que guardam vastíssimos tesouros, esperando que alguém as desencante. Estas lendas podem assumir diversas versões, dependendo sempre do sítio onde são transmitidas e das características sociais da população que as partilham. As lendas respeitantes às mouras encantadas terão um exemplo, no capítulo referente à descrição de aulas.

A palavra mito vem do grego *mythos* que “(...)significa fala, narração e concepção narrativas tradicionais de onde normalmente se pode retirar um núcleo histórico (...) o mito é a narrativa aplicada (remete para familiares, linhagens e cidades que realmente existiram, para santuários, festas de deuses e túmulos de heróis)”⁴⁵.

Originalmente o mito era entendido como uma verdade absoluta, merecedor de uma veneração profunda. Desde a Pré-História até aos nossos dias, acompanhando a evolução da sociedade e da própria ciência, o mito foi perdendo o seu valor inicial, passando a ser entendido como uma história falsa, fantasiosa, algo que não é real. Podemos compreender que o mito deixou de ter valor para a História, actualmente consideramos que estes dois conceitos se encontram de costas voltadas, chegando mesmo a serem considerados antagónicos. No entanto Lévi-Strauss afastasse desta concepção e defendendo que: “Não ando longe de pensar que, na nossa sociedade, a

⁴⁴Cf. Alexandre Parafita, *O Maravilhoso Popular - Lendas Contos Mitos*, Lisboa, Plátano Editora, 2000, pág. 118

⁴⁵Cf. Walter Burket, *Mito e mitologia*, Lisboa, Edições 70, 1991, pág. 11

História substitui a Mitologia e desempenha a mesma função, já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos a Mitologia tem por finalidade assegurar, com alto grau de certeza – a certeza completa é obviamente impossível- que, o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado (...) mas, apesar de tudo o muro que em certa medida existe na nossa mente entre a Mitologia e História pode abrir fendas pelo estudo da História concebidas não já como separada da Mitologia, mas como uma continuação da Mitologia.”⁴⁶

O conceito e valor do mito têm diversas interpretações, tanto assim é que podemos verificar nos nossos dias a expressão “isso é um mito!” nos remete para algo que não poderá acontecer ou que não é real, ou então, utilizamos a expressão “mito” para atribuir características sobrenaturais a ícones da cultura de massas. Estas diferentes acessões do mito estão presentes nas mentalidades contemporâneas e dificultam a sua utilização no processo de construção do conhecimento histórico.

Os mitos surgem na maior parte das vezes associados às lendas, pois os seus conteúdos e os seus enredos são muito aproximados. Tal como as lendas, os mitos são tidos como um narrativa verdadeira pelas comunidades que o partilham.

Mircea Eliade defende que: “O mito conta uma história sagrada, quer dizer, um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo. Mas contar uma história sagrada equivale a revelar um mistério, pois as personagens do mito não são seres humanos: são deuses ou Heróis civilizadores. (...) A função mais importante do mito é, pois, “fixar” os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas: alimentação, sexualidade, trabalho, educação etc. Comportando se como ser humano plenamente responsável, o homem imita os gestos exemplares dos deuses, repete as ações deles, quer se trate de uma simples função fisiológica, como a alimentação (...)”⁴⁷

É importante ressaltar que a principal característica do mito é o relato de histórias de deuses e semideuses respeitante à origem da humanidade. Muitos dos mitos conhecidos explicam a origem de comunidades, o que nos leva a pensar que todos os povos terão os seus próprios mitos. Outra das características principais das narrativas míticas é a sua relação com os ritos, com isto podemos afirmar que o mito

⁴⁶ Cf. Claude Lévi-Strauss, *Mito e Significado*, Lisboa, Edições 70, 1981, pág. 64-83

⁴⁷ Cf. Mircea Eliade, *O Sagrado e o Profano*, Brasil, Livros do Brasil, 1999, pág. 50

manifesta-se muitas vezes através de rituais, sendo o último a dar significado ao primeiro, materializando-o. O mito apresenta-se enquanto expressão temporal, geográfica e da funcionalidade humana. Podemos perceber que o mito é por natureza dinâmico, permitindo às sociedades que o compartilham identificarem-se com diferentes aspetos que o compõem, poderemos verificar esta conclusão através do esquema que apresentamos em seguida.

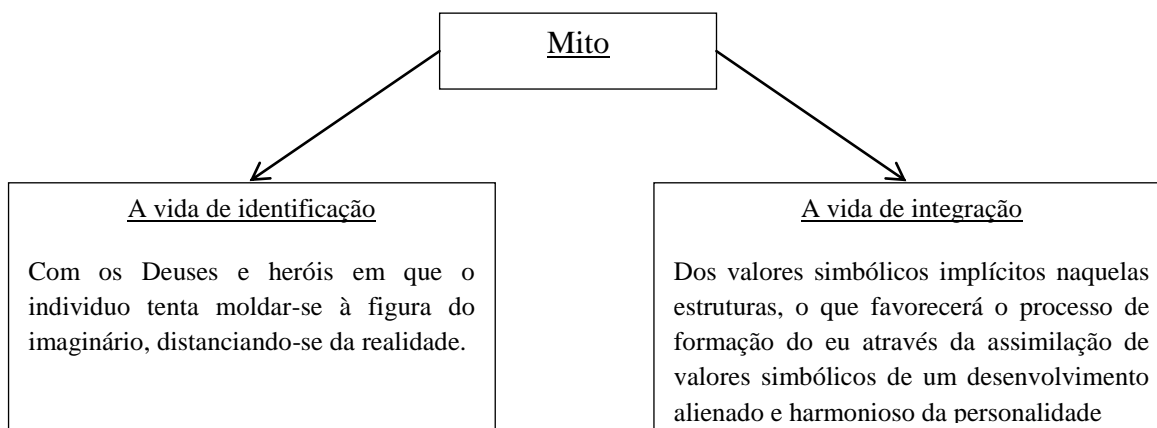


Figura nº 12 – As duas faces do mito

Adaptado de: Sérgio Campos Matos, *História, Mitologia, imaginário nacional*.

Os mitos estão extremamente ligados ao sagrado, independentemente das religiões adotadas pelas sociedades em que se inserem. Tal como acontece no caso das lendas, os mitos tidos como explicativos da origem de diferentes realidades e situações, são-nos apresentados diferentes tipos de mitos. Victor Jabouille, na sua obra *Iniciação à Ciência dos Mitos*, defende a seguinte tipologia:

- Mito teológico – relata o nascimento dos deuses, os seus matrimónios e genealogias;
- Mito cosmogónico – debruça-se sobre a criação e o ordenamento do mundo e os seus elementos constitutivos;
- Mito antropogónico – apresenta a criação do homem;
- Mito soteriológico – apresenta o universo da iniciação e dos mistérios, das catábases e dos percursos purificadores;
- Mito cultural – narra a atividade de heróis que, tal como Prometeu, melhoram as condições do homem;
- Mito etiológico – explica a origem das coisas e das pessoas; pesquisa as causas por que se formou uma tradição, procurando em especial encontrar episódios que justifiquem nomes;

- Mito naturalista – justifica miticamente os fenómenos naturais, telúricos, astrais, atmosféricos;
- Mito moral – relata as lutas entre o Bem e o Mal, entre anjos e demónios, entre forças e elementos contrários;
- Mito escatológico; descreve o futuro, o homem após a morte, o fim do mundo.

Ainda segundo o mesmo autor, o homem pretende do mito: “(...) uma resposta teológica às suas aspirações, uma compreensão mais vasta que o íntegro, de uma forma sacral, no macrocosmo a que pertence e simultaneamente, um encontro consigo próprio e com a divindade, encontro que lhe traga a Paz e a Fé. Mas também uma integração social, uma personalização da sociedade circundante, um dimensionamento microcosmático do Universo; inversamente, uma generalização, uma socialização dos seus problemas individuais, uma projeção do ego numa escala dimensionada cosmicamente, uma compreensão do SER que não passa apenas pela via ontológica. O mito pode ainda assumir uma dimensão histórica: nele o homem reconhece as suas origens, as suas tradições, e esta perspetiva pode tornar-se nacional. Ao encontrar-se com o passado, ao integrar-se num fluido temporal e existencial definido, é também a si que o homem se encontra.”⁴⁸

A maior parte dos mitos são iniciados pela expressão “naquele tempo...”, fazendo referência ao tempo primordial “in illo tempore”, “o começo do Mundo”, o tempo de origem. Segundo, Karen Armstrong, na sua obra, “*Uma Pequena História do Mito*”, defende que: “(...) a mitologia não é uma tentativa primitiva de história e não clama que narra factos objetivos. Como um romance, uma ópera ou um bailado, o mito é fingimento; é um jogo que transfigura o nosso mundo trágico, fragmentado, e nos ajuda a vislumbrar novas possibilidades quando perguntamos «E se?...» - uma questão que sempre provocou algumas das nossas descobertas mais importantes em filosofia, ciência e técnica”⁴⁹. Podemos verificar que para a autora o mito é verdadeiro e válido, na medida em que nos inspira nos ajuda a melhorar algum aspeto da nossa sociedade ou mesmo, na nossa própria vida. Então devemos olhar o mito como algo que nos irá dar ferramentas para melhorar, no que diz respeito a esta questão, Armstrong afirma que: “Na arte, libertos das barreiras da razão e da lógica, concebemos e associamos novas formas que nos enriquecem a vida e que acreditamos dizerem-nos algo de importante e profundamente «verdadeiro».

⁴⁸ Victor Jabouille, *Iniciação à Ciência dos Mitos*, Lisboa, Inquérito, 1994, pág. 17

⁴⁹ Karen Armstrong, *Uma Pequena História do Mito*, Lisboa, Editorial Teorema, 2005, pág. 7-16

Também na mitologia alimentamos uma hipótese, trazemo-la à vida por meio de rituais, atuamos sobre ela, contemplamos o seu efeito na nossa existência e descobrimos que adquirimos uma nova percepção no perturbante quebra-cabeças do nosso mundo.”

Não podíamos deixar de referir duas sociedades onde os mitos foram um elo de desenvolvimento, a helénica e a romana que o utilizam para explicar a origem do mundo e até extravasando para a criação do próprio universo.

Referindo agora ao caso português, podemos afirmar que o percurso da mitologia portuguesa é construindo através da história académica e pela história metafísica, “ (...) esta é a história dos homens que conseguiram o país segundo sonhos e de glória e de aproximação de Deus (...)”⁵⁰. A mitologia portuguesa está extremamente ligada à religião católica, legitimando todo o processo de Reconquista Cristã de Portugal. A História de Portugal está também muito relacionada com os mitos e as lendas que foram surgindo à medida que o tempo foi avançando, exemplo disso é a construção evolutiva de um dos símbolos de poder e união do povo português, a Bandeira portuguesa. Os diversos símbolos que constituíram a bandeira têm a sua pertinência um pouco nublada, começando pelo início, pela bandeira ostentada pelo Conde D. Henrique e pelo seu filho e primeiro rei de Portugal D. Afonso Henriques era toda branca e com uma cruz azul. Esta cruz poderá referir-se “para a origem e qualidade de D. Henriques como cruzado borgonhês (...), e a escolha do azul se poderia prender com o facto de ser essa a cor atribuída a Nossa Senhora, o que não é de somenos quando consideramos a importância que o culto marino desde cedo alcançou na religiosidade medieval portuguesa.”⁵¹ Seguidamente, os símbolos que a bandeira portuguesa ostenta durante os reinados de D. Sacho I a D. Sancho II (1185-1248), os cinco escudetes azuis dispostos em cruz, que, poderão ser originados pelas influências da monarquia francesa, sendo o azul referente a Nossa Senhora ou ao mar e os escudetes referentes ao mito da Batalha de Ourique “como uma doação do próprio Cristo ao primeiro rei de Portugal, em garantia e demonstração do pacto sagrado da fundação do novo reino cristão”⁵². Posteriormente

⁵⁰ Sérgio Franchim, *A Mitologia Portuguesa*, Lisboa, Edições 70, 2009, pág. 6.

⁵¹ Miguel Metelo de Seixas, Isabel Paços d’Acos, *Bandeiras de Portugal*, Lisboa, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, 2004, pág. 8.

⁵² Miguel Metelo de Seixas, Isabel Paços d’Acos, *Bandeiras de Portugal*, Lisboa, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, 2004, pág. 10.

foram acrescentados à bandeira portuguesa uma bordadura vermelha com castelos. Podemos referir ainda que as bandeiras irão assumir as influências que os monarcas sofriam, bem como, utilizavam símbolos que mostravam o poder do seu monarca.



Figura nº 13 – Bandeira utilizada por D. Henrique e D. Afonso Henriques

Fonte: Miguel Metelo de Seixas, Isabel Paços d’Acos, *Bandeiras de Portugal*.

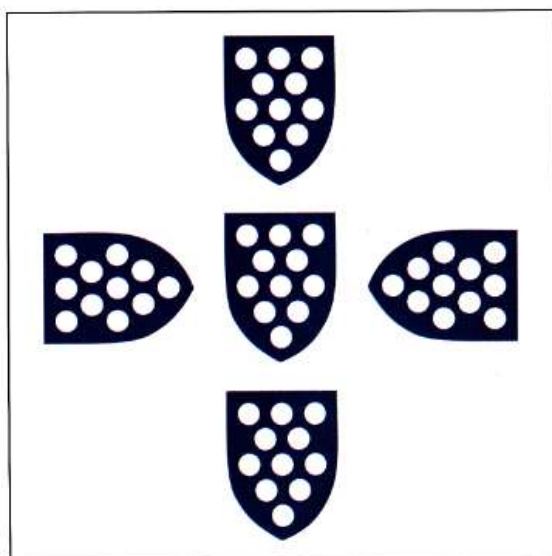


Figura nº 14 – Bandeira utilizada por D. Sancho I a D. Sancho II

Fonte: Miguel Metelo de Seixas, Isabel Paços d’Acos, *Bandeiras de Portugal*.

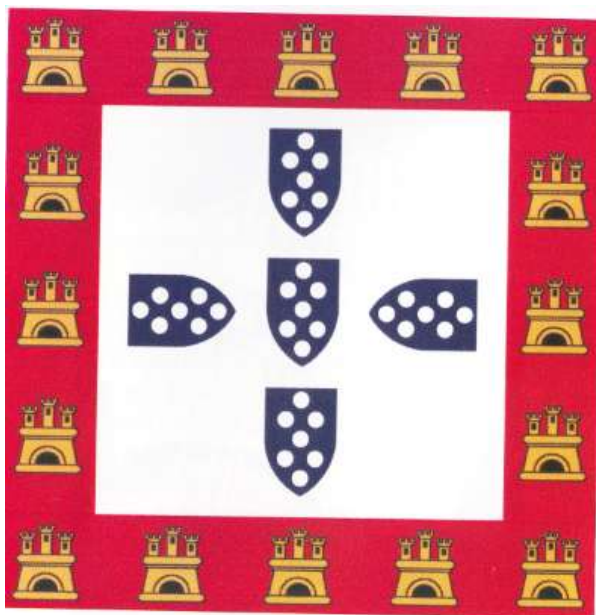


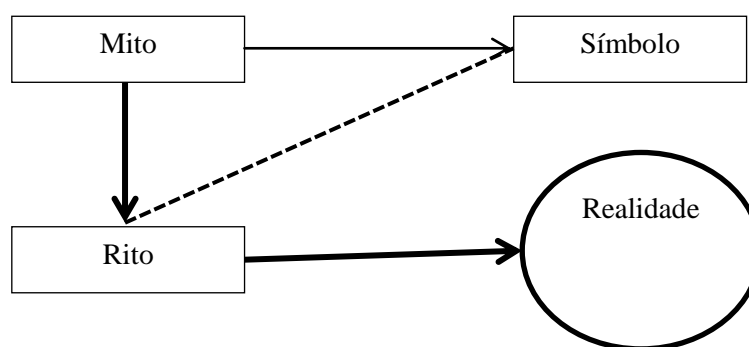
Figura nº 15 – Bandeira utilizada por D Afonso III a D. Fernando I

Fonte: Miguel Metelo de Seixas, Isabel Paços d’Acos, *Bandeiras de Portugal*.

Podemos concluir que distinguir lenda de mito é uma tarefa difícil, uma vez que estas duas narrativas aproximam-se bastante por ter na sua génese a compreensão e incorporação de uma determinada comunidade, também por serem inicialmente transmitidos oralmente e, posteriormente, passarem a escritos. No entanto, apresentam algumas diferenças, enquanto o mito pretende explicar as preocupações humanas face ao universo e a si próprio, posteriormente o homem passa a considerá-lo verdade. Por seu lado, a lenda é a componente imaginária e fantástica e tem como objetivo explicar determinados acontecimentos ou situações. Os mitos relatam histórias que têm como protagonistas deuses, semideuses e heróis, enquanto a lenda conta a história de homens comuns que por alguma razão se notabilizaram e alcançaram grandes feitos. Ambas as narrativas estão ligadas à presença de personagens sobrenaturais e ligados à religião. Podemos comprovar o que até agora foi dito, com a análise do esquema que iremos em seguida apresentar, onde podemos verificar que o mito é um símbolo que ao ser utilizado se transforma

num ritual e como as pessoas que o praticam acreditam nele, o mito passa a ser considerado realidade.

Figura nº 16 – A essência do Mito



2.3.2 O potencial didático das lendas e dos mitos, Uma pedagogia do imaginário no Ensino da História

“A compressão do mito contar-se-á um dia entre as mais úteis descobertas do Século XX”
Mircea Eliade

Ao abordarmos a temática das lendas e dos mitos e o seu potencial didático no ensino da História, não podemos dissociar de uma pedagogia que valorize o imaginário como sendo uma característica extremamente importante para o desenvolvimento equilibrado do aluno, ajudando-os a tornarem-se cidadãos mais conscientes.

Ao recuarmos um pouco no tempo podemos lembrar a época em que as famílias contavam histórias às suas crianças e adolescentes, em que os heróis dominavam um mundo de fantasia e conviviam com seres fantásticos. No entanto, com a atual conjuntura socioeconómica esse tempo vivido em família e o estímulo que era produzido no imaginário da criança ficou esquecido na azáfama diária dos pais. Tendo em conta este facto, surge a seguinte pergunta: Quem é que deve fomentar o desenvolvimento da imaginação da criança? Bem, neste caso a resposta que parece-nos um pouco enigmática, mas poderemos apontar como resposta, nós os

professores, pois para além da nossa função de instruir as crianças, aglomeramos também a função de educadores, assumindo muitas vezes o papel dos pais. A coexistência diária entre professor e alunos é cada vez maior e não podemos negligenciar tais funções para não termos em causa a educação e o crescimento equilibrado dos alunos, entre as quais assumirmo-nos como figuras-chave no estímulo da imaginação das crianças e adolescentes. Podemos então perceber que a imaginação é um aspeto cognitivo essencial no desenvolvimento dos alunos. Esta teoria é fundamentada por diversos autores, no entanto muitos deles defendem que este domínio cognitivo é sempre subestimado e negligenciado.

Um dos autores que valoriza a imaginação no processo de ensino-aprendizagem é K. Egan para quem “(...) la imaginación constituye una poderosa y desechada herramienta de aprendizaje y que tenemos que reconsiderar nuestras prácticas docentes y curricula desde una perspectiva más equilibrada de las capacidades intelectuales de los niños. Entre esas capacidades intelectuales destaca la imaginación”⁵³, defende também que será necessário repensar os currículos e métodos de ensino, onde o aluno deve ser considerado como um “pensador imaginativo y lógico matemático”.

Uma das formas de estimular a imaginação dos alunos é lecionar os conteúdos, como se de histórias se tratassem, ou seja, lecionar através de contar histórias. A arte de contar histórias pode ser aplicada em todas as disciplinas, no entanto, a História é uma das disciplinas privilegiada para introduzir este método pedagógico e didático. A disciplina de História e a sua componente letiva é extremamente ampla, ou seja, compreende uma diversidade de temas, ricos em particularidades onde as lendas e os mitos poderão fazer a diferença no ensino desta disciplina, sendo abrangidos pela “arte de contar história”. A “arte de contar histórias” é uma excelente estratégia didática para o processo de ensino-aprendizagem, visto que as narrativas são auxiliares poderosos para organizar e comunicar os conteúdos, conseguindo aliar a dimensão cognitiva à dimensão afectiva, tornando os conhecimentos significativos e interessantes para os alunos⁵⁴ (Egan, pág. 36). Segundo Abramovich (pág. 22): “O significado de escutar histórias

⁵³ K. Egan, *Fantasía e imaginación: su poder en la enseñanza*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, Ediciones Morata, S. L., pág. 34

⁵⁴ Baseado: K. Egan, *Fantasía e imaginación: su poder en la enseñanza*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, Ediciones Morata, S. L., pág. 36

é tão amplo. É uma possibilidade de descobrir o mundo imenso dos conflitos, das dificuldades, dos impasses, das soluções, que de todos atravessamos e vivemos, de um jeito ou de outro, através dos problemas que vão sendo defrontados, enfrentados (ou não), resolvidos (ou não), pelas personagens de cada história (cada um a seu modo...) e assim esclarecer melhor os nossos ou encontrar um caminho possível para a resolução deles (...)”⁵⁵. Assim, podemos perceber que as histórias através da sua dimensão mágico-fantástica apreendem atenção e o interesse dos alunos, fomentando o desenvolvimento da sua imaginação, reflexão e espírito crítico, permitindo aprendizagens cada vez mais significativas.

Pensando então na “arte de contar histórias”, o professor é um elemento-chave para aplicar esta abordagem didática, conseguindo desenraizar-se do ensino transmissivo e motorístico, tornando também a sala de aula num ambiente agradável, favorecendo a aproximação entre o professor e os alunos e facilitando a aprendizagem, para além de estimular os alunos para o gosto da escrita e da leitura. Mas para por em prática esta abordagem pedagógica é necessário um trabalho cuidadoso e exaustivo de planificação, ou seja, consiste em estudar a melhor forma de organizar os conteúdos, os acontecimentos, as personagens e significados afectivos, ajudando a criança a utilizar as suas capacidades intelectuais para aprender os conteúdos previstos.

A disciplina de História sofre de alguns preconceitos por parte dos alunos, mas até os próprios professores continuam assistir impávidos e serenos a este distanciamento dos alunos em relação à História. Um dos caminhos que os professores poderiam utilizar para motivar os alunos para o ensino da História é captar os alunos com a utilização da “narrativa histórica”, onde estão compreendidos os mitos e lendas, que poderá ter um excelente potencial no processo de ensino-aprendizagem, onde os alunos e o professor assumem papéis ativos na construção e interpretação do conhecimento histórico. Ao recorrermos a este tipo de estratégia pedagógica, o conhecimento histórico tornar-se-á mais apelativo e facilitado para a compreensão dos alunos e, ao mesmo tempo, estimulante para o professor, pois

⁵⁵Fanny Abramovich, *Por uma arte de contar histórias*:
<http://www.alemflasformulas.com/2011/06/por-uma-arte-de-contar-historias-por.html>, consultado dia 22-05-2014

consegue diminuir a perda de tempo que é provocada pela dispersão dos alunos, que é bastante frequente nas aulas onde o ensino é puramente transmissivo.

O recurso à imaginação no ensino da História facilita a compreensão do seu conhecimento, pois cria empatia nos alunos permitindo que compreendam as relações entre o passado e o presente e o facto e a fantasia. A empatia criada nos alunos com a utilização dos mitos e das lendas, permite que consigam explicar, criar situações, formular hipóteses, permitindo também utilizar a imaginação no estudo da História, constituindo um conjunto de conhecimentos não baseados em fontes. Podemos corroborar o que foi dito recorrendo Margarida Felgueiras que defende que: “a epistemologia da História fornece uma orientação clara para o ensino-aprendizagem: a necessidade do recurso à imaginação histórica nas suas diversas formas. A construção das situações de ensino, para o desenvolvimento de tarefas de aprendizagem e respetiva avaliação, deve ter em conta o potencial imaginativo dos alunos e o papel que este desempenha no sucesso relativo à faculdade de compreensão. Um ensino árido, sem significado humano e abstracto, não está de acordo com a forma como a História é construída”⁵⁶.

Adriana Martins no seu artigo “A literatura portuguesa contemporânea enquanto descoberta da memória da nação”, defende que o discurso histórico e o discurso ficcional são complementares e podem ser complementares com conteúdos reais. A autora também refere que: “tanto o discurso da História quanto o da ficção podem ser entendidos como formas discursivas que se estruturam a partir de necessidade de uma descoberta, ou seja, do real”⁵⁷. Podemos então considerar que é um aspecto distintivo e fundamental das narrativas lendárias e míticas.

Segundo o texto da autoria de Isabel Barca e Marília Gago sobre “Usos da Narrativa em História”, defende que é no confronto de perspectivas que o conhecimento histórico se desenvolve, criando condições para que as explicações se tornem cada vez mais rigorosas, mais abrangentes, mais equilibradas e melhor justificadas. No entanto as autoras ressaltam que a utilização destas narrativas que se focam no imaginário deve corresponder a uma metodologia adequada à interpretação

⁵⁶ Cf. Margarida Felgueiras, *Pensar a História Repensar o seu Ensino*, Porto, Porto Editora, 1994, pág. 80

⁵⁷ Adriana Martins: *A literatura portuguesa contemporânea enquanto descoberta da memória da nação*: <http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/rotas/rotas/adriana%20martins%20183a203%20p.pdf>, consultado dia 22-05-2014

de fontes de natureza diversa. As autoras também referem que os mitos e as lendas possuem uma componente mágico-fantástica que capta atenção e aguça o interesse dos alunos, favorecendo também o desenvolvimento em outros aspetos como por exemplo: o espírito crítico e a reflexão, a imaginação e criatividade, bem como desenvolve valores e conceitos fundamentais para o seu desenvolvimento ético.

Por último achamos importante referir o artigo “O uso da narrativa nos estudos sociais”, onde as autoras Maria Luísa Freitas e Maria Glória Solé apresentam uma estratégia de ensino que intitulam como por Fio da História e que nos E.U.A. é como Storypath, e no Norte da Europa é conhecido como Storyline, este modelo demonstramos uma metodologia alternativa de: “(...) planificar o ensino que nos encoraja a perspectivar as aulas mais como boas histórias para serem contadas do que como conjuntos de objectivos a atingir”⁵⁸p. 218, dando relevo aos princípios que estimulam a imaginação do aluno e que a envolvam em realidades enriquecedoras e significativas. As autoras apresentam uma série de questões apresentadas por K. Egan, para aplicar a narrativa na construção de histórias que enquadrem os conteúdos programáticos. Desta forma, as planificações devem ser produzidas seguindo estas cinco orientações:

- I) Importância do tema;
- II) Escolha de conflitos binários adequados ao tema;
- III) Seleção dos conteúdos e organização em formato de história;
- IV) Como concluir, como resolver o conflito binário;
- V) Como avaliar os resultados alcançados.

As autoras também vão buscar inspiração em K. Egan, pois a esta metodologia bastante original, pois apresenta os temas em episódios dependentes entre si e desenvolvidos a partir de questões-chave. Para defender a teoria apresentada “O Fio da História” as autoras apresentam treze passos, que são apresentados por Barr (1988) e Bell (1988):

1. É centrada nos alunos, fazendo apelo às suas experiências e conhecimento prévios;

⁵⁸ Maria Luísa Freitas e Maria Glória Solé, *O uso da narrativa nos estudos sociais*: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4239/1/Pages%20from%20ACTAS.pdf>, consultado dia 22-05-2014

2. Produz um elevado grau de motivação;
3. Oferece uma estrutura orientadora tanto para o professor como para os alunos;
4. Os *skills* básicos são desenvolvidos em situações semelhantes às da vida real;
5. Proporciona uma abordagem de problemas difíceis de abordar noutras circunstâncias como os relacionados com certos valores;
6. Promove sentimentos de respeito entre alunos e professor;
7. Encoraja o uso de tecnologias que, por vezes, os professores, se tivessem que assumir uma maior responsabilidade pelo seu uso, se esquivariam a utilizar;
8. Permite uma melhor adequação ao nível de desenvolvimento de cada aluno;
9. Proporciona muitas oportunidades para se utilizar a aprendizagem cooperativa;
10. Produz um padrão que se pode usar várias vezes mas sem se tornar repetitivo, desmotivador;
11. É especialmente adequado para a Língua Materna e Ciências Sociais (como é o caso da História);
12. Encoraja as crianças a desenvolverem previamente os seus modelos conceituais;
13. É uma forma inovadora de integração curricular.

As autoras também apresentam princípios orientadores que conduzem o processo de planificação e construção da referida estratégia didática:

- a) Princípio da “história” – a estrutura que torna as histórias tão aliciantes;
- b) Princípio da antecipação – ainda relacionado com a estrutura da história que faz com que a criança permaneça em constante motivação interna pois ela própria se envolve, é uma personagem que até transporta para casa;
- c) Princípio do fio (corda) do professor – se o professor delineou o fio, este é flexível, pode ser levado num ou noutro sentido, ter vários nós e seguir em várias direções, contudo há sempre algo da ideia inicial do professor, os conteúdos que planeava que os alunos aprendessem mantêm-se, nunca se perde o rumo;

d) Princípio da posse – cada aluno sente o projeto como seu, há algo dele envolvido no projeto;

e) Princípio do contexto – parte-se de situações que a criança conhece, devem ser situações da vida real das quais a criança já sabe alguma coisa e, por outro lado, a estrutura da história também é familiar à criança;

f) Princípio da estrutura antes da atividade – quantas vezes os alunos desenvolvem atividades sem nenhuma relação umas com as outras, por vezes mesmo, atividades que não servem para o aluno aprender algo significativo, no entanto, se as crianças apelarem para o que sabem, as questões que colocam são muito mais ricas.

Para demonstrar as potencialidades desta metodologia de ensino as autoras recorrem a Freeman e Levstik (1988) pois defendem que devemos proporcionar aos alunos uma viagem pelo passado, ajudando-os a recriar ficcionalmente o mesmo de modo a que possam encarnar personagens e as suas acções. Estes autores consideram, também, que a selecção de uma narrativa ficcional história, como por exemplo um mito ou uma lenda, exige um enquadramento literário e histórico, que deverá ser sustentado por um rigoroso trabalho de investigação e cruzamento com outras fontes. Os autores apresentam também algumas vantagens de utilizar as narrativas históricas:

a) As histórias são mais próximas da vida real;

b) Usam o humor para descrever as pessoas de diferentes estratos sociais;

c) Relatam pessoas, as suas acções e escolhas perante os acontecimentos e factos históricos.

d) Estimula o espírito crítico dos alunos.

Por este facto o professor deverá conseguir passar dos factos ficcionais para os factos concretos, através da análise de diversas fontes e conseguindo a interpretação da História, “(...)as crianças durante a análise de narrativas diziam que o se interesse pela História, por um determinado tema era saber a verdade, o que de facto aconteceu, apontando, portanto, para a investigação histórica, ao seu nível

como é evidente. As crianças lendo (ou ouvindo) histórias ficam mais motivadas para lerem outro tipo de textos (...)”⁵⁹.

Podemos então verificar que existem diferentes formas de utilizar a narrativa histórica (onde estão incluídos as lendas e os mitos). A utilização narrativa ajuda as crianças a perceberem que não existe apenas uma versão correta da História e que a sua compreensão exige um cruzamento e interpretação de múltiplas fontes. Esta metodologia ajuda também os alunos a darem sentido ao que aprenderam e a integra-los com aquilo que já sabem, desenvolve a imaginação dos alunos e ajuda a perceber a barreira que existe entre a imaginação e a realidade.

As experiências didáticas que irão ser adiante apresentadas procuram adequar os princípios e as recomendações metodológicas que fomos enunciando neste capítulo, salvaguardando desde já, que foram postas em prática no exercício da prática supervisionada de História no ensino básico e secundário.

⁵⁹ Cf. Maria Luísa Freitas e Maria Glória Solé, *O uso da narrativa nos estudos sociais*: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4239/1/Pages%20from%20ACTAS.pdf>, consultado dia 22-05-2014, pág. 223

TERCEIRA PARTE – LECIONAÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA COMPONENTE PRÁTICA

3.1 ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA E O TEMA LECIONADO

O tema proposto para a nossa leção de aulas está inserido no módulo 2 “Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos Séculos XIII a XIV – Espaços, Poderes e Vivências”, no tema 2 “O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico”. Os conteúdos lecionados foram o subtema 2.1 “A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras.” e o subtema 2.3 “O país rural e senhorial” abordando o exercício do poder senhorial: privilégios e imunidade, bem como a exploração económica do senhorio e a situação social e económica das comunidades rurais dependentes. O tema lecionado deve ser desenvolvido com a seguinte orientação, segundo o programa⁶⁰:

- Salientar, em termos genéricos, os factores de unidade e de diversidade na Europa do século XIII;
- Explicitar a articulação entre o mundo rural e o mundo urbano no contexto da afirmação da cidade na Europa feudal;
- Evidenciar formas de sociabilidade, cultura e mentalidade que tiveram a sua origem ou afirmação na fase mais dinâmica e criativa da história medieval da Europa ocidental.
- Analisar a especificidade da sociedade portuguesa, no período de afirmação de Portugal como entidade política autónoma.

Durante a sequência didática pretendemos desenvolver algumas competências com os alunos. As atividades desenvolvidas pretendem que os alunos desenvolvam o trabalho de pesquisa de forma autónoma e planificada, bem como analisem fontes de naturezas diversas e textos historiográficos. Os alunos também devem saber situar os acontecimentos cronologicamente e espacialmente, identificando a multiplicidade de fatores e a relevância da ação dos indivíduos ou dos grupos, bem como caracterizar os aspetos relevantes da história de Portugal e mobilizar os conhecimentos ministrados para fundamentar opiniões e intervir de modo responsável no seu meio envolvente.

⁶⁰Programa de História A, 10º, 11º e 12º anos, curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas, formação específica, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, 2001, pág. 25

Quanto aos conteúdos fundamentais para o estudo deste tema são: Reconquista, Reino, Islão, Vassalidade e Senhorio. Para além dos conceitos específicos do tema é importante também abordar sempre que possível os conceitos operatórios do ensino da História, que são transversais a todos os temas. Estes conceitos não se destinam a ser objetos de teorização, mas são encarados como subjacentes ao desenvolvimento do conjunto dos conteúdos. Podemos apontar como exemplo dos conceitos operatórios: temporalidade (tempo curto, tempo cíclico e a longa duração), espacialidade (local, regional, nacional, civilizacional e mundial), os diferentes níveis de análise (evento, conjuntura, estrutura, diacronia, sincronia e periodização), os campos de problematização (político, económico, social, cultural, institucional e mentalidades) e as mutações (ruptura, crise e revolução). No que diz respeito aos conceitos metodológicos são: as fontes (documentos, fontes escritas, fontes monumentais, fontes paisagísticas e naturais, fontes da civilização material, fontes orais, dado histórico), operações (heurística, crítica externa, crítica interna, hipótese, modelo, tendência, síntese histórica, ciências auxiliares da história) e finalmente os métodos (método indutivo, método comparativo e método quantitativo)⁶¹.

É importante também referir que os conteúdos que iremos lecionar são considerados de aprofundamento, isto é, são susceptíveis de serem abordados no exame nacional de 12º ano, que irá englobar a matéria de 10º, 11º e 12º ano.

3.2 PLANIFICAÇÃO

O trabalho de planificar deve ser feito quando já existe um conhecimento profundo dos programas, bem como saber quais os manuais adotados e o calendário escolar estipulado. A planificação é uma forma bastante importante para o professor se organizar e conseguir cumprir o programa estipulado, bem como saber quais as atividades a desenvolver e a sua avaliação. O cumprimento do programa é uma questão que nos aponta para a dúvida, que nos nossos dias, ainda continua no pensamento dos professores, “dar a matéria a correr, de um modo necessariamente

⁶¹ Baseado no Programa de História A, 10º, 11º e 12º anos, curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas, formação específica, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, 2001.

superficial, ou leccionar com profundidade os conteúdos.”⁶² Se por um lado nos deparamos com programas curriculares muito extensos, por outro se não cumprirmos a matéria e não continuarmos com a turma poderá causar um mau estar entre colegas e até na própria escola.

A planificação deverá então passar uma série de etapas para estar adequada ao nível de ensino. Primeiramente é importante perceber qual é a situação de aprendizagem dos alunos, podendo-se verificar com a aplicação de teste diagnósticos ou levantamento de ideias prévias. Após esta etapa estar concluída, passa-se para a formulação de objetivos e seleção dos conteúdos que irão corresponder a uma ordenação lógica. Tendo em conta os conteúdos, cabe ao professor escolher as atividades e experiências educativas pelas quais o aluno deve passar, posteriormente selecionar e ordenar os recursos. Finalmente deverá existir uma avaliação temporal e uma avaliação formativa, que será objeto de um *feedback* para os alunos terem a perceção das suas aprendizagens.

Uma das principais funções que deve ser bem desempenhada pelos docentes é a planificação. A planificação deve prever e estruturar, todas as aprendizagens e actividades que os alunos devem adquirir e desenvolver, podendo ser a curto, médio, ou a longo prazo. A planificação tem de se desenvolver consoante o currículo e o programa em vigor. O método utilizado é através a arrumação das diferentes matérias em Unidades Didáticas. “O conceito de unidade como organização e integração de conhecimentos tem origem no pensamento do filósofo e pedagogo alemão Johan Friedrich Herbart (1776-1841) segundo o qual o ensino não deve basear-se na natureza da matéria, mas na marcha do pensamento reflexivo, na organização, segundo o princípio de que o fim último de toda a acção educativa é a formação moral que decorre do conhecimento pois é esta formação que torna homem verdadeiramente livre”⁶³.

O conceito de agrupar os conteúdos em unidades didáticas, tem por base uma série de etapas e prevê que o docente tenha um trabalho prévio de levantamento de problemas que afectem ou preocupem a população, que faça uma listagem de conceitos-chaves o que de alguma forma sintetizem os conteúdos e permitam a

⁶²Cf. Miguel Monteiro: *Didáctica da História, Teorização e Prática- algumas reflexões*, Coleções Plátano Universitária, Plátano Edições técnica –Lisboa, 2001, pág. 34.

⁶³ Cf. Ana Leal Faria, Planificação, documentos disponibilizados em Didáctica da História, pág.1

explicação através de um mapa conceptual e por fim articular as unidades didáticas com as metas de aprendizagem e competências que se pretende que os alunos desenvolvam.

A planificação pode ser desenvolvida a longo prazo e a médio/curto prazo. A planificação a longo prazo deve ter por base o documento “Competências específicas da História” e os conteúdos que devem ser lecionados, bem como as atividades a desenvolver e os conceitos-chaves, articulando tudo isto com o tempo disponível, tendo em conta as formas de avaliação. Este tipo de planificação é utilizado para planificar o ano lectivo. A planificação a longo prazo deveria ser antecedida por uma reunião entre todos os professores da turma e encontrar algum ponto em que elas se toquem, ou seja, promovendo a interdisciplinaridade. Deve também de haver uma reunião do grupo disciplinar para ajustar e limar as arestas, para que nenhum aluno independentemente do professor que tenha não se sinta injustiçado, ou seja, estabelecer os mínimos essenciais para os alunos terem aproveitamento na disciplina. Na planificação a longo prazo é importante ter em conta os planos conceptuais, “(...) as ideias subjacentes à organização de um programa, dependentes das posições pedagógicas e filosóficas dos seus autores”⁶⁴. A interpretação que os professores fazem raramente é imparcial pois tem sempre um cunho pessoal e neste caso a forma como encaram a História. Para além dos esquemas conceptuais deve de haver uma linha conceptual que liga as diferentes unidades didáticas e os conteúdos.

“O plano a médio prazo (plano da unidade didática) é a trave mestra da planificação do ensino, e, bem elaborado, pode substituir a planificação a curto prazo (uma aula). Se ao planificarmos a médio prazo, indicarmos o tempo aula a aula, evitaremos a elaboração do plano a curto prazo que apenas se tornará necessário quando da realização de estratégias especiais que necessitem de uma minuciosa explicitação.”⁶⁵ Com a planificação a médio prazo pretende-se conciliar o levantamento de problemas, conceitos a atingir e as capacidades a desenvolver, e a sua avaliação. A planificação a médio prazo é utilizada para organizar um mensalmente ou semanalmente o trabalho a desenvolver com os alunos. A planificação a curto prazo traduz um guião para cada aula.

⁶⁴Cf. Maria Cândida Proença; *Didáctica da História*, Universidade Aberta, 1989, pág. 174.

⁶⁵Cf. Maria Cândida Proença; *Didáctica da História*, Universidade Aberta, 1989, pág. 175.

Para planificarmos a nossa sequência didática utilizamos a planificação anual⁶⁶ fornecida pela Professora cooperante e posteriormente elaborámos a nossa planificação a médio⁶⁷ e a curto prazo⁶⁸.

3.3 LINHA CONCEPTUAL E METODOLOGICA

A Idade Media marcou a emergência do nosso país com as fronteiras antigas e mais estáveis da Europa. A formação de Portugal, foi marcado por diversas normalmente em três frentes: contra os muçulmanos, contra os reinos que se expandiam no atual território espanhol e também por guerras internas. A Península Ibérica foi subjugada ao domínio muçulmano em apenas três anos (711/714).

É a partir do pequeno reino das Astúrias que um reduzido grupo de cristãos que aí se encontravam refugiados iniciam a resistência ao poderio muçulmano. Em 722 infligem uma pesada derrota aos árabes, ficando conhecida como a Batalha de Covadonga, mas de facto foi um encontro entre hostes uma vez que o espaço é muito pequeno para uma grande Batalha (mito), iniciando o processo conhecido como a Reconquista Cristã.

Entende-se como Reconquista Cristã como o termo utilizado para designar as campanhas militares que os reinos cristãos da Península Ibérica dirigiram contra os muçulmanos, que a invadiram em 711. A Reconquista ter-se-á iniciado em 718-22, a partir do pequeno reino das Astúrias, e terminou em 1492, com a conquista do reino mouro de Granada. A Reconquista foi um processo lento, de avanços e recuos condicionados pelo relevo, pelas bacias hidrográficas, pela unidade/divisão dos muçulmanos. Contou, ainda, com o apoio da Igreja (e o ideal de Cruzada).

D. Afonso VI de Leão para combater a força Almorávida pede ajuda aos Francos, onde chegam cavaleiros, dos quais se destacaram D. Henrique, que casa com Dona Teresa filha ilegítima do monarca de Leão e recebe como dote o condado Portucalense e D. Raimundo que casa com Dona Urraca filha legítima e assume o condado da Galiza e sucedendo depois ao seu sogro. Após a morte de D. Henrique,

⁶⁶ Ver anexo 3 – Planificação anual, pág. 91

⁶⁷ Ver anexo 4 – Planificação a médio prazo, pág. 102

⁶⁸ Ver anexo 5 - Esquema dos planos de aulas, pág. 103

Dona Teresa assume o governo do condado que fica ameaçado de perder a sua “independência” devido à sua ligação com a família Trava, perante este panorama D. Afonso Henriques derrota as tropas de sua mãe na “Batalha” de São Mamede em 1128, que de facto foi um combate entre seguidores de Afonso Henriques, contra os seguidores do “partido” galego apoiante de D. Teresa. Após esta Batalha D. Afonso Henriques assume o condado e continua a avançar para Sul conquistando terras aos mouros, em 1139 dá-se a Batalha de Ourique onde é aclamado como rei de Portugal pelas suas tropas. Em 1143 D. Afonso Henrique é reconhecido como rei e Portugal como reino independente pelo seu primo D. Afonso VII de Leão e Castela, na conferência de Zamora e em 1179 o Papa reconhece o reino de Portugal através da Bula *Manifestis Probatum*. Posteriormente percebemos como a Reconquista foi feita, através do estudo do reinado posteriores até às fronteiras de Portugal ficarem definidas no reinado de D. Dinis com a assinatura do Tratado de Alcanises em 1297.

Neste sentido, procurei planificar as aulas de maneira a que os alunos compreendam a importância do processo de Reconquista para a actualidade.

Entre os conteúdos abordados utilizaremos lendas, que são férteis neste período, e que pintam o nosso imaginário sempre que recordamos os feitos portugueses na Reconquista e nos primeiros anos do reino português. Muitas lendas e mitos ficarão por analisar com os alunos, no entanto, o tempo a que estamos condicionados e os conteúdos programáticos que temos de abordar condicionaram esta análise.

Utilizarei o método semidirecto, para que os alunos apreendam através do diálogo (professor-aluno) os conteúdos científicos essenciais, e possam demonstrar, através do mesmo, as suas dúvidas ou opiniões, apreensões ou apetências sobre esta temática.

Para cada aula foi pensado uma forma diferente de motivar os alunos, intercalando a parte expositiva, com a parte prática, tentando sempre colocar os alunos a construir, em conjunto com o professor, o conhecimento científico, ou seja, por vezes os alunos serão chamados a encarnarem personagens a fim de perceber o porquê das atitudes, comportamentos e resoluções tomadas perante determinados acontecimentos.

Procurarei também diversificar os materiais utilizados nas aulas, de modo a que estas se tornem mais dinâmicas, interessantes e produtivas. Quer isto dizer que foram construídos *Power-Point*, fichas de trabalho, utilizados mapas e filmes para os alunos compreenderem de forma dinâmica os conteúdos ministrados. O quadro-negro será também utilizado para redigir os sumários, e para produzir alguns esquemas ou ideias para complementar os PowerPoint e o manual. O manual também será também um recurso-chave no decorrer das nossas aulas, uma vez que é um livro de referência para os alunos.

A avaliação das aulas terá por base o registo da participação e o comportamento em sala de aula, bem como a realização e participação nas diferentes tarefas que irão ser realizadas no decorrer das aulas.

Procurarei fazer com que todos os alunos intervenham nas aulas, dando a palavra aos que a solicitarem ou colocando questões aos menos intervenientes, de maneira a conseguir uma avaliação justa e coerente com os parâmetros pré-definidos, bem como garantir que todos consigam atingir os objectivos pré-estabelecidos⁶⁹.

3.4 Descrição e reflexão das aulas lecionadas

3.4.1 1ª Aula - A Reconquista e a sua ligação com as Cruzadas para Oriente

A aula⁷⁰ começou com a chamada e a apresentação do professor estagiário, explicando também como se irão desenvolver as aulas que serão asseguradas pelo mesmo. Posteriormente registámos o sumário e o número da lição no quadro.

Decidimos começar o tema com uma conversa motivacional com os alunos dirigida por três perguntas⁷¹. A primeira pergunta (O que é a Reconquista?) destinava-se a perceber o que os alunos sabem sobre este tema e também saber se percebiam o porque deste processo se chamar Reconquista e não conquista. Os alunos estiveram muito participativos, conseguindo responder a questão com a nossa orientação. A segunda pergunta (Porque é que é importante estudar a Reconquista?) pretendia perceber se os alunos compreendiam a importância de estudar a

⁶⁹ Ver anexo 6 – Quadro síntese do trabalho realizado na Escola Secundária de Alcochete

⁷⁰ Ver anexo 7 – Plano de aula nº 1, pág. 105

⁷¹ Ver anexo 8 – Materiais da aula nº 1, pág.107

Reconquista e mais uma vez a maior parte das respostas dos alunos fizeram-no com bastante qualidade (a maior parte responderam que é importante estudar a Reconquista para conhecer o nosso país e como ele se formou). A terceira pergunta (Como é que a Reconquista é importante para fomentar a cidadania?), foi a que trouxe mais dificuldades aos alunos, mas também aquela que trouxe resposta mais interessantes (é importante porque nos podemos identificar com o nosso país, porque antes de sermos cidadãos do Mundo e da Europa somos cidadãos de Portugal, após algumas ajudas, frisaram que o estudo da Reconquista nos ajuda também a desenvolver o respeito pelo próximo independentemente da sua raça ou religião).

Seguidamente os alunos registaram no caderno diário uma definição de reconquista, que anteriormente foi lida e explicada.

Posteriormente iniciámos o visionamento de excertos do Filme “Kingdom of Heaven” de Ridley Scott. Tendo como objectivo ajudar os alunos a compreender os princípios das cruzadas, quem participava nas cruzadas, bem como algumas técnicas de guerra que também foram utilizadas no processo de Reconquista. Nesta tarefa, os alunos tiveram um guião que tinha a sinopse do filme, bem como algumas questões que deveriam responder segundo os excertos seleccionados e visualizados na aula⁷². A utilização de material audiovisual pode ter um manancial muito importante para ajudar os alunos a perceberem factos históricos, ajudando a despertar o interesse dos alunos pela história.

A Escola tem de se adaptar as mutações da sociedade e ao avanço da tecnologia. A verdade é que os jovens já não têm hábitos de leitura tão desenvolvidos com os jovens de algum tempo atrás. Os livros foram substituídos pelos computadores, os jogos interativos, pela televisão e pelo cinema. Como é importante cativar os alunos para o ensino e estudos, a escola tem que apresentar algumas alternativas ao ensino meramente livresco, uma dessas soluções aplicadas no ensino da história é o visionamento de alguns filmes históricos que ajudem os alunos compreender as diferentes dinâmicas da sociedade da época que estão a estudar. “Hoje em dia, os jovens aceitam melhor a imagem que a escrita”⁷³.

⁷² Ver anexo 9 – Guião do filme “*Kingdom of Heaven*”, pág. 110

⁷³ Miguel Monteiro, *Didáctica da História*, Teorização e Prática- algumas reflexões, Coleções Plátano Universitária, Plátano Edições técnica, Lisboa, 2001, pág. 181.

É importante salientar que “não devemos abusar de um grande número de materiais audiovisuais na mesma aula, até porque é preciso tempo para a sua análise. Devemos, antes, utilizar poucos, mas explorá-los convenientemente.”⁷⁴ Nunca devemos esquecer também que ao utilizar estes mecanismos, “ (...) não significa que o professor se demita da sua missão de formador e educador.”⁷⁵

Para terminar a aula fizemos uma exposição sobre o contexto das cruzadas, em seguida, recuamos um pouco no tempo e começámos analisar a chegada dos muçulmanos em 711 à Península Ibérica e avançamos até a formação dos reinos cristãos no mesmo local. Os alunos fizeram registos no caderno diário dos conteúdos mais importantes e em seguida foram chamados a analisar mapas sobre a evolução da situação territorial e a origens e avanço dos reinos cristão da Península Ibérica, em oposição ao recuo das tropas muçulmanas. Após a exposição iniciamos os alunos na leitura de lendas com a exposição da lenda da Moura Salúquia, que “(...) segundo reza a lenda durante o reinado de Afonso Henriques, vivia no Alentejo uma moura muito bela, que se chamava Salúquia, era filha de um importante chefe muçulmano, e passava muito tempo na torre do castelo a cantar deixando os que por lá passavam por si apaixonados, no entanto ela já estava prometida em casamento a um mouro chamado Brafama, governador do castelo de Aroche.

Quando Brafama e as suas tropas se dirigiam para o local do casamento caíram numa emboscada por parte dos cristãos, que após terem exterminado as tropas muçulmanas vestiram os seus trajes para tomarem a cidade de Moura. Salúquia assim que os avistou, pensando que era o seu noivo, mandou baixar a ponte levadiça, mas tarde se apercebeu do engano e a população muçulmana que lá se encontrava foi vencida. Salúquia na torre mais alta percebeu qual era o seu destino, mas fiel ao seu amor Brafama, tomou as chaves do castelo e do alto da torre se atirou, foi a partir de então que a cidade Maura, passou a chamar-se de Moura, em homenagem à corajosa muçulmana.”⁷⁶ Esta lenda serviu para explicar que alguns nomes de certas localidades estão associados a factos fantasiosos que tiveram lugar

⁷⁴ Maria Cândida Proença, *Didáctica da História*, Universidade Aberta, 1989, pág. 129.

⁷⁵ Miguel Monteiro, *Didáctica da História*, Teorização e Prática- algumas reflexões, Colecções Plátano Universitária, Plátano Edições técnica, Lisboa, 2001, pág. 182.

⁷⁶ Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, *História e Lendas de Portugal*, Caminho, Lisboa, 2001, pág. 12

durante o período da Reconquista, e relembram alguns feitos de bravura que caracterizam este período.

Como reflexão sobre a avaliação do ensino podemos dizer que aula muito bem conseguida, quer do ponto de vista científico, quer no primeiro contacto com os alunos, conseguindo motivá-los para o tema, bem como para o facto de terem um professor novo. Como pontos negativos é importante apontar a não realização da planificação realizada, pois era bastante ambiciosa e estava um pouco desajustada com o nível cognitivo dos alunos.

Em relação à reflexão sobre a avaliação da aprendizagem, os alunos participaram no debate inicial, onde foi notório que ficaram motivados para o tema, responderam quase sempre de forma positiva às actividades propostas e às perguntas quando eram solicitados. Gostaram de ver os excertos do filme, no entanto, queixaram-se de não poderem ver o filme todo.

3.4.2 2ª Aula- Portugal: do condado à formação de um Reino.

A segunda aula⁷⁷ iniciou-se com o registo do sumário e a chamada, em seguida, perguntamos aos alunos quais tinham sido as principais ideias que tratámos na última aula, eles foram respondendo e foi notório que tinham apreendido as ideias-chave que foram tratadas anteriormente. A turma também passou uma frase muito importante que caracteriza o processo de Reconquista da Península Ibérica⁷⁸.

Posteriormente mostrámos um quadro com os principais acontecimentos que pautaram a Reconquista na Península Ibérica, onde os alunos registaram os acontecimentos mais importantes, seguidamente, analisámos a árvore genealógica de D. Afonso Henriques, para explicar a chegada de cavaleiros vindos da Borgonha para auxiliar D. Afonso VI de Leão e Castela na Reconquista e que dois deles acabaram por casar com as filhas do monarca, D. Raimundo com D. Urraca recebendo como dote o condado da Galiza e D. Henrique com D. Teresa recebendo o condado Portucalense como dote. Analisámos também as condições que o condado tinha para se tornar independente, bem como as suas administrações por parte de Dom Henrique e Dona Teresa. Antes de passarmos à análise das lutas de D. Afonso Henriques, apresentámos aos alunos a lenda intitulada “A Lenda de Cárquere”:

⁷⁷ Ver anexo 10 – Plano de aula nº 2, pág. 111

⁷⁸ Ver anexo 11 – Materiais da aula nº 2, pág. 113

“(…) Segundo a lenda, D. Afonso Henriques teria nascido corcunda e com graves defeitos físicos numa perna, o que impediria de aspirar à sucessão do Condado e tornar-se um destacado chefe militar como o seu pai.

Ainda muito jovem confiado aos cuidados de um dos mais ricos fidalgos de Entre Douro, D. Egas Moniz, que se encarregou de exercitar o seu físico e formar o espírito de Afonso Henriques. Algum tempo depois morreria o conde D. Henriques sem deixar mais descendência, mas apesar do esforço de Egas Moniz, poucas melhorias se verificaram no estado de saúde do jovem Afonso. Naquela época ainda as lutas contra os muçulmanos eram frequentes na região, pelo que os cristãos escondiam as imagens sagradas para não serem vandalizadas pelos inimigos. Foi o que aconteceu à imagem de Nossa Senhora de Cárquere, que ficou durante longo tempo escondida no troco oco de uma árvore. Certo dia, porém, em que Egas Moniz regressava do sul, uma das suas incursões contra os Mouros, apareceu-lhe em sonhos Nossa Senhora, que lhe revelou o sítio exacto onde se encontrava a imagem e pediu-lhe que nesse mesmo sítio construísse uma igreja em que deveria no altar colocar Afonso Henriques por uma noite. Após a construção e a noite de vigília, Afonso Henriques padeceu de um milagre e foi curado. Em agradecimento desse milagre Egas Moniz ampliou a construção inicial e concedeu avultadas doações ao mosteiro.”⁷⁹ A lenda foi utilizada para os alunos perceberem quer o grande impacto que a religião cristã tinha sobre as populações, que Deus “premiava” aqueles que por si combatiam, bem como, a devoção dos servos perante os seus monarcas.

Para terminar a aula analisamos a luta de D. Afonso Henriques em três frentes (luta contra Dona Teresa, D. Afonso VIII de Leão e Castela e muçulmanos). Começámos então por descrever a oposição de D. Afonso Henriques contra a sua mãe D. Teresa e a sua união com Fernão Perez de Trava, que culmina com a Batalha de São Mamede onde nos debruçámos sobre uma descrição da batalha e sobre a praga que a mãe teria lançado ao filho após o seu aprisionamento, “(…)“Afonso Anriques, meu filho, predestes-me e metestes-me em ferros, e deserdastes-me da terra que me deixou meu padre, e quitastes-me de o marido; rogo a Deus que preso

⁷⁹ Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, *História e Lendas de Portugal*, Caminho, Lisboa, 2001, pág. 14

sejades, assi como eu sou, e porque me metestes nos meus pés ferros, quebrantadas sejam as tuas pernas com ferros. E mande Deus que se compra esto.”⁸⁰.

Em seguida, analisámos a luta de D. Afonso Henriques contra D. Afonso VII de Leão e Castela dando ênfase ao acordo de Tuí, a conferência de Zamora e a *Bula Manifestis Probatum*. No que diz respeito a Bula, começámos por ler com os alunos o texto, explicando o vocabulário que os alunos não conheciam e finalmente explicámos as questões que teriam de responder, dando algum tempo para os alunos terminassem a actividade. Procedemos então à sua correção, tendo os alunos lido as suas respostas e partilhando-as com os colegas.

No que diz respeito à reflexão sobre a avaliação podemos afirmar que a aula foi, novamente, bem conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível os alunos foram chamados a participarem na aula e conseguimos explicar melhor ou tirar as dúvidas que iam surgindo aos alunos.

Em relação à reflexão sobre a avaliação da aprendizagem, os alunos conseguiram perceber a matéria e atingir os objetivos pretendidos. Sempre que solicitados responderam às questões levantadas. Todos eles com maior ou menor dificuldade realizaram a análise do documento “*Bula Manifestis Probatum*”, respondendo às questões propostas e participando na sua correção.

3.4.3 3ª Aula- As diferentes fases da Reconquista Portuguesa. Do termo da Reconquista à fixação e fortalecimento das fronteiras.

A terceira aula⁸¹ iniciou-se com o registo do sumário e a chamada, em seguida, perguntamos aos alunos quais tinham sido as principais ideias tratadas na última aula, eles foram respondendo e foi notório que tinham apreendido as ideias-chave que tinham sido abordadas anteriormente.

Seguidamente⁸² analisámos o reinado de D. Afonso Henriques contra os muçulmanos e as suas principais conquistas, que os alunos tiveram de as registar no caderno diário. A análise da batalha de Ourique (1139) foi complementada com a abordagem a lenda associada a esta luta:

⁸⁰ Transcrição de um excerto da *IV Crónica Breve de Santa Cruz*, in http://www.jn.pt/revistas/nm/interior.aspx?content_id=2251009 (consultado dia 27-12-2013)

⁸¹ Ver anexo 12 – Plano de aula nº 3, pág. 115.

⁸² Ver anexo 13 – Materiais da aula nº 3, pág. 118.

“(…) Segundo diz a lenda, pouco antes de começar a batalha, os chefes e o exército cristão aclamaram por rei D. Afonso Henriques, reconhecendo nele todas as qualidades para ser o chefe supremo. Esta cerimónia, em que D. Afonso se assumiu pela primeira vez como rei de Portugal, veio reforçar ainda mais a motivação dos Portugueses para o combate. O lado português reunia pouco mais de 12000 homens, do outro lado estava um exército composto por mais de 100 000 soldados. Para além disso, os exércitos muçulmanos eram comandados pessoalmente por Esmar, rei das Espanhas, que, sob a ordem direta do chefe supremo dos Muçulmanos, dominava outros chefes da Península, os reis de Silves, Mérida, Sevilha e Badajoz, também presentes no campo de batalha.

Diz-se que o combate foi extremamente sangrento, mas, apesar da grande desigualdade numérica, no final do dia, as tropas de D. Afonso Henriques levaram de vencida os exércitos dos cinco reis mouros (...)”⁸³, este feito é retratado na bandeira Portuguesa pois os cinco brasões que a compõem, para além de representarem as cinco chagas de Jesus Cristo, representam também os cinco reis mouros vencidos na batalha de Ourique.

“(…) Conta-se ainda que, na véspera do confronto, estando D. Afonso Henriques em oração, lhe apareceu Jesus Cristo, garantindo que ele sairia vitorioso da batalha.”⁸⁴ Esta lenda foi importante para os alunos perceberem a ascensão de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, tal como, a grande influência da religião cristã no processo de Reconquista, pois terá sido a vontade divina que fez de Portugal um reino independente.

Outra das lendas que contamos aos alunos, é datada de 1147 durante a conquista de Lisboa ao mouro pelas tropas cristãs lideradas por D. Afonso Henriques, de acordo com a lenda: “(...) Nesta época, além da Reconquista da Península Ibérica, também muitos cavaleiros cristãos – os cruzados -, vindos de vários pontos da Europa, se dirigem ao Oriente, a fim de libertar a Terra Santa do domínio muçulmano. Os cruzados foram convencidos pelas palavras do Bispo do Porto, Pedro Pitões, e ajudaram D. Afonso Henriques a tomar a cidade de Lisboa. O

⁸³ Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, *História e Lendas de Portugal*, Caminho, Lisboa, 2001, pág. 18.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

cerco de Lisboa iniciou-se em julho 1147. Apesar do grande número dos atacantes, a cidade tinha fortes muralhas e os seus ocupantes defendiam-se valorosamente. No entanto, por vezes os Mouros organizavam ataques de surpresa no exterior e travam-se ferozes combates, e num deles ao recolher para dentro das muralhas, o capitão Martim Moniz, em grande esforço, atirou-se para a frente, barrando com o seu corpo a porta, conseguindo evitar que ela fosse fechada. Apesar de ferido de morte, conseguiu resistir até a chegada dos companheiros, que a forçaram a entrar e conseguiram finalmente, após dezassete semanas de cerco entrar no castelo. O sacrifício que permitiu conquistar Lisboa ficou sempre recordado nas muralhas do castelo, onde, por cima da porta que tem o seu nome, o busto de Martim Moniz assinala o feito.”⁸⁵ Esta lenda serviu para que os alunos compreendessem a necessidade de a História criar heróis, conseguindo fomentar a cidadania dos indivíduos, bem como realçar os feitos heróicos, a bravura do povo português, onde existiam indivíduos capazes de dar a própria vida para o bem do reino.

Posteriormente colocámos os alunos numa situação onde seriam reis de um reino recente e com o que se teriam de preocupar, as respostas foram muito variadas mas quase todas elas evidenciavam fatores que condicionam o ritmo da Reconquista. Para mostrar então que os reis, que estiveram ligados ao processo de Reconquista, tinham mais aspetos que se preocupar do que só com a conquista de terras aos muçulmanos, então começámos a analisar os principais acontecimentos que pautaram os reinados de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III, dando obviamente mais ênfase as suas conquistas militares, que são as indicações do programa oficial, nesta fase os alunos registaram no caderno diário as conquistas mais importantes de cada reinado.

Em seguida, os alunos analisaram um mapa do manual intitulado “As fases da Reconquista” e em seguida, apontámos os principais aspectos religiosos e políticos da Reconquista cristã. Os alunos passaram um atividade que acabou por ficar para trabalho de casa.

Para terminar a aula, fizemos uma ficha sobre o Tratado de Alcanizes⁸⁶, onde em primeiro lugar, lemos o tratado com os alunos explicando o vocabulário que

⁸⁵ Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, *História e Lendas de Portugal*, Caminho, Lisboa, 2001, pág. 20.

⁸⁶ Ver anexo 14 – Ficha de trabalho “Tratado de Alcanises”, pág. 121.

poderia suscitar dúvidas, bem como lemos e explicamos as questões, os alunos tiveram então até ao final da aula para realizarem a tarefa que irá ser corrigida na aula seguinte.

Como reflexão sobre a avaliação do ensino podemos referir que a aula foi bem conseguida quer a nível científico, quer a nível da gestão do tempo. No entanto, temos que apontar um aspeto negativo, pois os alunos menos participativos são um pouco esquecidos e não são muitas vezes solicitados a participarem. Esta realidade tem duas justificações, a primeira que poderemos referir é que devido a termos uma turma com 30 alunos que apenas a teremos durante 7 aulas, não nos é possível decorar o nome de todos, a segunda justificação é que os alunos que mais participam e que mais falam entre eles estão no lado opostos aos alunos anteriormente mencionados, o que nos leva a dar mais atenção àqueles que “monopolizam” as aulas.

Sobre a reflexão sobre a avaliação da aprendizagem, os alunos conseguiram perceber bem a matéria fixando e compreender bem os pontos essenciais, participaram nas diferentes atividades, ajudando a criar uma excelente dinâmica na aula. No entanto, queixaram-se por não perceberem a maior parte do documento do tratado de Alcanizes, que estava escrito em português arcaico, para facilitar deixámo-los consultar uma versão escrita em português corrente que estava disponível no manual.

3.4.4 4ª Aula- O país rural e senhorial

A quarta aula⁸⁷ iniciou-se com o registo do sumário e a chamada, em seguida, perguntamos aos alunos quais tinham sido as principais ideias que tínhamos tratado na última aula, eles foram respondendo e foi notório que tinham apreendido as ideias-chaves que tinham sido tratadas anteriormente.

Seguidamente, corrigimos uma atividade que os alunos deveriam ter feito em casa e constatámos que a maior parte dos alunos o fizeram, esta atividade tinha uma grande importância pois servia de revisão sobre a Reconquista cristã e a fixação e fortalecimento das fronteiras do reino de Portugal. Os alunos foram respondendo às questões e comparando com a nossa proposta de resposta. Também corrigimos a

⁸⁷ Ver anexo 15 – Plano de aula nº 4, pág. 123.

ficha de trabalho da aula passada sobre o Tratado de Alcanizes, onde a estratégia foi a mesma que utilizamos na correção da atividade anterior.

Terminámos⁸⁸ então com o módulo do programa oficial “O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico”, “A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras”, e apresentamos aos alunos um esquema conceptual, para sistematizar os conteúdos até então lecionados.

Seguidamente introduzimos o novo tema “o país rural e senhorial”, explicando as relações de vassalagem com a análise de uma pirâmide explicativa das relações entre os suseranos e os seus vassallos, onde os alunos registaram as ideias importantes. No entanto, os alunos demonstraram algumas dificuldades em perceber as relações de vassalagem, então recorremos à lenda da Gesta de Egas Moniz, onde é claro a relação entre vassallos e os seus suseranos:

“Egas Moniz era um rico-homem, da linhagem dos Riba Douro, foi vassallo de D. Afonso Henriques, de quem recebeu várias doações, constituindo um senhorio. Em 1127, responsabilizou-se pela promessa de vassalagem de D. Afonso Henriques perante o rei de Leão e Castela assim obtendo o levantamento do cerco a Guimarães. Como D. Afonso Henriques não cumpriu os seus deveres de vassallo, Egas Moniz apresentou-se a si próprio, à mulher e aos filhos perante Afonso VII, em Toledo. Iam descalços e de corda ao pescoço, prontos a resgatarem, com a vida, a palavra de honra empenhada. Conta a lenda que Afonso VII, em vez de os castigar como era seu direito, se comoveu com este ato de lealdade, mandando em paz o fidalgo e a sua família.”⁸⁹

Posteriormente explicámos a divisão dos senhorios pela ordem social do seu proprietário e a sua distribuição no reino de Portugal, analisando um mapa.

Acabámos a aula com uma atividade de análise de algumas cartas de doação que estavam descritas no manual.

Sobre a reflexão sobre a avaliação do ensino podemos constatar que a aula bem foi conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível

⁸⁸ Ver anexo 16 – Materiais da aula nº 4, pág.126.

⁸⁹ Célia Pinto Couto, Maria Antónia Monterroso Rosas, *O Tempo da História*, Porto Editora, Lisboa, 2003, pág. 78.

os alunos foram chamados a participarem na aula. É importante referir que já conseguimos chamar todos os alunos a participarem nas diferentes atividades da aula.

No que diz respeito à reflexão sobre a avaliação da aprendizagem podemos verificar que os alunos perceberam bem a matéria, participando sempre que solicitados, ajudando a dar uma boa dinâmica à aula. Perceberam e realizaram a atividade que foi apresentada.

3.4.5 5ª Aula- Continuação da aula anterior: O país rural e senhorial.

A quinta aula⁹⁰ iniciou-se com o registo do sumário e a chamada, em seguida, perguntamos aos alunos quais tinham sido as principais ideias que tínhamos tratado na última aula, eles foram respondendo e foi notório que tinham apreendido as ideias-chaves que tinham sido tratadas anteriormente.

Seguidamente⁹¹ explicámos a organização da sociedade medieval portuguesa em três ordens sociais: o clero (os que oram), a nobreza (os que lutam) e o povo (os que trabalham). Então abordamos as diferentes categorias que estavam incluídas na nobreza (os ricos-homens, os infanções, os cavaleiros e os escudeiros).

Após termos feito a distinção dos diferentes tipos de nobreza foi importante explicar quais são os privilégios e as imunidades que condicionavam os senhorios, bem como apresentámos uma série de impostos que os dependentes eram obrigados a pagar. Nesta fase, os alunos foram tirando algumas dúvidas, bem como fazendo alguns registos das ideias-chave no caderno diário.

Posteriormente analisámos um esquema dos senhorios, onde distinguimos as suas principais áreas e quem lá trabalhava, abordámos também a questão dos senhorios do clero.

Para sistematizar a matéria fizemos uma leitura conjunta e explicação da ficha de trabalho⁹² sobre o quotidiano de uma família de dependentes dos senhorios, os alunos realizaram a tarefa e para terminarmos corrigimos esta actividade e a que tinha sido feita na aula anterior sobre as cartas de doações.

⁹⁰ Ver anexo 17 – Plano de aula nº 5, pág. 129.

⁹¹ Ver anexo 18 – Materiais da aula nº 5, pág. 131.

⁹² Ver anexo 19 – Ficha de Trabalho “Quotidiano dos dependentes senhoriais”, pág. 133.

A reflexão sobre a avaliação do ensino a aula foi bem conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível os alunos foram chamados a participarem na aula. É importante referir que já conseguimos chamar todos os alunos a participarem nas diferentes atividades da aula.

Como reflexão sobre a avaliação da aprendizagem os alunos perceberam bem a matéria, participando sempre que solicitados, ajudando a dar uma boa dinâmica à aula. Perceberam e realizaram a atividade que foi apresentada.

3.4.6 6ª Aula- A situação social e económica das comunidades rurais dependentes.

A sexta aula⁹³ iniciou-se com o registo do sumário e a chamada, em seguida, perguntamos aos alunos quais tinham sido as principais ideias que tínhamos tratado na última aula, eles foram respondendo e foi notório que tinham apreendido as ideias chaves tratadas anteriormente.

Seguidamente⁹⁴ abordámos a situação social e económica das comunidades rurais dependentes, terminada então a matéria que foi planeada para lecionar, apresentámos algumas ideias-chave da matéria, e analisámos dois esquemas conceptuais para sistematizar as matérias.

Para terminarmos estas aulas fizemos a revisão de toda a matéria que lecionámos para o teste de avaliação, que será aplicado no dia 30 de janeiro de 2014.

Como reflexão sobre a avaliação do ensino podemos verificar que a aula bem conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível os alunos foram chamados a participarem na aula. Tentámos sempre que possível resolver todas as dúvidas que os alunos poderiam ter para o teste de avaliação.

Sobre a reflexão sobre a avaliação da aprendizagem podemos constatar que os alunos perceberam bem a matéria, participando sempre que solicitados, ajudando a dar uma boa dinâmica à aula. Colocaram as principais dúvidas que tinham sobre a matéria por nós lecionada.

3.4.7 7ª e 8ª aula – Ficha de avaliação e a sua correção

⁹³ Ver anexo 20 – Plano de aula nº 6, pág.134.

⁹⁴ Ver anexo 21 – Materiais da aula nº 6, pág. 136.

A aula foi toda ela para os alunos realizarem o teste de avaliação⁹⁵, que está descrito no capítulo seguinte, que diz respeito à avaliação.

A última aula teve como objetivo esclarecer os alunos sobre os resultados da avaliação, para tal, apresentamos os *itens* que os alunos deveriam ter abordado e como os deveriam ter intercalado com os documentos, bem como deveriam ter justificado as respostas, para não ficarem incompletas.

3.4.8 9ª aula “Visita de Estudo”

A visita de estudo realizada teve como destinatários duas turmas do 10º ano do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades, na disciplina de História, da Escola Secundária de Alcochete.

A realização da visita de estudo teve como objetivo motivar os alunos para a aprender História fora do espaço sala de aula, pois abrange uma componente lúdica e uma relação professores-alunos, que leva os alunos a envolverem-se mais na realização das aprendizagens. A visita de estudo abrange não só uma componente lúdica, mas também favorece a aquisição de conhecimentos, proporcionando o desenvolvimento de técnicas de trabalho e promove a sociabilidade.

Através da observação e da descoberta que a visita de estudo proporciona, os alunos conseguirão desenvolver técnicas de um método de estudo, pensando e reflectindo sobre aquilo que estão a observar, sendo guiados por um conjunto de questões que os irão orientar durante a visita.

A unidade que escolhemos para a nossa experiência letiva foi do ***O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico***, inserida no Módulo 2. Segundo o Programa de História¹ pretende-se, com o Módulo 2 – Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos séculos XIII a XIV – Espaços, Poderes e Vivências – destacar, em termos genéricos, os factores de unidade e de diversidade na Europa do século XIII; explicitar a articulação entre o mundo rural e o mundo urbano no contexto da afirmação da cidade na Europa feudal e evidenciar formas de sociabilidade, cultura e mentalidade que tiveram a sua origem ou afirmação na fase mais dinâmica e criativa da história medieval da Europa ocidental.

⁹⁵ Ver anexo 22 – Teste de avaliação, pág. 138.

Propõe, assim, o Programa de História que, com a abordagem à segunda Unidade Didática deste módulo, reservada à temática de *O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico*, o aluno se centre no estudo da fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras; reconheça o país urbano e concelhio (a multiplicação de vilas e cidades concelhias). A vista de estudo, como atrás foi referido, enquadra-se nos conteúdos programáticos de História de 10º ano e teve como destinos Lisboa, mais concretamente o Castelo de São Jorge e ao bairro de Alfama. O tema “O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico”. A visita teve como objetivos gerais:

- Enriquecer a experiência do aluno;
- Desenvolver o espírito de observação;
- Recolher dados significativos de utilização futura;
- Desenvolver nos alunos o gosto pela arte e pela preservação do património e da memória coletiva.

Apresentamos como objetivos específicos desta unidade curricular, de forma ajudar os alunos, através de vivências histórico-práticas, a consolidar conhecimentos teóricos adquiridos em contexto de sala de aula:

- Situar a definição do espaço português no contexto da Reconquista;
- Mostrar os avanços da Reconquista e o seu Termo;
- Explicar as condições do estabelecimento definitivo das fronteiras de Portugal;
- Relacionar os diferentes espaços urbanísticos da cidade medieval portuguesa com as vivências e poderes da sociedade da época;
- Evidenciar a intervenção do rei na administração local.

A visita de estudo realizada cumpriu no seu todo as expectativas que tínhamos quanto às aprendizagens que os alunos deveriam adquirir. Desta vez, tivemos apenas um papel de acompanhar os alunos, pois toda a sua planificação ficou a cargo da Professora Cooperante Teresa Diniz, no entanto, já no semestre passado tínhamos planeado e executado a visita de estudo a Monsaraz e a Évora, com a turma do 10º D da Escola Secundária Camilo Castelo Branco de Carnaxide, sob a orientação da Professora Cooperante Isabel Pedro, para percebermos a organização dos espaços rurais e urbanos do Portugal Medieval.

A visita iniciou com um *peddy-paper* onde os alunos percorrem as ruas medievais do bairro lisboeta de Alfama, com objetivo de responder a algumas questões que foram proposta no guião. A segunda parte da visita concentrou-se numa visita guiada pelo castelo de São Jorge, onde para além de terem observado um mapa da evolução urbanística da cidade de Lisboa, os alunos foram levados a fazer uma viagem no tempo, entrando em contacto com fontes arqueológicas e patrimoniais, bem como, algumas das curiosidades que caracterizam a vivência na Lisboa medieval.

3.5 Avaliação

Uma das grandes problemáticas do sistema de ensino aprendizagem é a avaliação, pois segundo Maria Cândida Proença “a principal finalidade do ensino é modificar o comportamento do aluno em determinadas direções estabelecidas pela escola e pelo professor. Estas direções são, como se sabe, os objetivos educacionais. Para nos certificarmos até que ponto estes objetivos estão a ser atingidos temos que avaliar.”⁹⁶

Uma das perguntas que o professor coloca a si próprio é o porquê de avaliar, pois, é preciso ter em conta que a avaliação deve promover as capacidades dos alunos e fazer com que a maioria deles atingisse o máximo de objetivos da aprendizagem.

Os alunos mediante a sua avaliação deverão conseguir perceber a sua evolução, tendo presente as suas dificuldades e conseguirem (em conjunto com o professor) um método de trabalho que permitirá ultrapassar os diferentes obstáculos de aprendizagem.

A avaliação não deverá ser momento isolado, mas sim um processo contínuo permitindo ajudar a evoluir o aluno e o próprio professor a ajustar as suas metodologias às diferentes dificuldades dos alunos.

Como foi atrás referido a avaliação é um processo contínuo que se divide em três fases: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e a avaliação sumativa. A avaliação diagnóstica tem como função perceber quais são os conhecimentos iniciais

⁹⁶Maria Cândida Proença; *Didáctica da História*, Universidade Aberta, 1989, pág.144.

que os alunos têm sobre a unidade que iremos lecionar. A avaliação formativa tem como função identificar onde e o porquê o aluno sente dificuldades e procurar em conjunto com o mesmo ultrapassá-las. A avaliação sumativa tem como objetivo classificar o aluno para quantificar os seus conhecimentos e atribuir-lhe uma determinada nota.

A avaliação não deverá constituir um momento de pressão para o aluno, mas sim uma forma de evidenciar as suas capacidades e de aprender com os seus erros.

Podemos concluir que avaliação “surge tão estritamente ligada ao processo de ensino/aprendizagem de forma que é impossível de conceber um sem o outro”⁹⁷.

A nossa intervenção letiva teve também como objetivo nos iniciarmos no processo de avaliar os alunos. Esta é mais uma das muitas funções do professor deverá controlar.

Tentámos também fazer uma avaliação diagnóstica, pois logo na primeira aula que tivemos a nosso cargo, fizemos três questões aos alunos e através das quais conseguimos perceber os conhecimentos que os alunos tinham sobre o tema, mas também foi importante para os motivar para o estudo do novo tema.

A avaliação formativa foi realizada durante as aulas e compreende os trabalhos que foram solicitados aos alunos quer em casa, quer na aula, a participação e o interesse dos alunos nas atividades de ensino e aprendizagem.

Com a escolha deste tipo de avaliação seguimos o método de avaliação quantitativa, que foi aplicada às atividades realizadas, bem como aquelas que foram feitas em casa. Apesar de não ser a mais recomendada, acordamos com a professora cooperante que seria a mais indicada para identificarmos e superarmos as principais dificuldades dos alunos. O desempenho, as atitudes e os comportamentos também foram quantificados para futuramente entrarem na avaliação do 2º período dos alunos.

A avaliação sumativa foi dividida em dois momentos, o primeiro foi com a resolução de um guião do filme “*Kingdom of Heaven*”, e o segundo momento com a resolução de um teste sumativo. Esta avaliação juntou-se com a avaliação formativa,

⁹⁷Maria Cândida Proença; Didáctica da História, Universidade Aberta, 1989, pág. 144.

para conseguirmos propor uma nota (cerca de metade da nota final) à professora cooperante e certificar que os alunos alcançaram os objetivos que traçamos para o processo de ensino/aprendizagem, de forma a obterem uma classificação positiva.

O guião do filme “*Kingdom of Heaven*” é composto por uma sinopse do filme e por quatro questões, que os alunos deveriam responder consoante os excertos visualizados na aula. Nos resultados podemos verificar que a maior parte dos alunos perceberam o que eram pedido em cada pergunta e responderam consoante aos excertos que assistiram do filme. As notas inferiores a 10 valores são justificadas devido ao facto de os alunos não terem respondido a algumas questões. Mas numa maneira geral a maior parte dos alunos tiveram resultados extremamente satisfatórios, sendo a nota máxima 19.8 e a nota mínima um 7.5 pelas razões que anteriormente foram apontadas. A média final deste trabalho, tendo em conta que dois alunos não o fizeram por não terem estado presente na aula, é de 14.19.

O teste de avaliação sumativa tem dois níveis de objetivos, o primeiro pretende que o aluno mostre a sua capacidade de adquirir e memorizar (compreendendo) os conhecimentos, o segundo reporta a capacidade de os alunos aplicarem os seus conhecimentos (justificar, analisar, criar etc.).

O teste que foi realizado pelos alunos foi construído por nós, com o supervisionamento da professora cooperante, que tirando alguns ajustes, concordou com toda a organização e perguntas apresentadas. A ajuda da professora Teresa Diniz foi essencial, pois avaliação é um processo de ensino/aprendizagem que mais dificuldade apresenta, devido à complexidade que acarreta.

A estrutura do teste segue as indicações da estrutura do exame nacional, para colocar os alunos perante uma situação que irão ter de encarar futuramente. O Grupo I do teste de avaliação é composto por três questões apoiadas pela interpretação de quatro documentos que foram trabalhados durante as aulas que lecionámos.

Elaboramos também alguns tópicos de correção para o teste de avaliação, também eles aprovados pela professora cooperante antes de serem utilizados. Alguns dos testes foram corrigidos e revistos pela professora Teresa Diniz, o que se mostrou extremamente proveitoso, pois deu-nos a oportunidade de aprender bastante com esta experiência, de forma que futuramente poder-mos atuar com maior rigor científico na

correção de testes, especialmente no secundário onde os alunos estão a ser preparados para os exames nacionais e no possível ingresso no ensino superior.

Debruçando-nos agora sobre o resultado da avaliação⁹⁸, podemos verificar que foi satisfatória, pois num total de 28 alunos, 22 tiveram positiva (acima do 9,4) e 6 tiveram negativa, sendo que 4 delas foram elevadas, ou seja estando entre o 8 e o 9, no entanto 2 alunos tiveram resultados muito baixos, este facto deveu-se aos alunos não responderem a algumas das questões do teste e também não terem percebido aquilo que se pedia nas restantes questões. As notas mais altas rondaram os 16 e as mais baixas foram entre o 5 e o 6⁹⁹. A média da avaliação ficou 11.1. Podemos afirmar que ficámos um pouco desiludidos com os resultados, no entanto, a professora cooperante alertou-nos que as notas que os alunos obtiveram connosco, correspondem em larga medida as que têm com a professora.

Os resultados foram mais baixos porque os alunos responderam a maior parte das questões sem as justificarem ou sem fazerem referência aos documentos, sendo que as respostas ficaram na sua maioria incompletas¹⁰⁰.

⁹⁸ Ver anexo 23 – Resultados do Teste de Avaliação, pág. 143.

⁹⁹ Ver anexo 24 – Descritores do teste de avaliação, pág. 145.

¹⁰⁰ Ver anexo 25 – Resultados da avaliação geral, pág. 154.

Considerações Finais

A frequência do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Universidade de Lisboa, foi extremamente importante, não só pela obtenção do título de professor, mas pela forma como nos fez repensar o ensino no geral, e no ensino da História e da Geografia em particular, fazendo-nos crescer não só enquanto aprendizes de professores, mas também enquanto pessoas.

Na minha opinião, quem pretende ingressar na carreira docente tem de ter plena consciência do peso que terá na vida das pessoas no seu geral, pois o que será da nossa sociedade sem a formação, sem a educação que a Escola e principalmente NÓS professores transmitimos aos alunos, futuros membros ativos da sociedade. Este mestrado, fundamentalmente fez-me consciente da grande responsabilidade que, a partir de agora, irei ter entre mãos, pois poderá ser decisiva na vida dos alunos.

Foi também proporcionado o contacto com as diferentes abordagens educacionais, para ajudar futuros professores a identificar as principais questões que se colocam à educação atual. As ferramentas essenciais para ultrapassar os problemas que nos irão surgir em sala de aula, ou para ajudar os alunos a conseguirem atingir o seu potencial escolar máximo, foram também abordadas e transmitidas nas diferentes unidades curriculares que compõem o Mestrado.

Para melhorar o estado da educação que temos nos dias de hoje é importante repensar o papel e a eficácia dos sistemas educativos, as estruturas das organizações educativas, as estratégias e os objetivos pedagógicos. Se queremos instruir cidadãos conscientes das suas ações é importante, sair da “caixa de ovos” (metáfora educativa) que caracteriza a educação atual. Isto é, será necessário quebrar as barreiras que existem entre disciplinas, professores e as diferentes entidades.

A educação será mais eficaz, quando a interdisciplinaridade apregoada for posta em prática, quando existir uma cooperação entre os professores da mesma disciplina e de disciplinas diferentes, quando as escolas cruzarem trabalharem em conjunto e promoverem ações que as aproximem das instituições locais e nacionais. Todas estas ideias que apresentamos, deverão contribuir para que a escola e os seus agentes não trabalhem sobre si, mas que coloquem o seu trabalho ao serviço da

comunidade. É também colocado em profunda reflexão, o próprio objetivo da educação e da própria escola, que quanto a mim é preparar da melhor forma os alunos para o futuro, para que cumpram da melhor forma o seu papel na sociedade, para poderem questionar e refletir sobre as suas escolhas.

As melhorias da educação também são referentes às ações dos docentes. Os docentes deverão continuar a apostar na sua investigação pessoal e na sua formação, que para além de melhorar as suas práticas pedagógicas e didáticas, será também importante para conhecer diferentes formas de intervir e de atuar junto dos alunos, portanto, podemos perceber que a docência é uma atividade que promovem a constante atualização. Vivemos numa onde o uso das novas tecnologias está banalizado, e onde o seu conhecimento e domínio é fundamental para corresponder às exigências, cada vez maiores, dos alunos. Deste modo é necessário modernizarmos as nossas estratégias, respondendo de forma positiva às mesmas. O professor deverá pensar qual é o seu papel no processo de ensino-aprendizagem, colocando o aluno no centro do mesmo, passando a ser um intermediário entre os alunos e a construção do conhecimento científico.

Apesar das questões que já foram abordadas anteriormente, a experiência mais importante que passámos, durante a frequência deste Mestrado, foi a possibilidade de colocarmos em prática todos os conhecimentos teóricos que fomos adquirindo, e as concepções que criámos em relação à educação. O processo da lecionação que nos foi proporcionado foi bastante útil, pois foi a nossa primeira experiência no ensino. Antes de lecionar, algumas dúvidas pairavam no nosso pensamento: Será que vamos conseguir controlar os alunos em sala de aula? Será que vamos conseguir transmitir os conteúdos da melhor forma? Essencialmente, será que consigo ser bom professor? No entanto, com a ajuda do nosso orientador Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro, e da Professora cooperante e até dos próprios alunos tornámo-nos mais confiantes nas nossas capacidades.

Na nossa formação fomos criando diversas perspectivas sobre a direção que pretendemos tomar na nossa prática docente, no entanto, é importante destacar que achamos que a nossa prática letiva pecou pela sua curta duração. Como referi anteriormente, era preciso um contacto mais estreito com a escola, para conhecer a sua dinâmica, para conhecer os alunos as suas crenças e objetivos, como isso, não

aconteceu tivemos de encontrar outras estratégias para colmatar esta pequena lacuna. Optámos então por uma estratégia que conseguíssemos criar empatia e confiança rápida entre nós e os alunos, pois defendo que o ensino será tanto mais eficaz, quanto maior for a confiança, empatia e respeito entre ambas as partes.

A busca por uma corrente pedagógica servisse como base da nossa prática lectiva foi intensa, no entanto, com ajuda do nosso orientador, escolhemos suas vertentes que nela estão contempladas. A primeira seria ajustar o nosso discurso e os conteúdos à estrutura cognitiva dos alunos, a segunda aplicar a semi-directividade valorizando os alunos e as suas potencialidades.

As nossas aulas foram pensadas, segundo aquilo que observamos das aulas da Professora Cooperante e também daquilo que achamos ser as melhores estratégias a implementar em sala de aulas. Uma dessas opções didáctica, foi a utilização de mitos e lendas, alvo de uma abordagem mais aprofundada neste relatório. Achamos à partida que os mitos e as lendas são valiosos agentes, no processo de ensino e aprendizagem da História, apesar de reconhecermos as suas limitações na transmissão da realidade, no entanto, são poderosos no desenvolvimento do imaginário dos alunos. Defendemos que os mitos e as lendas podem ser poderosos recursos didácticos e poderosas fontes de informação histórica a serem utilizados nas aulas de História. É importante também frisar que uma das formas que achámos importantes é colocar os alunos a encarnar personagens, para conseguirem compreender melhor a forma de agir das personagens que compõem a nossa Reconquista de Portugal aos mouros.

As nossas planificações tentaram ser o mais diversificados possíveis, fazendo uma simbiose entre o manual escolar, os apontamentos que achámos pertinentes para colmatar algumas insuficiências do mesmo, os *power-point's* de apoio, bem como, a utilização de filmes e fichas de trabalho para sistematizar os conteúdos. No entanto, se a nossa experiencia didáctica fosse mais alongada, poderíamos ter desenvolvido de outra forma as nossas opções, no entanto, estamos bastantes contentes com o resultado e críticas que obtivemos.

Toda esta experiência foi importante para aprendermos a orientar todo o processo de ensino e aprendizagem em todas as suas fases: planificação,

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

operacionalização e avaliação, garantindo um elo agregador para as diversas estratégias de aprendizagem e momentos didáticos das aulas.

Bibliografia

Fontes:

Programa de História (A). 10º ano. Curso Geral de Ciências Sociais e Humanas, MENDES, Clarisse (coord.), SILVEIRA, Cristina e BRUM, Margarida, Ministério da Educação, 2001

Projecto Educativo da Escola Secundária de Alcochete 2009/2012, Alcochete, 2009.

Regulamento Interno da Escola Secundária de Alcochete, Alcochete, 2009.

Bibliografia Geral:

ARMSTRONG, Karen, *Uma Pequena História do Mito*, Lisboa, Editorial Teorema, 2005

ALMEIDA, Leandro S.; KARPICKE, Jeffrey; -SOUSA Hélder Diniz, *A Avaliação dos alunos*, Lisboa, Fundação Manuel dos Santos, 2012.

AUSBEL, David, *Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva*, Lisboa, Paralelo Editora, 2003.

ARENDS, Richard, *Aprender a Ensinar*, McGraw-Hill, Lisboa, 1999.

BLOCH, Marc, *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Europa – América, 1965.

BURKERT, Walter, *Mito e Mitologia*, Lisboa, Edições 70, 1991.

COLLINGWOOD, R.G., *A Ideia de História*, Trad. De Alberto Freire, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

EGAN, K., *Fantasía e imaginación: su poder en la enseñanza*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciência, Ediciones Morata, 1994.

Eliade, Mircea, *OSagrado e o Profano*, Brasil, Livros do Brasil, 1999.

ENTONADO, Florentino Blázquez, *El Espacio En La Organizacion Escolar*, in Oscar Sáenz (dir.) “Organizacion Escolar, Textos Universitarios”, ANAYA, 1989.

FRANCLIM, Sérgio, *A Mitologia Portuguesa – Segundo a história iniciática de Portugal*, Parede, Ministério dos Livros, 2009.

GOULART, Iris, *Piaget experiências básicas para a utilização pelo professor*, Brasil, Vozes, 1993.

LE GOFF, Jaques (et all), *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, 1991.

MAGALHÃES, Ana Maria, ALÇADA, Isabel, *História e Lendas de Portugal*, Caminho, Lisboa, 2001.

MARLRIEU, Philippe, *A Construção do Imaginário*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

MATTOSO, José, *Escrita da História*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MATTOSO, José, *História de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, vol. 2,

MONTEIRO, Miguel Maria Corrêa, *Didáctica da História, Teorização e prática: algumas reflexões*, Lisboa, Plátano, 2001.

MONTEIRO, Miguel Maira Corrêa, *O Ensino da História numa Escola em Transformação*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2003.

MOREIRA, Joaquim Mendes, *Ensinar História, Hoje*, Revista da Faculdade de Letra, Vol. 2, III série, Porto, Faculdade de Letras do Porto.

PARAFITA, Alexandre, *O Maravilhoso Popular - Lendas Contos Mitos*, Lisboa, Plátano Editora, 2000.

POSTIC, Marcel, *O Imaginário na Relação Pedagógica*, Rio Tinto, Edições Asa, 1992.

PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

RAMOS, Rui (coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2010.

SEIXAS, Miguel Metelo, D'ARCOS, Isabel Paços, *Bandeiras de Portugal*, Lisboa, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, 2004 .

STRAUSS, Claude L., *Mito e Significado*, Lisboa, Edições 70, 1981.

TERENO, António, *O Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos Séculos XIII-XIV – Espaços, Poderes e Vivências: Uma Proposta Didáctica*, Lisboa, Relatório da Prática de Ensino Supervisionada, 2013.

Endereços Electrónicos

<http://www.cm-alcochete.pt>; consultado a 21/12/2013.

http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html; consultado a 21/12/2013.

Adriana Martins: *A literatura portuguesa contemporânea enquanto descoberta da memória da nação*:<http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/rotas/rotas/adriana%20martins%20183a203%20p.pdf>, consultado dia 22-05-2014.

Maria Luísa Freitas e Maria Glória Solé, *O uso da narrativa nos estudos sociais*:<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4239/1/Pages%20from%20ACTAS.pdf>, consultado dia 22-05-2014.

Pais que educam, professores que amam:
<http://www.presenca.pt/files//products/Exc10950003.pdf>: consultado dia 01/04/2014.

Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*: <http://www.educacional.com.br/> consultado dia 08-07-2014.

Rúbia Lóssio, *Lendas: Processo de Folkcomunicação*, consultado em [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Lendas: Processo de Folkcomunica%C3%A7%C3%A3o](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Lendas:_Processo_de_Folkcomunica%C3%A7%C3%A3o); a 10 de Maio de 2014.

Anexos

Anexo 1 – Composição da Turma 10ºE

(Fonte: Escola Secundária de Alcochete)





GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

121198 - Agrupamento de Escolas de Alcochete
403933 - Escola Secundária de Alcochete

Relação de Alunos

Ano Letivo 2013 / 2014

Ano : 10
Turma : E
Línguas e
Humanidades

Nº Processo	Nº Turma	Nome	PORT (A)	INGL (B)	FRAN (C)	EDR (D)	IST (E)	DOFA (F)	ESPA (G)				
11370	1	Afonso Velez Nardes	1	1	1	1	1	1	NI				
11040	2	Ana Bárbara Figueiredo Alves	2	2	2	2	2	2	1				
9026	3	Ana Catarina Amaro Marinho Pinto Alves	3	3	3	3	3	3	2				
2033	4	Ana Catarina Vilhena Cabral Cruz Gonçalves	4	4	4	4	4	4	3				
2039	5	Beatriz Gonçalves Espírito Santo	5	5	5	5	5	5	4				
10564	6	Beatriz Maria Manteigas Vicente	6	6	6	6	6	6	5				
2635	7	Bruno Ricardo Santos Casquinha	7	7	7	7	7	7	6				
2756	8	Carolina Alexandra Portela Freitas	8	8	8	8	8	8	7				
9611	9	Diogo Salvado da Costa Pinto Simões	9	9	9	9	9	9	8				
10687	10	Elana Godinho Barrinha	10	10	10	10	10	10	9				
10941	11	Ema Sofia Green Rodrigues	11	11	11	11	11	11	10				
2872	12	Flávio António da Silva	12	12	12	12	12	12	11				
2030	13	Gonçalo Jorge Martins da Silva Giro	13	13	13	13	13	13	12				
12151	14	Gonçalo Miguel Campos Gonçalves	14	14	14	14	14	14	13				
2819	15	Jéssica Alexandra Carvalho Pereira	15	15	15	15	15	15	14				
9564	16	Jéssica Filipa Rocha Martins	16	16	16	16	16	16	15				
2029	17	Joana Rodrigues Espiga	17	17	17	17	17	17	16				
9882	18	João Paulo Neves Origueira	18	18	18	18	18	18	17				
2000	19	João Valdemar dos Santos Correia	19	19	19	19	19	19	18				
11018	20	Mariana da Silva Barros	20	20	20	20	20	20	19				
11511	21	Miguel António Ferreira Soldado	21	21	21	21	21	21	20				
10925	22	Miguel Bárcia Gageiro Marques de Carvalho	22	22	22	22	22	22	21				
2008	23	Nádia Marisa dos Santos Neves	23	23	23	23	23	23	22				
9331	24	Rúben Rafael de Carvalho	24	24	24	24	24	24	23				
2813	25	Telma Marina Teles Santos	25	25	25	25	25	25	24				
9514	26	Teresa Gil Dias dos Santos	26	26	26	26	26	26	25				
2686	27	Tomás Maria Alves-Fregoso-Goutinho-de-Miranda	27	27	27	27	27	27	26				

Carlos Pinela
~~Manuel Bernardo~~

Delegada - Elana Barrinha

Inês Rodrigues
Carolina Seixal

Anexo 2 – Horário da Professora Cooperante Teresa Diniz

(Fonte: Teresa Diniz)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE										
Jardim de Infância - EB 1 - EB 2,3 - Escola Secundária										
Horário do professor: Teresa Diniz										
										Horário nº: 400/2
Docente: Teresa Diniz						Categoria: QA				
Habilitações:						Grupo: 400				
Ano letivo: 2013 - 2014										
Tempo	Segunda	Sala	Terça	Sala	Quarta	Sala	Quinta	Sala	Sexta	Sala
08:20 - 09:05					10E / HISTA	AN24	10E / HISTA	AN24		
09:05 - 09:50										
10:05 - 10:50			10D / HISTA	AN21	DT + ProfCoop		+ ProfCoop			
10:50 - 11:35										
11:50 - 12:35							11D / HISTA	AN20		
12:35 - 13:20										
13:35 - 14:20	10D / HISTA	AN20	10E / HISTA	AN24	10D / HISTA	AN20				
14:20 - 15:05										
15:15 - 16:00	11D / HISTA	AN25	Prof Coop.		11D / HISTA	AN5				
16:00 - 16:45										
17:00 - 17:45	+ ProfCoop									
17:45 - 18:30										
18:30 - 20:15										
20:20 - 21:05										
21:15 - 22:00										
22:05 - 22:50										
22:55 - 23:40										

Entrada em vigor: 23/09/2013 Data de Validade: 31 de Agosto de 2014

▲ Trabalho Escola ▼ Crédito ● NC: Não Contar ◀ Artigo 79 ▶ Reu. / Outros ■ Insuf. C. Letiva

Observações do horário

Professor cooperante DT 10ºD

Anexo 3 – Planificação anual (Fonte: Teresa Diniz)

CONTEÚDOS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	AVALIAÇÃO	TEMPO (aulas de 90')
<p>Módulo 0 Estudar/Aprender História</p>	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a noção de período histórico como resultado de uma reflexão sobre permanências e mutações nos modos de vida das sociedades, num dado espaço. Reconhecer a diversidade de documentos históricos e a necessidade de uma leitura crítica. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Análise da documentação 	<p>Diagnóstica e formativa</p> <p>2 testes sumativos por período</p>	6 aulas
<p>Módulo 1 – Raízes Mediterrânicas da civilização europeia – cidade, cidadania e império na antiguidade clássica</p> <p>Unidade1 – O Modelo Ateniense</p> <p>1.1. A Democracia antiga</p> <p>1.2. Uma cultura aberta à cidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer a fragmentação política do mundo grego. Caracterizar a pólis. Sensibilizar-se para a importância do legado político-cultural clássico como uma das matrizes da civilização europeia ocidental. Distinguir, nas instituições da Atenas democrática, órgãos do poder legislativo, executivo e judicial. Mostrar que a democracia ateniense era uma democracia directa. Desenvolver a sensibilidade estética através da identificação e da apreciação de manifestações artísticas do período clássico. Avaliar os limites da participação democrática. Comparar a democracia ateniense com a democracia actual. Dominar conceitos: polis; agora; democracia antiga; cidadão; meteco; escravo; ordem arquitectónica. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Elaboração/análise de mapas: divisão política da Grécia em Cidades-Estado; o Império Romano – estrutura urbana e rede viária; presença de povos bárbaros no Império, no século IV; ❖ Comparação, através de um debate, entre a democracia directa e a democracia representativa; 	<p>Pesquisa individual</p> <p>Participação na aula</p> <p>Relatórios de Visitas de Estudo</p> <p>1 trabalho temático individual</p> <p>Fichas de TPC/fichas de trabalho do caderno de actividades</p>	20 aulas

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

<p>Unidade 2 - O Modelo Romano</p> <p>2.1. Roma, cidade ordenadora de um império urbano.</p> <p>2.2. A afirmação imperial de uma cultura urbana pragmática.</p> <p>2.3. A integração de uma região periférica no universo imperial: a romanização da Península Ibérica</p> <p>Unidade 3 – O espaço civilizacional greco-latino à beira a mudança</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Localizar o espaço imperial romano. • Reconhecer o carácter urbano da civilização romana. • Explicar a importância assumida pelo imperador como elemento de coesão política. • Salientar a riqueza e a utilidade do direito. • Interpretar a extensão do direito de cidadania romana como processo de integração da pluralidade de regiões no Império. • Identificar na romanização da Península Ibérica os instrumentos de aculturação das populações submetidas ao domínio romano. • Distinguir formas de organização do espaço nas cidades do Império, tendo em conta as suas funções cívicas, políticas e culturais. • Sensibilizar-se para a importância do legado político-cultural romano. • Compreender as virtualidades do espaço mediterrânico como espaço de encontros e de sínteses. • Desenvolver a sensibilidade estética através da identificação e da apreciação de manifestações artísticas do período clássico. • Dominar conceitos: Império; urbe; magistratura; Direito; pragmatismo; urbanismo; fórum; romanização; aculturação. • Contextualizar o nascimento do cristianismo. • Identificar os princípios fundamentais da nova fé. • Descrever, sucintamente a difusão do cristianismo no espaço romano. • Explicar a importância dos Edictos de Milão e de Tessalónica para o triunfo da religião cristã. • Avaliar o papel da Igreja como transmissora do legado 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Elaboração de tabelas cronológicas situando: as fases do apogeu das civilizações grega e romana; o triunfo do cristianismo no Império; ❖ Análise da documentação ❖ Resolução da rubrica metodologia do manual; ❖ Visita de estudo a Miróbriga e ao castelo de Palmela ❖ Visionamento do filme <i>O Gladiador</i> de Ridley Scott (2000); ❖ Resolução da rubrica Prática de Competências do manual. 	<p>Observação directa, tendo em conta:</p> <p>Desenvolvimento das Competências Específicas da disciplina;</p> <p>Compreensão oral e escrita;</p> <p>Expressão oral e escrita;</p> <p>- Auto e heteroavaliação</p>	
--	--	---	---	--

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

<p>Módulo 2 – Dinamismo civilizacional da Europa ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes e vivências</p> <p>Unidade I – A Identidade Civilizacional da Europa Ocidental</p> <p>I.1. Poderes e crenças – multiplicidade e unidade.</p>	<p>político-cultural clássico.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descrever a crise político-militar do Império-Romano. • Localizar, no tempo e no espaço, as grandes invasões bárbaras. • Referir o impacto das invasões nas estruturas políticas, económicas e culturais do mundo romano. • Compreender as virtualidades do espaço mediterrânico como espaço de encontros e de sínteses. • Dominar conceitos: Igreja romano-cristã; civilização; época clássica. <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer na sociedade europeia medieval factores de coesão que se sobrepuseram às permanentes diversidades político-regionais, distinguindo a importância da Igreja neste processo. • Referir, em termos genéricos, os elementos de unidade e de diversidade na Europa do século XIII. • Distinguir, como unidades políticas, reinos, senhorios e comunas. • Reconhecer, no Sacro Império Romano-Germânico, a persistência da ideia de um Império romano e cristão. • Mostrar o papel desempenhado pela religião na coesão interna do mundo ocidental. • Caracterizar, em termos religiosos, culturais e geográficos, os outros mundos: Bizâncio e o Islão. • Reconhecer no surto demográfico do século XIII, na expansão agrária que o acompanhou e no paralelo desenvolvimento urbano, o desencadear de mecanismos favorecedores de intercâmbios de ordem local, regional e civilizacional. • Indicar os factores que contribuíram para a prosperidade europeia dos séculos XI a XIII. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Análise dos documentos ❖ Resolução da rubrica Metodologia; ❖ Elaboração de um glossário de vocábulos relativos ao Gótico; ❖ Leitura/análise de uma carta de foral; ❖ Pesquisa sobre as peregrinações medievais e atuais; 		<p>30 aulas</p>
--	---	--	--	-----------------

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

<p>I.2. O quadro económico e demográfico – expansão e limites do crescimento.</p> <p>Unidade 2 – O espaço Português – A consolidação de um reino cristão ibérico</p> <p>2.1. A fixação do território</p> <p>2.2. O país rural e senhorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar o surto urbano. • Enquadrar as relações cidade-campo no renascimento de uma economia de mercado. • Traçar um quadro genérico das principais rotas e produtos. • Explicar o desenvolvimento das novas práticas financeiras. • Evidenciar a fragilidade do equilíbrio demográfico. • Dominar conceitos: reino; senhorio; comuna; papado; igreja ortodoxa; Islão; economia monetária. • Sublinhar a acção de D. Afonso Henriques para a definição do espaço português. • Situar a definição do espaço português no contexto da Reconquista. • Mostrar os avanços da Reconquista e o seu termo. • Explicar as condições do estabelecimento definitivo das fronteiras de Portugal. • Analisar o carácter da Reconquista. • Reconhecer o senhorio como quadro organizador da vida económica e social no mundo rural tradicional, caracterizando as formas de dominação exercidas sobre as comunidades campestres. • Caracterizar o poder senhorial. • Descrever a exploração económica do senhorio. • Compreender a especificidade da sociedade portuguesa concelhia, distinguindo a diversidade de estatutos dos seus membros e as modalidades de relacionamento com o poder régio e os poderes senhoriais. • Mostrar como se caracterizava a autonomia político-administrativa das cidades e vilas concelhias. • Interpretar a afirmação do poder régio em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Elaboração de pequenas biografias sobre os reis de Portugal da I^a Dinastia; ❖ Visionamento do filme, apoiado em guião, relativo à recriação de aspectos da realidade histórica do período em estudo, <i>O Nome da Rosa</i>, de J. Jacques Annaud. 		
---	--	---	--	--

<p>2.3. O país urbano e concelho</p>	<p>como elemento estruturante da coesão do país concelho e do país senhorial e promotor de missões de prestígio e de autonomia do Reino no contexto da cristandade ibérica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar o funcionamento da monarquia feudal. • Exemplificar a afirmação de Portugal no quadro político ibérico. • Dominar conceitos: reconquista; concelho; carta de foral; imunidades; vassalagem; monarquia feudal; inquirições; legista. 			
<p>Unidade 3 – Valores, Vivências e Quotidiano</p> <p>3.1. A experiência urbana</p> <p>3.2. A cultura leiga e profana nas cortes régias e senhoriais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a sensibilidade estética através da identificação e apreciação de obras artísticas do período medieval. • Reconhecer os elementos característicos do estilo gótico. • Justificar o nascimento, nas cidades, de novas formas de solidariedade. • Sublinhar o papel das ordens mendicantes na renovação da religiosidade cristã. • Compreender as atitudes e os quadros mentais que enformam a sociedade da época, distinguindo cultura popular de cultura erudita. • Sublinhar o papel desempenhado pelas universidades na renovação cultural da Europa. • Caracterizar o ideal cavaleiresco. • Sublinhar a importância assumida pela literatura na difusão das novas formas de sociabilidade. • Reconhecer nas romarias e peregrinações uma forma típica da religiosidade medieval. • Distinguir as expressões da cultura erudita das da cultura popular. 			

<p>Módulo 3 A Abertura europeia ao mundo – mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI</p> <p>Unidade 1. A Geografia cultural europeia de Quatrocentos e Quinhentos</p> <p>I.1. Principais centros culturais de produção e difusão de sínteses e inovações.</p> <p>I.2. O cosmopolitismo das cidades hispânicas – importância de Lisboa e Sevilha</p> <p>Unidade 2. O Alargamento do conhecimento do mundo</p> <p>2.1. O contributo português</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dominar conceitos: confraria; corporação; universidade; cultura erudita; arte gótica; época medieval. • Explicar a ampliação do conhecimento do Mundo empreendida pelos europeus nos séculos XV e XVI. • Sublinhar manifestações de progresso económico, demográfico, social e político europeu nos séculos XV e XVI. • Salientar a importância de alguns inventos técnicos então ocorridos, por exemplo o da imprensa. • Distinguir os principais centros culturais da Europa do Renascimento. • Identificar inovações e sínteses culturais. • Relacionar o dinamismo civilizacional dos séculos XV e XVI com a «promoção do Ocidente». • Interpretar o cosmopolitismo de Lisboa e Sevilha. • Compreender a modernidade como um fenómeno global que se manifesta nas ideias e nos comportamentos e encontra nos centros urbanos mais dinâmicos da Europa um espaço privilegiado de criação e de irradiação. • Dominar conceitos: Época Moderna; Renascimento. • Resumir os progressos náuticos e cartográficos dos séculos XV e XVI. • Sintetizar os grandes contributos da expansão marítima, nomeadamente da portuguesa, nos domínios da geografia física e humana, da botânica, de zoologia e da cosmografia. • Distinguir o experiencialismo da ciência moderna. • Identificar a emergência e a progressiva consolidação de uma mentalidade quantitativa e experimental que 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Análise da documentação; ❖ Resolução da Rubrica Prática de Competências; ❖ Pesquisa sobre a Arte Renascentista; ❖ Elaboração de mapas temáticos; ❖ Elaboração de pequenas biografias; ❖ Resolução da rubrica Metodologia; ❖ Identificação de formas de mecenato praticadas na 		<p>28 aulas</p>
---	---	---	--	-----------------

2.2. O conhecimento científico da Natureza	<p>prepara o advento da ciência moderna e proporciona ao Homem um maior domínio e conhecimento do Mundo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interpretar a revolução cosmológica copernicana como uma manifestação da ciência moderna. • Reconhecer o papel de vanguarda dos Portugueses na abertura europeia ao Mundo e a sua contribuição para a síntese renascentista. • Dominar conceitos: navegação astronómica; cartografia; mentalidade quantitativa; experiencialismo; revolução copernicana. 	<p>atualidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Pesquisa sobre a intolerância religiosa na atualidade. 		
Unidade 3 – A Produção Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Constatar a existência de atitudes socioculturais de cariz individualista. • Mostrar como se fez sentir a ostentação das elites cortesãs e burguesas. • Caracterizar a sociabilidade renascentista. • Explicar as características antropocêntricas do Humanismo. • Relacionar o espírito crítico humanista com o exercício da crítica social e a produção de utopias. • Mostrar a superação do legado antigo na pintura renascentista. • Identificar as características da nova estrutura arquitectónica e da respectiva gramática decorativa. • Sublinhar a matematização das formas arquitectónicas. • Relacionar o Manuelino com a persistência e renovação do Gótico. • Reconhecer o prestígio da coroa portuguesa na Época Moderna e a função valorizante da produção artística e literária nacional. • Desenvolver a sensibilidade estética através da identificação de obras artísticas e literárias do período 			
3.1. Distinção social e mecenato				
3.2. Os caminhos abertos pelos humanistas				
3.3. A reinvenção das formas artísticas. Imitação e superação dos modelos da Antiguidade.				

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

de aceitação do princípio da unidade do género humano.	<ul style="list-style-type: none">• Relacionar a polémica instalada no Novo Mundo, a propósito da escravização dos índios, com a dificuldade de aceitação da unidade do género humano.• Avaliar o processo de missionação posto em prática por Portugueses e Espanhóis.• Valorizar os contactos multicivilizacionais, distinguindo o relativismo cultural daí decorrente.• Dominar conceitos: providencialismo; racismo; direitos humanos; missionação; miscigenação.			
--	--	--	--	--

Aulas Previstas:

1.º Período - 40

2.º Período - 29

3.º Período - 28

Em cada período, foram incluídas 6 aulas para atividades de avaliação ou outras incluídas no PAA.

Anexo 4 – Planificação a médio prazo (Fonte: própria)

Conteúdos	Conceitos	Objetivos	Estratégias	Avaliação	Aulas
<p>2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico</p> <p>2.1 A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras</p> <p>2.2. O país rural e senhorial</p> <p>- Os senhorios: a sua origem, detentores e localização</p> <p>- O exercício do poder senhorial: privilégios e imunidades</p> <p>- Graus da nobreza</p> <p>-A natureza do poder senhorial - A exploração económica das comunidades rurais e dependentes.</p>	<p>Reconquista</p> <p>Concelho</p> <p>Carta de foral</p> <p>Mesteiral</p> <p>Imunidade</p> <p>Vassalidade</p> <p>Local*</p> <p>Regional*</p> <p>Nacional*</p> <p>Estrutura*</p> <p>Periodização*</p> <p>Documento**</p> <p>Fonte escrita**</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sublinhar a acção do conde D. Henrique e de D. Afonso Henriques para a definição do espaço português. • Mostrar os avanços da Reconquista e o seu termo. • Explicar as condições do estabelecimento definitivo das fronteiras de Portugal. Caracterizar as linhas de avanço da Reconquista. • Analisar o carácter da Reconquista. • Explicar o processo de formação do país senhorial. • Caracterizar o poder senhorial. • Descrever a exploração económica do senhorio. • Expor a situação social e económica das comunidades rurais dependentes. 	<p>Análise de gravuras, documentos, fontes, mapas e cronologias.</p> <p>Observação de apresentações em <i>PowerPoint</i>.</p> <p>Aprofundamento dos conhecimentos adquiridos através de leituras complementares.</p> <p>Actividades de síntese.</p> <p>Realização de trabalhos individuais ou em grupo.</p>	<p>Observação e registo das atitudes, do comportamento e do empenho dos alunos.</p> <p>Elaboração de trabalhos e atividades.</p> <p>Teste sumativo.</p>	14

Anexo 5 – Esquema dos planos de aulas

(Fonte: Adaptado de David Lambert; David Balderstone, *Planning for teaching and learning in geography classroom*, ed. Taylor & Francis, Oxon, 2000, pág. 44 e 45)

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE			
Data	Lição	Tempo: 90 minutos	11º
Sumário:			
Objectivos:			
Conceitos mobilizados:			
Programa de Geografia A		Temas transversais	
Recursos Utilizados		Arrumação da sala de aula	
Diferenciação		Aprendizagens prévias	
Atividades de aprendizagem - aluno	Tempo	Atividades de ensino	
Oportunidades de avaliação, objetivos e evidências			
Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem		Reflexão sobre a avaliação do ensino	

Anexo 6 – Quadro síntese do trabalho realizado na Escola Secundária de
Alcochete

(Fonte: própria)

DATA	TIPO DE SESSÃO	OBSERVAÇÕES
25.09.2013	Reunião de trabalho conjunta	Recolha de informações sobre as turmas, horário dos professores cooperantes e níveis leccionados
10.10.2013	Reunião de trabalho	Recolha de documentação e informações sobre manual
12.12.2013	Assistência a duas aulas (10º D e 10º E)	Observação e recolha de informações para relatório de observação
16.12.2013	Reunião de trabalho	Apresentação e discussão dos planos de aula e respetivos materiais. Questionário aos alunos: ideias prévias
14.01.2014	1ª aula 10º E	Aula – Início do estudo da Reconquista e a sua ligação com as Cruzadas para Oriente. Visualização de excertos do filme “Kingdom of Heaven”.
15.01.2014	2ª aula 10º E	Aula – Portugal: do condado à formação de um Reino.
16.01.2014	3ª aula 10º E	Aula – As diferentes fases da Reconquista Portuguesa. Do termo da Reconquista à fixação e fortalecimento das fronteiras.
21.01.2014	4ª aula 10º E	Aula – Correção do T.P.C. e da ficha sobre o Tratado de Alcanises. O país rural e senhorial.
22.01.2014	5ª aula 10º E	Aula – Continuação da aula anterior: O

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

		país rural e senhorial.
23.01.2014	6º aula 10º E	Aula – O país rural e senhorial: A situação social e económica das comunidades rurais dependentes.
30.01.2014	7º aula 10º E	Aula – Teste de Avaliação
04.02.2014	10º E	Entrega dos Testes de Avaliação
19.03.2014	10º D e 10º E	Visita de estudo a “Lisboa Medieval”
?	Reunião	Conselho de Turma 10º D

Anexo 7 – Plano de aula nº1

(Fonte: própria)

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE			
Data: 14.01.2014	Lição nº 85, 86	Tempo: 90 minutos	10º E
Sumário: Início do estudo da Reconquista e a sua ligação com as Cruzadas para Oriente. Visualização de excertos do filme “Kingdom of Heaven”.			
Objectivos: Perceber a reconquista do espaço português no contexto das Cruzadas; Situar a definição do espaço português no contexto da reconquista;			
Conceitos mobilizados: Cruzada, Reconquista, Condado portugalense.			
Programa de História A 2. O espaço português- a consolidação de um reino cristão ibérico; 2.1. A fixação do território; 2.1.1. A Reconquista.		Temas transversais Desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo actual. - Desenvolvimento a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais. - Favorecimento da autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa	

		perspectiva humanista.
Recursos Utilizados Quadro, projector, computador, caderno diário, manual.		Arrumação da sala de aula Mesas e cadeiras dispostas de forma tradicional, ou seja, a pares e em linha, permitindo aos alunos visualizarem o quadro e a apresentação projectada.
Diferenciação		Aprendizagens prévias
Os alunos trabalham de forma geral ao mesmo ritmo, no entanto, isolam-se os alunos que causam mais distúrbios.		Utilização de alguns conceitos e aprendizagens assimiladas no 7º ano de escolaridade, do tema 3. A formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica e no subtema 3.4 A Península Ibérica: dois mundos em presença.
Atividades de aprendizagem - aluno	Tempo	Atividades de ensino
Registo do sumário.	10 minutos	Apresentação, chamada e registo do Sumário.
Debate sobre as questões apresentadas. Resumo das ideias-chave.	20 minutos	Conversa motivacional para a introdução do novo tema: O Que é a Reconquista? Porque é que é importante estudar a Reconquista? Como é que a Reconquista é importante para fomentar a cidadania? (Moderador do debate)
Registo da definição no caderno diário.	10 minutos	Contextualização e definição de Reconquista cristã.

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

Discussão sobre as principais ideias do excerto do filme visualizado. Resolução do guião do filme.	30 minutos	Visionamento de excertos do Filme “Kingdom of Heaven” de Ridley Scott. Tendo como objectivo ajudar os alunos a compreender os princípios das cruzadas.
Registos dos conteúdos mais importantes no caderno diário. Análise de mapas sobre a evolução da situação territorial da Península Ibérica.	20 minutos	Exposição sobre o contexto das cruzadas. A chegada dos muçulmanos à Península Ibérica, a formação dos reinos cristãos.
Oportunidades de avaliação, objetivos e evidências		
Observação e registo das atitudes, do comportamento e do empenho dos alunos.		
Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem	Reflexão sobre a avaliação do ensino	
Os alunos participaram no debate inicial, responderam quase sempre de forma positiva às actividades propostas e as perguntas quando eram solicitados. Gostaram de ver os excertos do filme, no entanto, queixaram-se de não poderem ver o filme todo.	Aula muito bem conseguida, quer do ponto de vista científico, quer no primeiro contacto com os alunos, conseguindo motivá-los para o tema, bem como para o facto de terem um professor novo. Como pontos negativos é importante apontar a não realização da planificação realizada, pois era bastante ambiciosa e estava um pouco desajustada com o nível cognitivo dos alunos.	

Anexo 8 – Materiais da aula nº1

**Escola Secundária de Alcochete**



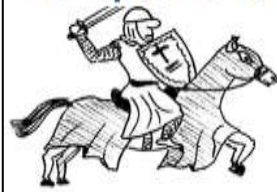

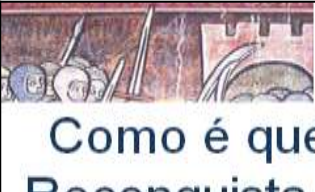








2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico

2.1. A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras



Professor cooperante: Teresa Diniz

Mestrando: Bruno Conceição

  <h3>O que é a Reconquista?</h3>  	  <h3>Como é que estudo da Reconquista nos ajuda a evoluirmos enquanto cidadãos?</h3>  	  <h3>Porque é que é importante estudar a Reconquista?</h3>  																					
<h3><u>A Reconquista</u></h3> <p>Termo utilizado para designar as campanhas militares que os reinos cristãos da Península Ibérica dirigiram contra os muçulmanos, que a invadiram em 711. A Reconquista ter-se-á iniciado em 718-22, a partir do pequeno reino das Astúrias, e terminou em 1492, com a conquista do reino mouro de Granada.</p> <p>A Reconquista foi um processo lento, de avanços e recuos condicionados pelo relevo, pelas bacias hidrográficas, pela unidade/divisão dos muçulmanos. Contou, ainda, com o apoio da Igreja (e o ideal de Cruzada).</p>	<h3><u>As Cruzadas</u></h3> <table border="1"><thead><tr><th>1095</th><th>1099</th><th>1113</th><th>1148</th><th>1187</th><th>1192</th><th>1204</th></tr></thead><tbody><tr><td>Apelo do Papa Urbano II</td><td>Conquista de Jerusalém pelos cruzados</td><td>Criação da Ordem dos Templários</td><td>Fracasso na conquista de Damasco</td><td>Conquista de Jerusalém por Saladino</td><td>Acordo entre Ricardo Coração de Leão e Saladino pelas peregrinações ao Santo Sepulcro</td><td>Tomada de Constantinopla pelos cruzados</td></tr><tr><td colspan="2">1ª Cruzada (1095-1099)</td><td colspan="2">2ª Cruzada (1147-1149)</td><td colspan="2">3ª Cruzada (1189-1192)</td><td>4ª Cruzada (1202-1204)</td></tr></tbody></table> <p>Pág. 25 do manual</p>	1095	1099	1113	1148	1187	1192	1204	Apelo do Papa Urbano II	Conquista de Jerusalém pelos cruzados	Criação da Ordem dos Templários	Fracasso na conquista de Damasco	Conquista de Jerusalém por Saladino	Acordo entre Ricardo Coração de Leão e Saladino pelas peregrinações ao Santo Sepulcro	Tomada de Constantinopla pelos cruzados	1ª Cruzada (1095-1099)		2ª Cruzada (1147-1149)		3ª Cruzada (1189-1192)		4ª Cruzada (1202-1204)	<h3><u>As Cruzadas</u></h3> 
1095	1099	1113	1148	1187	1192	1204																	
Apelo do Papa Urbano II	Conquista de Jerusalém pelos cruzados	Criação da Ordem dos Templários	Fracasso na conquista de Damasco	Conquista de Jerusalém por Saladino	Acordo entre Ricardo Coração de Leão e Saladino pelas peregrinações ao Santo Sepulcro	Tomada de Constantinopla pelos cruzados																	
1ª Cruzada (1095-1099)		2ª Cruzada (1147-1149)		3ª Cruzada (1189-1192)		4ª Cruzada (1202-1204)																	

Recuperação de conhecimentos

Em 711 a Península Ibérica é conquistada pelos árabes, na Batalha de Guadalete.

Em 718 organização reino das Astúrias com Pelágio (descendente dos monarcas visigodos).

Em 722 com a Batalha de Covadonga dá-se o início ao processo de Reconquista.



Grotto of Covadonga.


Península Ibérica após a invasão árabe. A Reconquista Cristã é feita de Norte para Sul de Ocidente para Oriente, respeitando e aproveitando o curso natural dos rios.

A Reconquista na Península Ibérica



A Reconquista é feita de Norte para Sul de Ocidente para Oriente, respeitando e aproveitando o curso natural dos rios.

Anexo 9 – Guião do filme “Kingdom of Heaven” (Fonte: própria)

	<p style="text-align: center;">Escola Secundária de Alcochete História A 10º E / Guião de Filme “Kingdom of Heaven”</p> <p>Nome: _____ Nº _____</p>
---	--

Elenco

Orlando Bloom como Balian
Liam Neeson ... Barão Godfrey de Ibelin
Eva Green ... Sibylla,
David Thewlis ... Cavaleiro Hospitalário

Marton Csokas ... Guy de Lusignan
Brendan Gleeson ... Reynald de Chatillon
Ghassan Massoud ... Saladino

Sinopse

Kingdom of heaven foi lançado em 2005 realizado pelo cineasta Ridley Scott (realizador do Gladiador). O filme retrata o final do século XII (1184), entre o fim da denominada Segunda Cruzada (1147-1149) e antes do início da Terceira (1189), centrado em torno da reconquista, pelo sultão Saladino, de Jerusalém, tomada pelos cristãos, em 1099, durante a Primeira Cruzada.

Na história, o personagem principal é Balian, um jovem ferreiro francês que está de luto pela morte da sua esposa e do seu filho, quando recebe a inesperada visita do seu pai, Godfrey de Ibelin, um conceituado Barão da Corte do Rei de Jerusalém, Balduíno IV, que dedica sua vida a manter a paz na Terra Santa e convida o filho para segui-lo. Os dois partem para Jerusalém, mas, no caminho, sofrem uma emboscada e Godfrey morre, deixando para o jovem terras e um título nobiliárquico. Em Jerusalém, Balian conquista a herança e torna-se amigo do Rei e do conselheiro real Tiberías, que, no filme, é o artífice da política de convivência pacífica entre cristãos e muçulmanos, esses últimos representados por Saladino. No decorrer do filme, o ex-ferreiro acaba por se apaixonar e manter um relacionamento com a princesa Sibylla, a irmã do Rei, casada com Guy Lusignan, sendo caracterizado como um homem ambicioso e prepotente, que se torna monarca após a morte de Balduíno IV e conduz o reino a desastrosas guerras com Saladino. O grande vilão da trama é Reynald de Chatillon, cavaleiro da Ordem dos Templários, responsável pelo ataque a uma caravana muçulmana, facto que levou ao rompimento da trégua construída por Balduíno IV e à consequente investida de Saladino contra Jerusalém. Balian, após a prisão do soberano Guy Lusignan e a morte de Reynald por Saladino, assume a defesa de Jerusalém. O cerco da cidade santa culmina com a derrota dos cristãos e com o retorno de Balian à França na companhia de Sybilla.

1. Tendo em conta os excertos do filme “Kingdom of Heaven” visualizados na aula responde de forma sucinta às seguintes questões:

1.1. Localiza no tempo a ação retratada no filme.

1.2. Qual é o significado religioso da Cidade de Jerusalém?

1.3. Como é que Jerusalém poderá tornar-se o “Reino dos Céus”?

1.4. Descreve resumidamente as características de um cruzado.

Anexo 10 – Plano de aula nº2 (Fonte: própria)

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE			
Data 15.01.2014	Lição nº 87, 88	Tempo: 90 minutos	10º E
Sumário: Portugal: do condado à formação de um Reino.			
Objectivos: Perceber as implicações que tornaram o condado portugalense em Reino. Compreender luta de D. Afonso Henriques em três frentes.			
Conceitos mobilizados: Reconquista, Bula, Condado Portugalense, Reino, Al-Andaluz.			
Programa de História A 2. O espaço português- a consolidação de um reino cristão ibérico; 2.1. A fixação do território; 2.1.1. A Reconquista.		Temas transversais Desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo actual. - Desenvolvimento a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais. - Favorecimento da autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspectiva humanista.	

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

Recursos Utilizados		Arrumação da sala de aula	
Quadro, projector, computador, caderno diário, manual.		Mesas e cadeiras dispostas de forma tradicional, ou seja, a pares e em linha, permitindo aos alunos visualizarem o quadro e a apresentação projectada.	
Diferenciação		Aprendizagens prévias	
Os alunos trabalham de forma geral ao mesmo ritmo, no entanto, isolam-se os alunos que causam mais distúrbios.		Conteúdos lecionados no 7º ano; <i>Formação de Portugal no contexto da Reconquista; Dinamismo do mundo rural nos séculos XII e XIII</i>	
Atividades de aprendizagem - aluno		Tempo	Atividades de ensino

Registo do sumário. Discussão sobre as principais ideias da última aula.	10 minutos	Registo do sumário e chamada. Perguntar as ideias-chave da última aula.
Registo da frase	5 minutos	Frase-chave sobre a evolução da Reconquista cristã na Península Ibérica.
Registo das principais ideias.	15 minutos	Análise de um quadro com os principais acontecimentos que pautam a Reconquista na Península Ibérica.
Análise da árvore genealógica de D. Afonso Henriques.	10 minutos	Análise da árvore genealógica de D. Afonso Henriques.
Registo e discussão das principais ideias.	10 minutos	As condições que o condado Portucalense tinha para se tornar independente. Administração do condado portucalense de D. Henrique até Dona Teresa.

<p>Leitura e análise de documentos.</p> <p>Leitura e análise da Bula <i>Manifestis Probatum</i> e realização de uma atividade proposta.</p>	<p align="center">30 minutos</p>	<p>A luta de D. Afonso Henriques em três frentes (D. Teresa, D. Afonso VIII de Leão e Castela e muçulmanos):</p> <p>D. Afonso Henriques contra D. Teresa (Batalha de São Mamede).</p> <p>D. Afonso Henriques contra D. Afonso VII (Acordo de Tuí, Conferência de Zamora e Bula <i>Manifestis Probatum</i>). Correção da atividade.</p>
<p>Oportunidades de avaliação, objetivos e evidências</p> <p>Observação e registo das atitudes, do comportamento e do empenho dos alunos.</p>		

Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem	Reflexão sobre a avaliação do ensino
<p>Os alunos conseguiram perceber a matéria e os objetivos pretendidos. Sempre que solicitados responderam às questões levantadas. Todos eles com maior ou menor dificuldade realizaram a análise do documento “Bula <i>Manifestis Probatum</i>”, respondendo às questões propostas e participando na sua correção.</p>	<p>Aula bem conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível os alunos foram chamados a participarem na aula.</p>

Anexo 11 – Materiais da aula nº2 (Fonte: própria)

A Reconquista na Península Ibérica	
Anos	Acontecimentos
868	Conquista de Portucale por Vimara Peres (reinado de Afonso III das Astúrias e Leão).
910	Reino de Leão
925	Reino de Navarra
943	Condado de Castela
950	Governo da terra portugalense pela condessa Mumadona Dias, descendentes da família Vimara Peres.
1035	Reinos de Aragão e de Castela: sua separação de Navarra.
1064	Conquista de Coimbra (reinado de Fernando Magno de Leão e Castela)
1071	Revolta e morte do conde Nuno Mendes (fim da descendência de Vimara Peres).
1086	Batalha de Zalaca - Derrota das tropas cristãs pela ofensiva almorávida.
1090-92	Entrega, por Afonso VI de Leão e Castela, o governo do Reino da Galiza a D. Raimundo.
1096	Entrega do Condado de Portucale a D. Henrique.

O condado Portucalense

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

O condado Portucalense

Condições que condado tinha para se tornar independente:

- a) Controlo cristão
população relativamente densa
vilas
freguesias (unidade religiosa, económica, social)
- b) Formação de uma língua própria
núcleo galaico-português: primeiros doc. portugueses no séc. XII
- c) Chefia política cedida por necessidade de organização do Reino de Leão
território pequeno que facilitou a autonomia de uma administração político-militar
luta plurissecular contra os muçulmanos.

O condado Portucalense



1096 – Entrega do condado Portucalense a D. Henrique. Cumpru as suas funções de vassalo, no entanto nunca deixou de lutar pela autonomia e alargamento territorial do condado (estendeu até a linha do Tejo).

1112- Morte de D. Henrique. Dona Teresa sucede-lhe no governo do condado.

1122- D. Afonso Henriques ainda Infante ama-se cavaleiro.

O condado Portucalense



D. Teresa



Afonso VII de Leão e Castela



Muçulmanos

D. Afonso Henriques contra Dona Teresa

D. Henrique morre em 1112, sucede-lhe Dona Teresa na regência do condado;

Dona Teresa junta-se ao nobre galego Fernão Peres de Trava;

A nobreza galega defendia uma reunificação com a Galiza;

A nobreza portucalense defendia a autonomia do condado.

D. Afonso Henriques inicia a sua ação política que culmina na batalha de São Mamede (1128), onde derrota as tropas de Dona Teresa.

Batalha de São Mamede

"Na era de 1166 [ano de 1128], no mês de Junho, na festa de S. João Baptista, o ínclito Infante D. Afonso, filho do conde Henrique e da rainha D. Teresa, neto do grande imperador da Hispânia, D. Afonso, com o auxílio do Senhor e por clemência divina, e também graças ao seu esforço e persistência, mais do que "Afonso Anriques, meu filho, predestes-me e metestes-me em ferros, e deserdastes-me da terra que me deixou meu padre, e quitastes-me de o maído; rogo a Deus que preso sejades, assi como eu sou, e porque me metestes nos meus pés ferros, quebrantadas sejam as tuas pernas com ferros. E mande Deus que se compra esto."

Transcrição de um excerto da *IV Crónica Breve de Santa Cruz*, in http://www.in.pt/revistas/nm/interior.aspx?content_id=2251009 (consultado dia 27-12-2013)

ou por [pessoas] indignas e estrangeiras. Acometeu-os numa batalha no campo de S. Mamede, que é perto do castelo de Guimarães e, tendo-os vencido e esmagado, fugiram diante deles e prendeu-os. [Foi então que] se apoderou do principado e da monarquia do reino de Portugal."

in "Dom Afonso Henriques", José Mattoso, Círculo de Leitores, 2006, página 45

D. Afonso Henriques contra D. Afonso VII

1137 - Acordo de Tui - relembra a Afonso Henriques os deveres para com o seu suserano (vassalidade);

1140 - Afonso Henriques invade a Galiza, sofrendo retaliação de Afonso VII;

1143 - Conferência de Zamora - Afonso Henriques alcança o título de *rex* (rei) que já usava desde 1139 (batalha de Ourique), mas mantém-se vassalo do seu primo. 1142 - Afonso Henriques considera-se vassalo da Santa Sé, tentando sobrepor as obrigações para com o Papa à vassalidade que devia a Afonso VII

1179 - Bula Manifestis Probatum - o Papa Alexandre III concede a Afonso Henriques o domínio do "reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence", comprometendo-se o rei a entregar dois marcos de ouro anualmente ao arcebispo de Braga. Independência de Portugal em relação a Leão e Castela.

Anexo 12 – Plano de aula nº3 (Fonte: própria)

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE			
Data 16.01.2014	Lição nº88, 89	Tempo: 90 minutos	10º E
Sumário: As diferentes fases da Reconquista Portuguesa. Do termo da Reconquista à fixação e fortalecimento das fronteiras.			
Objectivos: Perceber a Reconquista cristã portuguesa, como sendo um processo de avanços e recuos. Identificar a importância da Bula <i>Manifestis Probatum</i> e do Tratado de Alcanises para o reconhecimento do Reino de Portugal e para a definição e fortalecimento das fronteiras nacionais.			
Conceitos mobilizados: Bula, Tratados, Reinados, alianças políticas e militares			
Programa de História A 2. O espaço português- a consolidação de um reino cristão ibérico; 2.1. A fixação do território; 2.1.1. A Reconquista. 2.1.2. Do termo da Reconquista à fixação e fortalecimento de fronteiras.		Temas transversais Desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo actual. - Desenvolvimento a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais. - Favorecimento da autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspectiva humanista.	
Recursos Utilizados Quadro, projector, computador, caderno diário, manual.		Arrumação da sala de aula Mesas e cadeiras dispostas de forma tradicional, ou seja, a pares e em linha, permitindo aos alunos visualizarem o quadro e a apresentação projectada.	

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

Diferenciação		Aprendizagens prévias
Os alunos trabalham de forma geral ao mesmo ritmo, no entanto, isolam-se os alunos que causam mais distúrbios.		Conteúdos lecionados no 7º ano; <i>Formação de Portugal no contexto da Reconquista; Dinamismo do mundo rural nos séculos XII e XIII</i>
Atividades de aprendizagem - aluno	Tempo	Atividades de ensino
Registo do sumário. Discussão sobre as principais ideias da última aula.	10 minutos	Registo do sumário e chamada. Perguntar as ideias-chave da última aula.
Registo das principais conquistas no caderno diário.	10 minutos	D. Afonso Henriques contra os muçulmanos. As suas principais conquistas.
Registo das principais conquistas no caderno diário.	10 minutos	Análise dos reinados e as suas conquistas: De D. Sancho I a D. Afonso III
Análise do mapa intitulado “As fases da Reconquista”	10 minutos	As fases da Reconquista.
Análise de esquemas, apontamento no caderno diário.	10 minutos	O carácter político e religioso da Reconquista.
Registo da actividade para realizarem em casa.	5 minutos	Explicação da atividade que ficou para trabalho de casa.
Leitura e análise do tratado de Alcanises. Resolução da ficha de trabalho.	35 minutos	O reinado de D. Dinis e o tratado de Alcanises.
Oportunidades de avaliação, objetivos e evidências		
Observação e registo das atitudes, do comportamento e do empenho dos alunos.		
Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem		Reflexão sobre a avaliação do ensino

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

<p>Os alunos perceberam bem a matéria, participando sempre que solicitados, ajudando a dar uma boa dinâmica à aula. No entanto, queixaram-se por não perceberem a maior parte do documento do tratado de Alcanises.</p>	<p>Aula bem conseguida quer a nível científico quer a nível da gestão do tempo.</p> <p>Como pontos negativos é importante referir que os alunos menos participativos são um pouco esquecidos e não são muitas vezes solicitados a participarem.</p>
---	---

Anexo 13 – Materiais da aula nº3

(Fonte: própria)



Escola Secundária de Alcochete

2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico

2.1. A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras



Professor cooperante: Teresa Diniz

Mestrando: Bruno Conceição

D. Afonso Henriques contra os Muçulmanos

D. Afonso Henriques prosseguiu a reconquista dos territórios aos mouros, reconquistando os territórios de Lisboa (mito de Martins Moniz, que mantém a porta das muralhas abertas com o seu corpo, permitindo o resto das tropas cristãs entrarem e tomarem a cidade, acabando por ser esmagado pela mesma) e Santarém (consolidando a linha do Tejo), Alcácer do Sal e Évora.

Cerco de Badajoz 1169. Na fuga, porém, D. Afonso Henriques sofreu um acidente: caiu do cavalo e bateu de encontro a uma das portas da muralha, partiu uma perna e foi feito prisioneiro pelos cavaleiros leoneses que o levaram à presença do rei D. Fernando II de Leão, que o tratou com respeito que lhe merecia como pessoa e como sogro, pois tinha casado com D. Urraca filha do rei português. A libertação do rei foi conseguida em troca de um resgate em dinheiro e da entrega das praças de Trujillo, Cáceres e Montánchez. Este incidente pôs fim à carreira militar do 1º rei de Portugal, visto que naquele tempo era impossível recuperar de uma fratura profunda e nunca mais pode montar a cavalo, passando a deslocar-se numa carreta de madeira.

Morte em 1185;

As principais conquistas

- Conquista de Leiria (1135-1145);
- Batalha de Ourique (1139);
- Conquista de Santarém (1147)
- Cerco a Lisboa (1147, com ajuda dos cruzados);
- Conquista de Alcácer do Sal (1147-1158)
- Conquista de Évora (1165);
- Conquista de Beja (1168);



PORTUGAL EM 1168

As principais conquistas

- 1189- Conquista de Silves, Alvor, Albufeira, Lagos, Portimão, Monchique e Messines.
- 1191- Retoma de Silves e de outras praças algarvias, assim como Alcácer do Sal, Palmela e Almada.
- 1196- Envolvimento no conflito entre Leão e Castela. D. Sancho I entra em guerra com Leão.
- 1200- Estabelecimentos da paz entre Portugal e o reino de Leão (posteriormente perderam-se todas as posições a sul do Tejo, à exceção do Évora).



D. Sancho I “O Povoador”

Nascimento	1170
Início do Reinado	1185
Casamento	Maria, filha de Bertrando
Caracterização do reinado	Leão e Castela: principais produções e povoamento das áreas fronteiriças e em algumas partes particulares a sul do Tejo. 1189- Conquista de Silves e de outras praças algarvias. 1191- Retoma de Silves e de outras praças algarvias. 1196- Envolvimento no conflito entre Leão e Castela. D. Sancho I entra em guerra com Leão. 1200- Estabelecimentos da paz entre Portugal e o reino de Leão.
Morte	

As principais conquistas

- 1189- Conquista de Silves, Alvor, Albufeira, Lagos, Portimão, Monchique e Messines.
- 1191- Retoma de Silves e de outras praças algarvias, assim como Alcácer do Sal, Palmela e Almada.
- 1196- Envolvimento no conflito entre Leão e Castela. D. Sancho I entra em guerra com Leão.
- 1200- Estabelecimentos da paz entre Portugal e o reino de Leão (posteriormente perderam-se todas as posições a sul do Tejo, à exceção do Évora).



A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

D. Afonso II “O Gordo”

Nascimento	1185
Início do Reinado	1211
Casamento	D. Urraca de Castela em 1204
Caracterização do reinado	1211 – 1213: Lutas internas contra as suas irmãs (Dona Matilde, Dona Teresa e Dona Sancha). D. Afonso II herdou a mesma vocação militar que os seus antecessores. Entre outros, procurou dar ao país uma conjuntura de unidade nacional, da imagem do rei e da função do estado. Envia tropas para lutar ao lado das do seu sogro (Afonso VIII, rei de Castela) na guerra da Península contra os muçulmanos, na Batalha de Navas Tolosa (1212). 1220: Ordenação das primeiras Inquirições Gerais.
Morte	1223

As principais conquistas

- 1217 - Reconquista das cidades de Alcácer do Sal, Borba, Vila Viçosa, Veiros.
- Possivelmente também terá conquistado Monforte e Moura (foram incentivadas por nobres e lideradas pelo Bispo de Lisboa).

Livro de Inquirições Gerais



D. Sancho II “O Capelo”

Nascimento	1209
Início do Reinado	1223
Casamento	Dona Mécia de Leão em 1223
Caracterização do reinado	O seu reinado foi marcado pelas relações das relações com a Igreja. Resolva as diferenças com as irmãs de Afonso II. Quanto à administração do reino, o seu reinado bem sucedida como as suas campanhas militares. Abuso da Nobreza e reação do Clero. Guerras do Reino ao Papa. Guerra Civil. Depoimento de D. Sancho II e a sua fuga para Toledo.
Morte	1248

As principais conquistas

- 1226 - Início de uma campanha para a conquista do Alentejo e uma parte do Algarve.
- Principais conquistas: Elvas; Moura; Serpa; Mértola; Tavira; (Com a ajuda da Ordem de São Tiago)

Os Lusíadas - Canto III

94 - Afonso III, o Conde Bolonhês

"Por esta causa o Reino governou O Conde Bolonhês, depois alçado Por Rei, quando da vida se apartou Seu irmão Sancho, sempre ao ócio dado.
Este, que Afonso o bravo, se chamou, Depois de ter o Reino segurado, Em dilatá-lo cuida, que em terreno Não cabe o altivo peito, tão pequeno."

Luís Vaz de Camões

D. Afonso III “O Bolonhês”

Nascimento	1210
Início do Reinado	1245
Casamento	Dona Matilde 1235 (Condessa de Bolonha), Dona Beatriz filha ilegítima de D. Afonso X de Leão e Castela
Caracterização do reinado	1245/1246 – Chama a Portugal como visitador, orador e defensor do reino. Em 1245 assume a regência do reino após a deposição do seu irmão, em 1248 é coroado rei de Portugal. O seu reinado ficou marcado pela boa administração do reino e pela diplomacia lutando por uma participação de todas as camadas sociais na política de governo. Importância do Tratado de Badajoz (1267) para a fixação de fronteiras.
Morte	1279

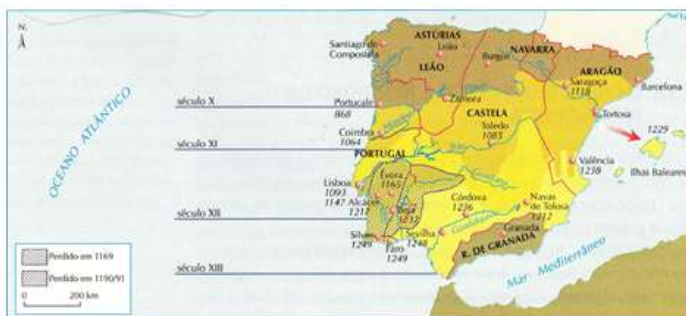
As principais conquistas

- Conquista de Faro em 1249, Albufeira e Silves, dando termo à Reconquista cristã da Península Ibérica.
- A partir da conquista de Faro D. Afonso III e os todos os reis que lhe sucedem passam a usar o título de “Rei de Portugal e dos Algarves”.



PORTUGAL EM 1249

As fases da Reconquista



O caráter político e religioso da Reconquista

A Reconquista serviu para afirma e engrandecer os soberanos ibéricos.
Recuperar o que era legitimamente a terra que lhe pertencia.



A Reconquista assumiu um contorno de Guerra Santa. O Reis Peninsulares receberam diversas bulas papais que ordenavam a expulsão dos mouros. Ajuda dos Cruzados nas batalhas da Reconquista; Auxílio das Ordens religioso-militares nas campanhas da Reconquista.

Dificuldades da Reconquista:

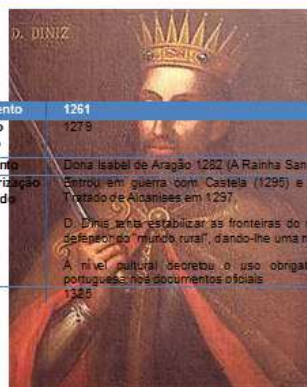
- Falta de Organização dos reinos;
- Dificuldade em manter as terras conquistadas;
- Falta de recursos humanos que impediam um avanço mais rápido.

Atividade

1. **Esclarece**, a partir do mapa A – o avanço da Reconquista pág. 50, como se processou a Reconquista cristã.
2. **Indica**, a partir do mapa e dos conteúdos das aulas, três dificuldades no avanço da Reconquista.
3. **Escolhe** três dos acontecimento considerados “marcos da Reconquista”, assinalados no mapa.

Do termo da Reconquista à fixação de fronteiras

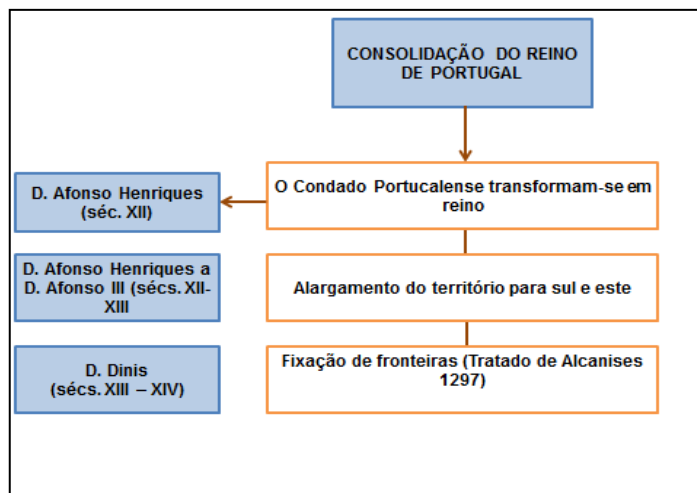
D. Dinis “O Lavrador”



Nascimento	1261
Início do Reinado	1279
Casamento	Dona Isabel de Aragão (1282 (A Rainha Santa Isabel))
Caracterização do reinado	Entrou em guerra com Castela (1295) e termina com o Tratado de Alcanizes em 1297. D. Dinis tentou estabilizar as fronteiras do reino. Foi muito seletivo no mundo rural, dando-lhe uma nova vitalidade. A nível cultural decretou o uso obrigatório da língua portuguesa nos documentos oficiais.
Morte	1325

Tratado de Alcanizes





Anexo 14 – Ficha de Trabalho (Fonte: adaptado Manual Arial 2013)

 <p>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE</p>	<p>Escola Secundária de Alcochete</p> <p>História A 10º E / Ficha de Trabalho</p> <p>Nome: _____ Nº _____ Data: ____/____/____/</p>
<p>Documento 1. Tratado de Alcanises</p>	
<p>En o Nome de Deos, Amen. Sabham quantos esta Carta virem, e ler ouviram, que como fosse contenda sobre Villas, Castelos, e Termos [...] antre nós Dom Fernando pela graça de Deos Rey de Castella, de Leon, de Toledo, de Galiza, de Sevilha, de Cordova, de Murça, de Jaen, do Algarve, e Senhor de Molina de hua parte, e Dom Diniz pela graça de Deos Rey de Portugal, do Algarve da outra, e por razon destas contendas [...] nascessem antre nós muitas guerras, e homizios e eixessos en tal maneira, que nas terras dambos foron, muitas roubadas, e queimadas, e astragadas, en que se fez hi muito pezar a Deos por morte de muitos homeez; [...] e fazemos aveença¹(acordo) antre nós [...], convém a saber; [...] dou vos por essas Villas, e por esses Castelllos [de Terra Arouche, e de Aracena], e polos seus Termos, e polos frutos, delles [...] convem a saber, Olivença, e Campo Mayor, [...] com todos os seus Termos, e com todos sus directos, e com todas as suas pertenças, [...] e outro si meto em vosso Senorio, e de todolos vossos successores, e do Reino de Portugal para sempree o lugar, que dizem Ougella [...] E outro si eu El Rey Dom Fernando, [...] conoscendo, que vós avaides direito en alguns Lugares dos Castelllos, e Villas de Sabugal, e de Alfayates, e de Castel Rodrigo, e de Villa Mayor, e de Castel Boom, e de Almeida, e de Castel Melhor e de Monforte, e dos outros lugares de Riba Coa, que vós Rey Dom Diniz tendes agora en vossa mão, e por que me vós partades do direito, que avaides en Valença, e em Ferreira, e en no Sparagal [...] e que avaides en Ayamonte, e en outros Lugares dos Reinos de Leon e de Galiza.</p> <p>E eu El Rey Dom Fernando de suso dito por mim, e por todos meus Successores [...] e faço menagem a vos Rey Dom Diniz ateer, e cumprir, e a guardar todas estas couzas de suso ditas (acima ditas), e cada huma dellas pera sempre, e de nunca vir contra ellas per mim, nem per outrem [...] e se o assi nom fezer, que fique por prejuo, e por traidor come quem mata Senhor e trae Castello.</p> <p>E eu Rey Dom Dinis por mim [...] faço menagem a vós Rey Dom Fernando e por vós e por vossos Successores [...].</p> <p>E por todas estas couzas sejam firmes, e mais certas, e nom possam vir em duvida, fazemos [...] duas Cartas em hum teor, tal ahuma come a outra, seelladas com nossos sellos do Chumbo de nós [...] em testimonio de verdade. [...] Feita em Alcanizes [...].</p> <p style="text-align: right;">Excerto adaptado in http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc011.htm</p>	

Documento 2. Fronteiras portuguesas no final do século XIII



1. A partir do documento, destaca três das condições acordadas no Tratado de Alcanises.
2. Assinala a partir do mapa, as terras cedidas por Portugal ao reino vizinho e as terras que ficaram na posse de Portugal.
3. Conclui o significado histórico do Tratado de Alcanises.

Anexo 15 – Plano de aula nº4 (Fonte: própria)



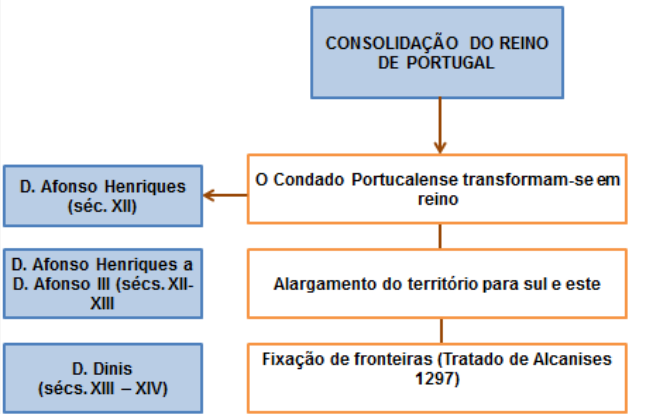
ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE			
Data 21.01.2014	Lição nº 91,92	Tempo: 90 minutos	10º E
Sumário: Correção do T.P.C. e da ficha sobre o Tratado de Alcanises. O país rural e senhorial.			
Objectivos: Reconhecer o senhorio como quadro organizador da vida económica e social do mundo rural. Caracterizar as formas de dominação exercidas sobre as comunidades campesinas.			
Conceitos mobilizados: Imunidade, poder senhorial, poder banal, carta de couto.			
Programa de História A 2. O espaço português- a consolidação de um reino cristão ibérico; 2.3. O país rural e senhorial.		Temas transversais Desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo actual. - Desenvolvimento a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais. - Favorecimento da autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspectiva humanista.	
Recursos Utilizados Quadro, projector, computador, caderno diário, manual.		Arrumação da sala de aula Mesas e cadeiras dispostas de forma tradicional, ou seja, a pares e em linha, permitindo aos alunos visualizarem o quadro e a apresentação projectada.	
Diferenciação		Aprendizagens prévias	
Os alunos trabalham de forma geral ao mesmo ritmo, no entanto, isolam-se os alunos que causam mais distúrbios.		Conteúdos lecionados no 7º ano; <i>Formação de Portugal no contexto da Reconquista; Dinamismo do mundo rural nos séculos XII e XIII.</i>	
Atividades de aprendizagem - aluno		Tempo	Atividades de ensino

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

Registo do sumário. Discussão sobre as principais ideias da última aula.	10 minutos	Registo do sumário e chamada. Perguntar as ideias-chave da última aula.
Os alunos foram respondendo às questões que tinham ficado para trabalho de casa corrigindo e comparando com a proposta que o professor apresenta.	10 minutos	Correção da atividade que tinha ficado para trabalho de casa, que consistia numa revisão sobre a matéria dada “Reconquista e fixação e fortalecimento de fronteiras”
Os alunos foram respondendo as questões da ficha do Tratado de Alcanises, corrigindo e comparando com a proposta que o professor apresenta.	10 minutos	Correção da Ficha sobre o Tratado de Alcanises.
	5 minutos	Apresentação e explicação de um esquema conceptual sobre a consolidação do reino de Portugal.
	5 minutos	Introdução do novo tema “O país rural e senhorial”.
Registo da definição de senhorio no caderno diário.	5 minutos	Definição de senhorio
	5 minutos	Os diferentes motivos que o rei fazia as diferentes doações.
Registo de ideias importantes.	10 minutos	Explicação das relações de vassalagem, apresentações de exemplos e análise de uma pirâmide explicativa das relações entre suseranos e os seus vassalallos.
	5 minutos	Distinção dos senhorios pela ordem social do seu proprietário.
Análise de um mapa com a distribuição dos senhorios.	5 minutos	Distribuição dos senhorios no reino de Portugal.
Realização da tarefa proposta.	20 minutos	A apresentação da actividade e apoio à sua realização.
Oportunidades de avaliação, objetivos e evidências		
Observação e registo das atitudes, do comportamento e do empenho dos alunos.		

Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem	Reflexão sobre a avaliação do ensino
Os alunos perceberam bem a matéria, participando sempre que solicitados, ajudando a dar uma boa dinâmica à aula. Perceberam e realizaram a atividade que foi apresentada.	Aula bem conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível os alunos foram chamados a participarem na aula. É importante referir que já conseguimos chamar todos os alunos a participarem nas diferentes atividades da aula.

Anexo 16 – Materiais da aula nº4 (Fonte: própria)

<p> Escola Secundária de Alcochete</p> <p>2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico</p> <p>2.2 O País rural e senhorial</p>  <p>Professor cooperante: Teresa Diniz Mestrando: Bruno Conceição</p>	<p>Correção da 1ª atividade</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Ao analisarmos o mapa A – O avanço da Reconquista cristã facilmente verificamos que esta se desenvolveu de norte para sul e de ocidente para oriente. Constatamos igualmente que se tratou de um processo lento, com avanços e recuos, ditados pelos condicionalismos geomorfológicos (acompanhando o leito dos rios, que delimitaram as fronteiras entre cristãos e muçulmanos) e pelo fortalecimento e enfraquecimento do poder do Al-Andaluz. 2) As três dificuldades que podemos apontar no avanço da Reconquista Cristã são: a falta de organização dos reinos, a dificuldade em manter as terras conquistadas e a falta de recursos humanos que impediam um avanço mais rápido. 3) Os três acontecimentos que consideramos “marcos da Reconquista” são: A conquista da linha do Mondego (assegurava o território a norte); A tomada de Lisboa (com sendo um ponto estratégico e uma cidade influente) A conquista do Algarve (a expulsão dos mouros do território português) 	<p>Correção da Ficha do Tratado de Alcanises</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Três das condições acordadas no Tratado de Alcanises são: Fixação dos limites territoriais hispânicos (Castela recebe Arroche e Portugal Olivença) e delimitação do território português em que D. Dinis prescindem dos direitos em Valença e Aiamonte. 2) Para Portugal ficaram Olivença, Campo Maior e Ouguela e são cedidas ao reino vizinho Arroche, Aiamonte e Monforte. 3) Com o Tratado de Alcanises existe uma estabilização da fronteira portuguesa, as fronteiras nacionais assumem a configuração atual e põe fim às questões fronteiriças entre Portugal e Leão e Castelo.
<p>2.2 O país rural e senhorial</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Durante os séculos XII e XIII o espaço português definiu-se, quer pelo processo de Reconquista, quer pelas guerras e acordos feitos com Leão e Castela. ➤ O Condado Portucalense passou a Reino de Portugal e o território alargou-se e as fronteiras ficaram definidas em 1297. ➤ Neste contexto as formas de organização económica e social foram sendo adaptadas. A estrutura económica e social do Portugal medieval apresenta-se com os senhorios e o país rural e com os concelhos e país urbano. 	<p>CONSOLIDAÇÃO DO REINO DE PORTUGAL</p> 	<p>2.2.1 Os senhorios – A sua origem, detentores e localização</p> <p>Senhorio</p> <p>Território onde um senhor (rei, nobre ou do alto clero) exercia:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Poder sobre a terra, de que era proprietário e de cuja exploração cobrava rendas e serviços; ➤ Poder sobre os homens, a quem exigia impostos de natureza económica, jurisdicional e militar.

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

Através da **presúria**, isto é, da ocupação, pelos cristãos, das terras conquistadas aos muçulmanos, logo, terras sem dono.

A maioria destas terras pertenciam aos reis que, com o tempo, doava parcelas significativas desse território, efetuando amplas doações à nobreza e ao clero.

O rei fazia estas doações por diferentes motivos:

- Recompensar serviços prestados (militar);
- Obtenção de favor divino (clero);
- Ocupação de território;
- Por passar a contar com uma rede de vassallos fiéis.

As relações de **vassalidade**, firmadas entre as elites da sociedade através de contrato.

Vassalidade

Relação hierárquica estabelecida na época medieval entre dois indivíduos de categoria social elevada. Criava, entre eles uma dependência pessoal, baseada em direito e deveres (fidelidade, ajuda, conselho) recíprocos.

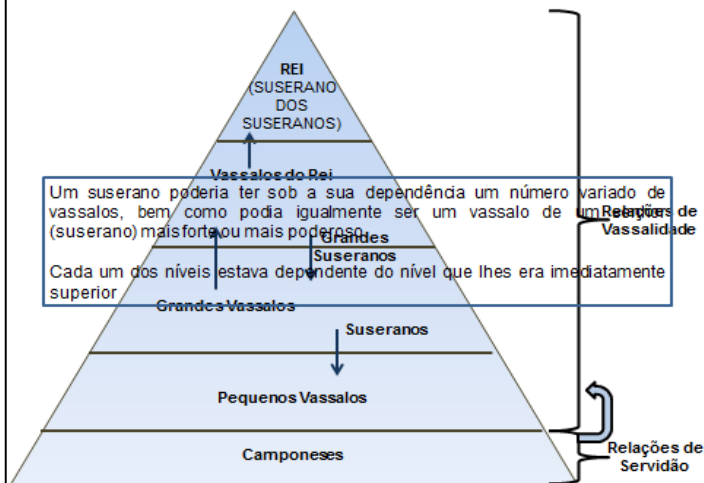
Essa dependência pessoal derivava do facto de um dos senhores (suserano) atribuir um bem (terra, castelo, rendas, cargo) – também chamado de benefício ou feudo – a outro senhor (o vassalo).

Na Idade Média, tornou-se habitual este laço de dependência pessoal entre o **suserano** (o que atribui um bem – terra, castelo, cargo – feudo) e um vassalo.

Um exemplo de Vassalidade Egas Moniz

Egas Moniz era um rico-homem, da linhagem dos Riba Douro, foi vassalo de D. Afonso Henriques, de quem recebeu várias doações, constituindo um senhorio. Em 1127, responsabilizou-se pela promessa de vassalagem de D. Afonso Henriques perante o rei de Leão e Castela, assim obtendo o levantamento do cerco a Guimarães. Como D. Afonso Henriques não cumpriu os seus deveres de vassalo, Egas Moniz apresentou-se a si próprio, à mulher e aos filhos perante Afonso VII, em Toledo. Iam descalços e de corda ao pescoço, prontos a resgatarem, com a vida, a palavra de honra empenhada. Conta a lenda que Afonso VII, em vez de os castigar como era seu direito, se comoveu com este ato de lealdade, mandando em paz o fidalgo e a sua família.

A Gesta de Egas Moniz de José Malhoa



Os senhorios distinguiam-se pela sua origem social do seu proprietário:

Requengos: as terras que eram do rei, por direito de conquista, correspondiam à maior parte das terras sem dono.

Honras: as terras eram "honradas" pela presença do senhor nobre, que nela exercia poderes públicos, encontrava-se, sobretudo no norte do país, onde as famílias nobres se haviam instalado nos mais antigos territórios conquistados aos muçulmanos.

Coutos: senhorios que pertenciam à Igreja e gozavam de isenção fiscal, judicial e militar graças a terem uma carta de couto (por exemplo, o couto de Alcobaça). Por seu turno, doações régias e legados de nobres e, até, de populares à Igreja deram origem aos coutos. A Igreja cristã exercia grande influência junto das populações, quer no Norte Atlântico (beneditinos, sés de Braga e do Porto), quer no Sul do país devido à presença das ordens religiosas militares, encarregadas da defesa da fronteira portuguesa (templários, hospitalários, Calatrava, Santiago de Espada).

Um exemplo de Vassalidade D. Martim de Freitas

Embora Sancho II tivesse sido deposto pelo Papa três anos antes, e substituído pelo seu irmão Afonso III, conta a lenda que o Alcaide de Coimbra se recusou a entregar a cidade ao novo senhor do Reino. Fê-lo só depois de comprovar pessoalmente o falecimento do monarca, de quem recebeu um castelo para administrar.



A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

7. Um país dividido em senhorios e concelhos

A – Os senhorios laicos e eclesiásticos



Domínios da nobreza (senhorios)
Domínios do clero
Ordens militares
Sés
Ordens dos Templários
Ordens dos Hospitalários
Ordens de Calatrava e Alcañices
Ordens de Santiago

Torre de S. João da Silva, Viana do Castelo, século XIII.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1031 pelos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho.

Castelo de Almonacid, Vila Nova da Barquinha, concluído em 1171, por iniciativa da Ordem dos Templários.

Distribuição dos senhorios:

Os **senhorios da nobreza**, situavam-se, predominantemente, na região do Norte Atlântico, onde tiveram lugar as mais antigas conquistas e doações territoriais. De uma forma geral, os senhorios nobres identificavam-se pela presença de **um castelo**, de uma **torre**, ou de um **solar**, que atestavam o poder do respetivo senhor.

Os **senhorios do clero** também se situavam no Norte atlântico, muito embora os de maior dimensão se situassem no Centro e no Sul do país. Identificavam-se pela presença de um **mosteiro**, de uma **Sé Catedral** e até de um **Castelo** (caso das ordens religiosas ou militares).

Atividade

Analisa os documentos 8 B, 9B e 9D (pág. 57, 58, 59 do manual), nos seguintes aspetos:

- Tipo de documento;
- Doador;
- Quem recebe;
- O que recebe;
- Motivos da concessão;





Anexo 17 – Plano de aula nº5 (Fonte: própria)

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE			
Data 22.01.2014	Lição nº 93,94	Tempo: 90 minutos	10º E
Sumário: Continuação da aula anterior: O país rural e senhorial.			
Objectivos: Reconhecer o senhorio como quadro organizador da vida económica e social do mundo rural. Caracterizar as formas de dominação exercidas sobre as comunidades campestres.			
Conceitos mobilizados: Imunidade, poder senhorial, poder banal, carta de couto.			
Programa de História A 2. O espaço português- a consolidação de um reino cristão ibérico; 2.3. O país rural e senhorial.		Temas transversais Desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo actual. - Desenvolvimento a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais. - Favorecimento da autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspectiva humanista.	
Recursos Utilizados Quadro, projector, computador, caderno diário, manual.		Arrumação da sala de aula Mesas e cadeiras dispostas de forma tradicional, ou seja, a pares e em linha, permitindo aos alunos visualizarem o quadro e a apresentação projectada.	
Diferenciação Os alunos trabalham de forma geral ao mesmo ritmo, no entanto, isolam-se os alunos que causam mais distúrbios.		Aprendizagens prévias Conteúdos lecionados no 7º ano; <i>Formação de Portugal no contexto da Reconquista; Dinamismo do mundo rural nos séculos XII e XIII.</i>	
Atividades de aprendizagem - aluno		Tempo	Atividades de ensino

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

Registo do sumário. Discussão sobre as principais ideias da última aula.	10 minutos	Registo do sumário e chamada. Perguntar as ideias-chave da última aula.
	10 minutos	Explicação da organização da sociedade medieval portuguesa, em três ordens (o clero, a nobreza e o povo).
Registo da designação das diferentes ordens sociais portuguesas.	5 minutos	Explicação dos diferentes graus da Nobreza medieval portuguesa.
Registo de ideias importantes no caderno diário.	5 minutos	Explicação dos privilégios e das imunidades do senhorio.
Registo dos principais impostos.	10 minutos	Apresentação e explicação dos diferentes impostos que a classe dependente do senhorio teria de pagar.
	10 minutos	Explicação da exploração económica do senhorio. Análise de um esquema sobre o senhorio e como ele estava dividido.
	10 minutos	Caraterização dos senhorios religiosos.
Leitura conjunta e realização da ficha de trabalho sobre o quotidiano de uma família de dependentes.	20 minutos	Leitura conjunta e explicação da ficha de trabalho sobre o quotidiano de uma família de dependentes. Apoio a realização da atividade.
Participação na correção da atividade sobre as cartas de doação da aula anterior	10 minutos	Correção da atividade sobre as cartas de doação da aula anterior
Oportunidades de avaliação, objetivos e evidências Observação e registo das atitudes, do comportamento e do empenho dos alunos.		
Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem		Reflexão sobre a avaliação do ensino
Os alunos perceberam bem a matéria, participando sempre que solicitados, ajudando a dar uma boa dinâmica à aula. Perceberam e realizaram a atividade que foi apresentada.		Aula bem conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível os alunos foram chamados a participarem na aula. É importante referir que já conseguimos chamar todos os alunos a participarem nas diferentes atividades da aula.

Anexo 18 – Materiais da aula nº5 (Fonte: própria)

<p> Escola Secundária de Alcochete</p> <p>2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico</p> <p>2.2 O País rural e senhorial</p>  <p>Professor cooperante: Teresa Diniz Mestrando: Bruno Conceição</p>	<p><u>A situação social e económica das comunidades rurais dependentes</u></p> <p style="text-align: center;">SOCIEDADE MEDIEVAL PORTUGUESA</p> <pre> graph TD A[SOCIEDADE MEDIEVAL PORTUGUESA] --> B[Os que oram] A --> C[Os que lutam] A --> D[Os que trabalham] </pre>	<p><u>Graus da Nobreza</u></p> <p><u>Ricos-homens</u> – ficou no lugar cimeiro da pirâmide nobiliárquica, eram possuidores de avultados domínios onde exerciam a jurisdição e gozavam de isenções fiscais. Os ricos-homens também eram conhecidos por “senhores de pendão e caldeira”, em alusão aos séquitos militares que comandavam e sustentavam</p> <p><u>Infanções</u> – são aqueles em quem os condes de Portugal delegaram funções públicas de governação das terras e castelos. Foi com o apoio e a força dos infanções que o conde D. Henrique governou o Condado Portucalense e Afonso Henriques concretizou a sua independência e alargou o território. No século XIII, a supremacia dos infanções atenuou-se, até o próprio termo vai caindo em desuso, sendo substituído por fidalgo.</p>
<p><u>Cavaleiros</u> – era todos aqueles que pertenciam à ordem militar da Cavalaria, dedicavam-se à guerra e deviam cumprir um rigoroso código de honra.</p> <p><u>Escudeiros</u> – tinham a particularidade de nem todos serem nobres. O escudeiro não fidalgo deveria acompanhar o seu cavaleiro, ajudá-lo a vestir as armas e combater na sua retaguarda.</p>  <p>Illuminura de um cavaleiro retirado do Livro do Apocalipse do Lorvão (1189)</p>	<p><u>Privilégios e imunidades</u></p> <p>Os senhores, nobre ou eclesiásticos, exerciam um poder económico e, sobretudo, político. Este poder foralhes dado por um rei, em troca dos serviços militares, prestados e da administração de terras e castelos. Com o tempo, os senhores deixaram de prestar contas sobre esses poderes, estendendo os senhorios até à propriedade livre (alódios) ou até às propriedades de outros senhores.</p> 	<p><u>Quais eram os poderes/ privilégios do senhor?</u></p> <p>Possuir armas e comandar os exércitos de cavaleiros e de peões armados (<u>comando militar</u>)</p> <p>Receber multas e penas judiciais relativas ao poder do <u>exercício da justiça</u></p> <p>Cobrar <u>exigências fiscais</u>: aposentadoria (hospedar e alimentar o rei e o senhor e a sua comitiva, na sua passagem pela localidade). Jeiras/corveias.</p>

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

Aposentadoria - hospedar e alimentar o rei e o senhor e a sua comitiva, na sua passagem pela localidade;

Anúduva - obrigação de participar em obras de construção e de reconstrução na muralha, no castelo ou na moradia senhorial;

Carraria - obrigação de transportar géneros em benefício do senhor;

***Jeiras/corveias** - obrigação de prestar dois ou três dias de trabalho semanal nas terras do senhor;

Lutuosa - pagamento ao senhor devido à transmissão de bens por morte de um habitante do senhorio;

Manaria - obrigação de entregar ao senhor os bens por morte de um elemento do povo, quando não houvesse descendência direta;

Portagens - pagamentos devidos ao senhor pela entrada e passagem de produtos no senhorio.

Fossadeira - multa paga ao senhor pelo não cumprimento do fossado (serviço militar);

Osas - pagamento ao senhor feito pelas viúvas em caso de segundo casamento;

***Direitos banais** - o senhor recebia uma renda decorrente do uso dos seus meios de produção (fornos, moinhos, lagares),

Em suma, o poder senhorial associa o poder de administrar um senhorio a um poder mais vasto, designado por **poder banal** (*bannus*), que consiste no exercício de poderes públicos originariamente pertencentes ao rei (o comando, a punição e a coação sobre os habitantes dos senhorios). Os senhores podiam proibir a entrada de funcionários régios no seu território (privilegio da **imunidade**), pois era o senhor quem neles exercia as funções militares, judiciais e fiscais.



Jeiras

A exploração económica do senhorio

Para além do **poder senhorial**, de natureza política e correspondente à **autoridade sobre os habitantes** da área territorial do senhorio, os senhores detinham também o **poder económico, resultante da posse e da exploração da terra**

A reserva (também designada por quintã ou paço) - incluía a morada do senhor (muitas vezes uma igreja, estábulos, celeiros, moinhos e uma porção de terra que era diretamente explorada pelo senhor.) A reserva era explorada graças ao trabalho obrigatório e gratuito (jeiras), de escravos, servos e colonos livres.

Os casais ou vilares (no resto da Europa, mansos) - eram terras arrendadas (sendo o casal subdividido em glebas- Terras destinadas para agricultura). Os casais eram explorados através de contratos (de arrendamento, por duas ou três vidas) entre senhores, e colonos ou "caseiros". Estes pagavam rendas de forma fixa ou cedendo parte das colheitas.




Os Monges agricultores, manuscrito do século XII, Dijon. A regra beneditina lembrava aos monges que "a ociosidade é inimiga da alma", pelo que o tempo se passava entre orações e o trabalho, fosse nos campos, na produção de artefatos ou no scriptorium.

Nos domínios eclesiásticos, o controlo era mais apertado. Ao contrário dos nobres, os clérigos optavam pela exploração direta das suas reservas, denominadas de granjas. Para além das rendas cobradas aos caseiros, a Igreja dispunha, desde o começo do século XIII, do pagamento da dízima, equivalente a 10% de toda a produção bruta (agrícola e pecuária) de todos os proprietários. Fossem homens do povo, nobres ou o próprio rei, todos deviam a dízima à Igreja.



Anexo 19 – Ficha de Trabalho – Quotidiano dos dependentes do senhorio

(Fonte: adaptado do Manual Arial 2013)

	Escola Secundária de Alcochete
	História A 10º E / Ficha de Trabalho
	Nome: _____ Nº _____

O quotidiano das comunidades dependentes na Idade Média

Como a empresa familiar que era, a pequena exploração agrícola camponesa incorporava, desde logo, o trabalho de todos os membros do agregado doméstico. [...] Em começo da vida e se ela se iniciava fora da casa paterna, os braços disponíveis para tornar rendosa a exploração que lhes coubera correspondiam a duas pessoas: a um homem e uma mulher. Ambos trabalhavam as terras, ora lado a lado, no desempenho das mesmas tarefas, ora de modo diferenciado, competindo a cada um deles determinados labores. Cavar, lavrar, malhar o cereal na eira eram trabalhos de homem, pesados, a exigirem força muscular e resistência física; regar, sachar, cuidar da horta com toda a multiplicidade das pequenas tarefas que ela reclamava eram trabalhos leves, a pedirem mais habilidades que força e, por isso, adequados à menor capacidade física feminina. Todavia, para lá destas tarefas, a mulher tinha de desenvolver várias outras, específicas da sua condição e que passavam por todas as atividades domésticas concernentes ao arranjo da casa e das roupas, às limpezas, ao acondicionamento e preparação dos víveres com vista ao seu consumo faseado ao longo do ano, à confeção dos alimentos e à distribuição das rações e, logo que eles chegavam, a todos os cuidados requeridos pelos filhos. Estes eram os setores em que os homens medievais nunca se imiscuíram. Mas era também à mulher que competia todas as tarefas respeitantes ao linho, desde o cultivo à preparação da fibra, ao fiado, à tecelagem caseira. [...]: - então o homem procurava ocupação temporária ou pontual em propriedade de outrem, como assalariado. E, por vezes, também a mulher. [...] A maioria destas explorações agrícolas nas mãos dos camponeses era pertença de mosteiros, de senhores e de outras gentes, em regra citadinos endinheirados. A família camponesa cultivava, assim, uma terra que não era sua e pela qual tinha anualmente solver uma renda. Essa renda podia ser paga numa quantia fixa dos produtos agricultados ou até mesmo, ao menos em parte, em dinheiro. [...] O pão era o alimento base na Idade Média. [...] Assim sendo, a colheita do cereal era a que primeiro lugar interessava e esta era onerada, em regra, com pagamento entre um terço e um quinto da produção, [...] . Mas para além do proprietário e do foreiro havia um outro interessado nesta como em todas as demais produções: a Igreja, que tinha o direito de receber o dízimo. [...] Como o vinho, o azeite ou a fruta os encargos eram menos onerosos para o camponês, [...]. Solvidos os encargos representados pelo pagamento devidos à Igreja e ao proprietário, o agricultor podia guardar a demais colheita. [...] Com o azeite passava-se algo de semelhante. [...] Em resumo: todos os recursos do foreiro tinham de ser repartidos com o proprietário das terras, e essa repartição, por vezes, fazia-se de forma onerosa. [...]

História da Vida Privada em Portugal, A Idade Média, José Mattoso (dir.), Temas e Debates, Lisboa, 2011, pp. 48-53.



A monda dos cereais.



A colheita de legumes.



A ceifa.

1. A vida das comunidades dependentes no senhorio entre os séculos XII e XIV.

Com base no documento, responde as seguintes questões:



- a) Qual é o regime de propriedade que está presente no texto?
- b) **Aponta e distingue** as atividades que eram desempenhadas pelo homem e mulher no seu dia-a-dia.
- c) Quais são os impostos e as rendas que a família medieval era obrigada a pagar?
- d) **Refere** os principais produtos que estão presentes na dieta alimentar da família medieval.

Anexo 20 – Plano de aula nº6 (Fonte: própria)

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCOCHETE			
Data 23.01.2014	Lição nº 95,96	Tempo: 90 minutos	10º E
Sumário: O país rural e senhorial: A situação social e económica das comunidades rurais dependentes.			
Objectivos: Reconhecer o senhorio como quadro organizador da vida económica e social do mundo rural. Caracterizar as formas de dominação exercidas sobre as comunidades campestinas.			
Conceitos mobilizados: Imunidade, poder senhorial, poder banal, carta de couto.			
Programa de História A 2. O espaço português- a consolidação de um reino cristão ibérico; 2.3. O país rural e senhorial.		Temas transversais Desenvolvimento de competências que permitam a problematização de relações entre o passado e o presente e a interpretação crítica e fundamentada do mundo actual. - Desenvolvimento a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais. - Favorecimento da autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspectiva humanista.	
Recursos Utilizados Quadro, projector, computador, caderno diário,		Arrumação da sala de aula Mesas e cadeiras dispostas de forma tradicional,	

manual.		ou seja, a pares e em linha, permitindo aos alunos visualizarem o quadro e a apresentação projectada.
Diferenciação		Aprendizagens prévias
Os alunos trabalham de forma geral ao mesmo ritmo, no entanto, isolam-se os alunos que causam mais distúrbios.		Conteúdos lecionados no 7º ano; <i>Formação de Portugal no contexto da Reconquista; Dinamismo do mundo rural nos séculos XII e XIII.</i>
Atividades de aprendizagem - aluno	Tempo	Atividades de ensino
Registo do sumário. Discussão sobre as principais ideias da última aula.	10 minutos	Registo do sumário e chamada. Perguntar as ideias-chave da última aula.
	15 minutos	A situação social e económica das comunidades rurais dependentes.
Registo das ideias principais.	20 minutos	Apresentação das ideias-chave da matéria, análise de dois esquemas conceptuais.
Apresentação de dúvidas relativamente aos dois temas tratados nas aulas.	45 minutos	Revisão da matéria para o teste de avaliação.
Oportunidades de avaliação, objetivos e evidências		
Observação e registo das atitudes, do comportamento e do empenho dos alunos.		
Reflexão sobre a avaliação da aprendizagem		Reflexão sobre a avaliação do ensino
Os alunos perceberam bem a matéria, participando sempre que solicitados, ajudando a dar uma boa dinâmica à aula. Colocaram as principais dúvidas que tinham sobre a matéria por nós lecionada.		Aula bem conseguida em termos científicos e na gestão do tempo. Sempre que possível os alunos foram chamados a participarem na aula. Tentámos sempre que possível resolver todas as dúvidas que os alunos poderiam ter para o teste de avaliação.

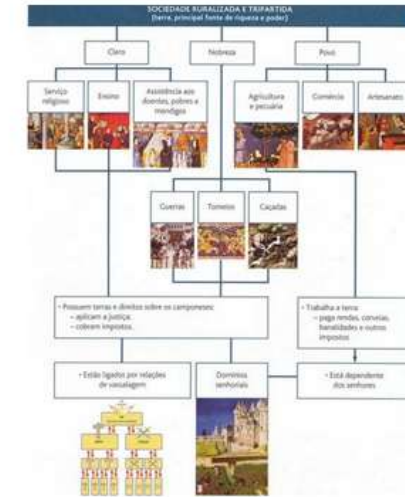
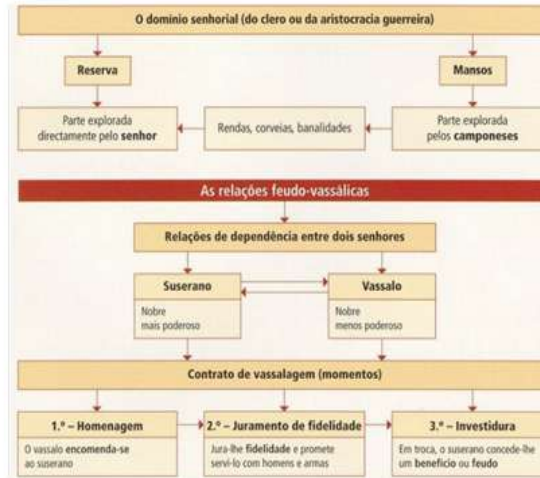
Anexo 21 – Materiais da aula nº6 (Fonte: própria)

<p> Escola Secundária de Alcochete</p> <p>2. O espaço português – a consolidação de um reino cristão ibérico 2.2 O País rural e senhorial</p>  <p>Professor cooperante: Teresa Diniz Mestrando: Bruno Conceição</p>	<p><u>2.2.4. A situação social e económica das comunidades rurais dependentes</u></p>	<p>Nos seus domínios, os senhores tutelavam uma enorme quantidade de homens, a quem exigiam prestações e tributos vários. A quantidade de "dependentes" englobava, assim, uma grande quantidade de homens sujeitos ao poder dos senhores.</p> <p>Herdadores - eram os proprietários de terras alodiais (livres). Porém, numa lei de 1211, Afonso II determinou que todos os homens "filhem [adotem] qual senhor quiserem", subjugando todos os homens livres à dependência de um senhor (rei, nobre, ou clérigo) e à prestação de obrigações senhoriais.</p> <p>Colonos (também designados foreiros, malados e vilãos) – eram homens livres que arrendavam as terras do senhor em contratos perpétuos ou mais frequentemente, a prazo, estando sujeitos a obrigações de tipo dominial e senhorial</p>
<p>Servos da gleba – eram descendentes de escravos libertos. Exploravam casais e tinham de prestar serviços obrigatórios aos senhores. No século XII, o seu estatuto aproxima-se do dos colonos, também obrigados às jeiras.</p> <p>Escravos – geralmente prisioneiros mouros, eram utilizados como força instrumental nos serviços domésticos, artesanato e agrícolas.</p> <p>Assalariados (cabaneiros, moços de lavoura) – viviam do aluguer do seu trabalho, por não dependerem, pessoalmente, de um senhor, eram únicos que se enquadravam completamente no sistema senhorial.</p>	<p><u>ORGANIZAR IDEIAS</u></p> <p>O país rural e senhorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os Senhorios: da nobreza (honras), do clero (coutos) e do rei (reguengos) ➤ Estas propriedades foram doadas ou usurpadas. ➤ Os senhores exerciam poderes públicos nos senhorios: comando, punição/justiça/ cobrança de rendas, tributos, obrigação e serviços dos dependentes que nele vivem. <p>O exercício do poder senhorial</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os senhores exerciam o poder de forma autónoma dentro do seu domínio. ➤ Os seus habitantes dependiam desse senhor. ➤ Os senhores exerciam o poder senhorial na justiça, na cobrança de rendas, impostos e direitos senhoriais (serviços, percentagem das produções). 	<p>Privilégios e imunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os senhorios gozavam de privilégios e imunidades. ➤ Privilégios: posse de armas; comando militar; multas judiciais; cobrança de impostos. ➤ Imunidades: não pagam impostos; os senhorios eclesásticos tinha direito de asilo; os funcionários régios não podiam entrar sem autorização. ➤ A imunidade estendia-se aos senhorios hereditários. <p>Exploração económica do senhorio</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os senhorios eram parcelas territoriais dispersas, incluíam estábulos, a igreja, casais e terras de administração direta ou terras arrendadas. ➤ O domínio senhorial incluía reserva e as terras arrendadas. ➤ Reserva: quinta ou paço + terra explorada diretamente pelo senhor, através dos camponeses que lá vivem, com serviços gratuitos ou pagos. ➤ O senhorio era a principal fonte dos rendimentos senhoriais. ➤ As terras arrendadas, casais ou vilares, eram exploradas através de contratos entre senhores e camponeses, com contratos perpétuos, de emprazamento por duas ou três vidas. ➤ Os camponeses pagavam diversos impostos e obrigações e ainda a dízima à Igreja.

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática


A situação social económica das comunidades rurais dependente

- Nos senhorios vivam dependentes de condição social e económica diversa.
- Todos pagavam tributos, rendas ou jeiras (serviços gratuitos ao senhor).
- Os herdeiros tinham propriedades livres mas pagavam prestações aos senhores.



Anexo 22– Teste de avaliação

(Fonte: Manual de Acesso ao Ensino Superior 2014)

	<p>Escola Secundária de Alcochete</p> <p>História A 10º E/ Teste de Avaliação</p> <p>Nome: _____ Nº _____ Data: ____/____/____/</p> <p>Avaliação _____</p>
<p style="text-align: center;"><u>Grupo I</u></p> <p style="text-align: center;">A fixação do território – Do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras</p> <p>Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:</p> <p>Doc. 1 – Bula <i>Manifestis Probatum</i></p> <p>Doc. 2 – As linhas da Reconquista Cristã da Península Ibérica</p> <p>Doc. 3 – Estátua de D. Afonso Henriques</p> <p>Doc. 4 – Cavaleiros cruzados</p>	

Doc. 1 - Bula *Manifestis Probatum*

Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, ilustre rei dos Portugueses, e a seus herdeiros para sempre.

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inumeráveis serviços a tua mãe, a Santa Igreja, exterminando intrepidamente em porfiados trabalhos e proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã. [...] Por isso, Nós, atendendo às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo que ilustram a tua pessoa, tornamo-la sob proteção de São Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o Reino de Portugal com inteiras honras de Reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste arrancaste às mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos. [...] Decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros. [...]

Eu, Alexandre, Bispo da Igreja Católica [23 de maio de 1179].



Doc. 4 – Cavaleiros cruzados

Doc. 2 – As linhas da Reconquista Cristã da Península Ibérica



Doc. 3 – Estátua de D. Afonso Henriques

1. Explica a importância do documento 1 para a autonomização política do Reino de Portugal.
2. Descreve sucintamente o processo da Reconquista (Docs. 2 a 4).
3. Desenvolve o seguinte tema: A fixação do território português, no século XII, a partir do Condado Portucalense.

A tua resposta deve abordar, pela ordem que entenderes, os seguintes tópicos de desenvolvimento:

- a influência do espírito de cruzada;
- a luta contra os muçulmanos;
- a luta contra o Reino de Leão e Castela.

Grupo II

O País Rural e Senhorial

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

Doc. 1 – A sociedade medieval

Doc. 2 – Os senhorios laicos e os eclesiásticos

Doc. 3 – Iluminura, Les Très riches heures du Duc de Berry, 1412-16

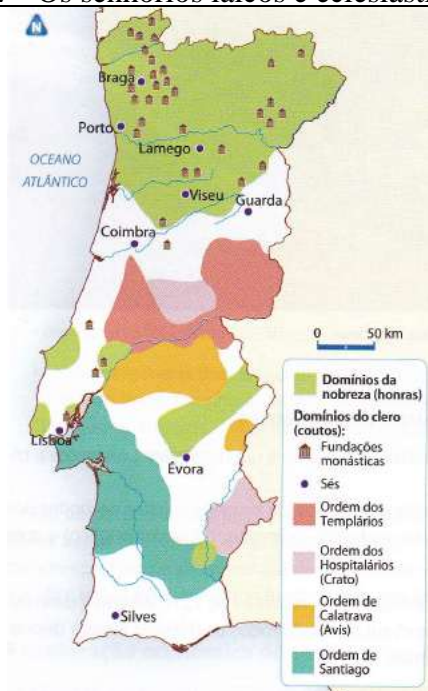
A sociedade medieval

Doc. 1 – A sociedade medieval

Defensores são um dos três estados que Deus quis que se mantivesse o mundo, ca [porque] bem assim como os que rogam pelo povo chamam oradores, e aos que lavram a terra per que os homens hão de viver e se mantêm, são ditos mantenedores, e os que hão de defender são chamados defensores.

"Ordenações Afonsinas" (preâmbulo ao título LXIII). In A. Carmo Reis, *História Documental da Civilização – Antologia de Textos Históricas da Civilização Portuguesa*, Porto, Athens, 1974, p. 22

Doc. 2 – Os senhorios laicos e eclesiásticos



Doc.3 – Iluminura, Les Très riches heures du Duc de Berry, 1412-16



1. Identifica, com excertos do Doc. 1, as ordens da sociedade medieval e as suas funções.
2. Justifica, atendendo ao Doc. 2, as diferentes localizações do património fundiários dos senhores da nobreza e do clero português.
3. Distingue os elementos que compunham os senhorios (doc. 3).
4. Explica a simbologia do castelo, no contexto do exercício do poder senhorial.

Cotações

	<u>Grupo I</u>			<u>Grupo II</u>			
<u>Item</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>4</u>

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

<u>Cotação</u>	<u>20</u>	<u>30</u>	<u>50</u>	<u>10</u>	<u>35</u>	<u>35</u>	<u>20</u>

Bom Trabalho
Bruno Conceição



Anexo 23 – Resultado dos Testes de Avaliação

(Fonte: própria)

Alunos	GRUPO I			TG I	GRUPO II				Final
	1 = 20	2=30	3=50		1=10	2=35	3=35	4=20	200
2. Ana Bárbara Alves	18	18	23	59	10	11	0	15	95
3. Ana Pinto Alves	18	26	10	54	9.5	15	20	16	114.5/12
4. Ana Gonçalves	18	28	28	74	6.99	17.5	0	9	107
5. Beatriz Santo	17.5	19.5	31	68	10	17.5	23	0	118
6. Beatriz Vicente	16	20	37	73	10	31	17.5	16	147
7. Bruno Casquinha	16	18	11	45	10	0	19	16	90
8. Carolina Freitas	18.5	27	26	71.5	10	34	30	17	162
9. Carolina Seixal	17	15	0	32	10	15.5	18	16	915
10. Diogo Simões	2	16	20	38	10	19.5	10	17.5	95
11. Eliana Barrinha	17	16	28	61	10	16	17.5	16	120
12. Ema Rodrigues	17.5	19	19	55.5	10	17.5	19	5	105
13. Flávio Silva	17	23	0	40	10	25	10	17.5	102
14. Gonçalo Giro	20	22	35	77	9.5	31	17.5	16	152
15. Gonçalo Gonçalves	5.5	22	0	27.5	10	15	0	0	525
16. Inês Rodrigues	15	21	10	46	9	17.5	13	0	875
17. Jéssica Pereira	17.5	21	25	63.5	6.99	17.5	17.5	13	118
18. Jéssica Martins	17	21	28	66	10	16	14	20	126
19. Joana Espiga	16	22	22	60	10	20	17.5	15	122
20. João Origuelha	16	19	20	55	9	0	20	17	101

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

21. João Correia	18.5	23	36	77.5	9.5	30	28	18	163
22. Mariana Barros	16.5	22	29	67.5	10	15	17.5	10	120
23. Miguel Soldado	16.5	19	31	66.5	10	21	26	17	140
24. Miguel Carvalho	15.5	20	48	83.5	10	29	20	18	16
25. Nádia Neves	16.5	22	12	50.5	9	32	14	14	1195/12
26. Rubén Carvalho	8	13	16	37	10	18	0	15	80
27. Telma Santos	15	22	0	34	10	0	10	6	60
28. Teresa Santos	19	15	45	79	9.5	17.5	17	14	13.7
31. Carlos Pinela	16.5	20	26.5	63	10	17.5	25	14	12.95/13

Anexo 24 – Descritores de correção do Teste de Avaliação



Escola Secundária de Alcochete

História A 10º E

Descritores do Teste Sumativo de 30 de janeiro de 2014

GRUPO I

Pergunta 1.

20 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			1	2	3
Níveis	5	<p>Explicar a importância do documento 1 para a autonomização política em Portugal.</p> <p>Luta de D. Afonso Henriques;</p> <p>O reconhecimento do seu título de rex por Afonso VII, na conferência de Zamora em 1143, que culmina pela proclamação do Papa Alexandre III, através da <i>Bula Manifestis Probatum</i>.</p> <p>No documento o Papa reconhece Afonso Henriques como rei de Portugal e Portugal como reino independente, dignificando as qualidades de D. Afonso Henriques (justificar de acordo com o documento).</p> <p>Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina.</p>	18	19	20
	4	Nível intercalar	15	16	17
	3	<p>Explicar a importância do documento 1 para a autonomização política em Portugal.</p> <p>Apresentar alguns aspetos mas de forma incompleta.</p> <p>Utilização adequada da terminologia específica da</p>	12	13	14

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

		disciplina.			
2	2	Nível intercalar	9	10	11
1		Apresentação genérica dos aspectos referidos no nível 5, com incipiente interpretação do documento. Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	6	7	8

Pergunta 2

30 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			1	2	3
Níveis	5	<p>Esclarecer, a partir do mapa, como se processou a reconquista cristã:</p> <p>De norte para sul;</p> <p>Com avanços e recuos;</p> <p>Ritmo desigual</p> <p>Até 1147 dá-se a conquista do vale do Tejo</p> <p>Entre 1247 e 12234 – conquista Algarve</p> <p>Zonas de instabilidade no centro e sul</p> <p>Linha do Tejo alcançada no séc. XI, mantém-se como limite sul estratégico</p> <p>Comprovar com referência aos mapas.</p> <p>Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina</p>	28	29	30

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

	4	Nível intercalar	25	26	27
	3	Esclarecer, a partir do mapa, como se processou a reconquista cristã: Apresentar alguns aspetos mas de forma incompleta. Utilização adequada da terminologia específica da disciplina.	22	23	24
	2	Nível intercalar	16	18	20
	2				
	1	Apresentação genérica dos aspectos referidos no nível 5, com incipiente interpretação do mapa. Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	6	8	9

Pergunta 3

50 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			
	1	2	3

Níveis	5	<p>Esclarecer, a partir dos quatro documentos, como se processou a reconquista cristã:</p> <p>A independência do condado (1143) e a fixação do território (1297);</p> <p>A o espírito de Cruzada implícita na Reconquista portuguesa, dando o exemplo da Conquista de Lisboa.</p> <p>Através da análise do mapa referir os avanços e recuos da Reconquista.</p> <p>Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina.</p> <p>De Dom Sacho I até D. Afonso III e as suas conquistas territoriais, Dom Dinis e o Tratado de Alcanises.</p>	46	48	50
	4	Nível intercalar	35	36	37
	3	<p>Esclarecer, a partir dos quatro documentos, como se processou a reconquista cristã:</p> <p>Apresentar alguns aspetos mas de forma incompleta.</p> <p>Utilização adequada da terminologia específica da disciplina.</p>	22	23	24
	2	Nível intercalar	16	18	20
	1	<p>Apresentação genérica dos aspectos referidos no nível 5, com incipiente interpretação dos documentos.</p> <p>Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.</p>	6	8	9

Grupo II

Pergunta 1

10 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			1	2	3
Níveis	5	<p>Identificar, com excertos do Doc. 1, as ordens da sociedade medieval e as suas funções.</p> <p>Os “defensores” correspondem à Nobreza;</p> <p>Os “oradores” que “rogam pelo povo” correspondem ao Clero.</p> <p>Os “mantenedores” que “lavram a terra per que os homens hão de viver” dizem respeito ao povo.</p>	8	9	10
	4	Nível intercalar	5	6	7
	3	<p>Identificar, com excertos do Doc. 1, as ordens da sociedade medieval e as suas funções:</p> <p>Apresentar alguns aspetos mas de forma incompleta.</p> <p>Utilização adequada da terminologia específica da disciplina.</p>	2	3	4
	2 2	Nível intercalar	1	1	1

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

	1	Apresentação genérica dos aspectos referidos no nível 5, com incipiente interpretação do documento. Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	0.7	0.8	0.9
--	---	--	-----	-----	-----

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			1	2	3
Níveis	5	Justificar, atendendo ao Doc. 2, as diferentes localizações do património fundiários dos senhores da nobreza e do clero portugueses. O património fundiário nobreza localizava-se na região norte de Portugal, pois o processo de Reconquista se ter iniciado de norte para sul, no norte, ocorreram as mais antigas conquistas e doações territoriais por parte da família nobres já constituídas. Em relação ao património do clero, sobretudo os coutos das ordens militares encontram-se no centro e sul do país, pois os monarcas contaram com o apoio das ordens religiosas e militares, à medida que as mesmas se foram estabelecendo no nosso país, o que aconteceu no decorrer do século XII.	33	34	35
	4	Nível intercalar	28	29	30

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

	3	Justificar, atendendo ao Doc. 2, as diferentes localizações do património fundiários dos senhores da nobreza e do clero portugueses: Apresentar alguns aspetos mas de forma incompleta. Utilização adequada da terminologia específica da disciplina.	16	18	20
	2	Nível intercalar	10	11	12
	2				
	1	Justificar, atendendo ao Doc. 2, as diferentes localizações do património fundiários dos senhores da nobreza e do clero portugueses. Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	7	8	9

Pergunta 2

35 pontos

<p>Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa</p> <p>Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina</p>	Níveis		
	1	2	3

Níveis	5	<p>Distinguir os elementos que compunham os senhorios segundo o documento 3:</p> <p>Os senhorios eram compostos por duas grandes áreas: os casais ou mansos e as quintãs ou reservas.</p> <p>As primeiras eram habitadas pelos camponeses (havia também zonas comuns, onde as famílias camponesas se abasteciam) e as segundas eram de exploração direta por parte dos senhores, ainda que trabalhadas pelos camponeses no pagamento de impostos senhoriais, como as corveias. Na reserva senhorial, onde se localizava o castelo senhorial (doc. 3), os camponeses disponham ainda de meios de produção importantes como o lagar, o moinho ou forno, cuja utilização era pega através de géneros ou serviços.</p>	33	34	35
	4	Nível intercalar	28	29	30
	3	<p>Distinguir os elementos que compunham os senhorios segundo o documento 3:</p> <p>Apresentar alguns aspetos mas de forma incompleta.</p> <p>Utilização adequada da terminologia específica da disciplina.</p>	16	18	20
	2	Nível intercalar	10	11	12
	2				
	1	<p>Distinguir os elementos que compunham os senhorios segundo o documento 3:</p> <p>Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.</p>	7	8	9

Pergunta 3

35 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina			1	2	3
Níveis	5	<p>Explicar a simbologia do castelo, no contexto do exercício do poder senhorial.</p> <p>O castelo senhorial, enquanto residência do senhor, simbolizava o próprio poder senhorial, na sua função de comando ou de governo de um território, e na sua função de proteção ou defesa das comunidades que albergava. Pela sua grandiosidade face às modestas casas dos camponeses, o castelo simbolizava também o prestígio social do senhor.</p>	18	19	20
	4	Nível intercalar	15	16	17
	3	<p>Explicar a simbologia do castelo, no contexto do exercício do poder senhorial.</p> <p>Apresentar alguns aspetos mas de forma incompleta.</p> <p>Utilização adequada da terminologia específica da disciplina.</p>	12	13	14
	2	Nível intercalar	9	10	11
	2				

A Reconquista Cristã em Portugal: Lendas e Mitos, uma proposta didática

	1	Explicar a simbologia do castelo, no contexto do exercício do poder senhorial. Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	6	7	8
--	---	---	---	---	---

Pergunta 4

20 pontos

Anexo 25 – Resultado final das avaliações

Alunos	Guião do filme	Participação/Comport.	Teste
2. Ana Figueiredo Alves	8	11	95
3. Ana Pinto Alves	13	10	120
4. Ana Gonçalves	16	13	107
5. Beatriz Santo	12.5	11	118
6. Beatriz Vicente	12	18	147
7. Bruno Casquinha	16	13	90
8. Carolina Freitas	10	14	162
9. Carolina Seixal	11	10	915
10. Diogo Simões	13.8	11	95
11. Eliana Barrinha	7.5	12	120
12. Ema Rodrigues	15.2	10	105
13. Flávio Silva	13	13	102
14. Gonçalo Giro	19	18	152
15. Gonçalo Gonçalves	F	11	525
16. Inês Rodrigues	10	13	875
17. Jéssica Pereira	19.8	16	118
18. Jéssica Martins	18	12	126
19. Joana Espiga	14.9	11	122
20. João Origuelha	14.4	13	101
21. João Correia	18	13	163
22. Mariana Barros	13.5	12	120
23. Miguel Soldado	F	13	140
24. Miguel Carvalho	18.5	18	160
25. Nádia Neves	19.8	13	120
26. Rubén Carvalho	14.5	11	80
27. Telma Santos	10	11	60
28. Teresa Santos	17.8	16	137
31. Carlos Pinela	10.8	11	130

